

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDRÉ FERNANDES DE CALDAS

**ENTRE O CIBERESPAÇO E O ESPAÇO URBANO:
INTERESPACIALIDADE E MULTI/TRANSTERRITORIALIDADE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

PORTO ALEGRE

2024

ANDRÉ FERNANDES DE CALDAS

**ENTRE O CIBERESPAÇO E O ESPAÇO URBANO:
INTERESPACIALIDADE E MULTITRANSTERRITORIALIDADE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara.

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Caldas, André Fernandes de

Entre o ciberespaço e o espaço urbano:
interespaçialidade e multitransterritorialidade dos
movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de
2013 / André Fernandes de Caldas. -- 2024.
175 f.

Orientador: Marcelo Argenta Câmara.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2024.

1. Ciberespaço. 2. Interespaçialidade. 3. Jornadas
de Junho de 2013. 4. Multitransterritorialidade. 5.
Movimentos sociais. I. Câmara, Marcelo Argenta,
orient. II. Título.

ANDRÉ FERNANDES DE CALDAS

**ENTRE O CIBERESPAÇO E O ESPAÇO URBANO:
INTERESPACIALIDADE E MULTITRANSTERRITORIALIDADE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara (Orientador - UFRGS)

Porto Alegre

2024

Dedico esta dissertação à memória do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, cuja sabedoria, dedicação e paixão pelo ensino deixaram uma marca profunda na minha formação. Seu exemplo de comprometimento com a luta pela justiça social e excelência acadêmica continuará a me inspirar. Embora sua ausência seja sentida, seu legado viverá através de todos que tiveram a honra de aprender com ele.

“Na oposição às mídias por parte da esquerda e na despolitização da contracultura,
o único que leva vantagem é o capital.”

Hans Magnus Enzensberger.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGea) pela oportunidade de realizar esta pesquisa, pelo suporte institucional que foi essencial para a concretização deste trabalho. O apoio proporcionado pela universidade foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo e para a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Marcelo Argenta Câmara, minha profunda gratidão pela orientação precisa, paciência e incentivo durante todas as fases deste trabalho. Seu conhecimento e disponibilidade foram fundamentais para o sucesso desta dissertação. Estendo este agradecimento ao professor Nelson Rego cuja colaboração foi igualmente essencial para a conclusão do mesmo.

Aos membros da banca, Álvaro Luiz Heidrich e, novamente ao professor, Nelson Rego, agradeço pelas valiosas contribuições e observações que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, que foi essencial para a realização desta pesquisa.

Aos membros dos movimentos sociais, que gentilmente participaram desta pesquisa, deixo meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade e por compartilharem suas experiências e conhecimentos.

Aos meus pais, Regina Maria Fernandes de Caldas Bittencourt e Luís Alberto Emerick Gripp, aos meus irmãos (Júlia, Irene, Annelize, Henrique e Rubens) e amigos, agradeço pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e pela compreensão nos momentos mais difíceis desta jornada.

A minha companheira, Tainá Rebonatto Martini, e especialmente ao meu filho Martín Costa Silva de Caldas, por estarem ao meu lado em todos os momentos e por me proporcionar força e tranquilidade ao longo desta caminhada.

RESUMO

Esta dissertação investiga a relação entre interespacialidade e multitransterritorialidade no ciberespaço e sua importância para os movimentos sociais no Brasil, com foco nas Jornadas de Junho de 2013. O objetivo principal foi analisar como esses conceitos contribuem para a compreensão da ação política de movimentos sociais, na dinâmica entre o ciberespaço e o espaço urbano. A pesquisa se baseou em entrevistas com membros de movimentos sociais envolvidos nas Jornadas de Junho de 2013, além da análise bibliográfica a respeito das práticas políticas no ciberespaço. Os resultados revelam que o ciberespaço funcionou como um território de articulação política, complementando a ocupação do espaço urbano nas manifestações. Ao mesmo tempo, revelam também que o uso das tecnologias da informação e comunicação, por um lado, possibilitou a construção de redes ágeis e dinâmicas, mas, por outro lado, evidenciou limites quanto à profundidade das conexões e ao controle sobre o espaço digital. As plataformas digitais, muitas vezes controladas por grandes corporações, restringem a autonomia dos movimentos sociais, sujeitando-os à censura algorítmica, à vigilância estatal e à fragmentação do discurso. Além disso, o caráter efêmero de algumas mobilizações digitais não garante a continuidade das ações no espaço físico, onde a construção de territórios de resistência é essencial para consolidar as lutas. Conclui-se que a interespacialidade e a multitransterritorialidade desempenham um papel fundamental para a compreensão das novas dinâmicas políticas dos movimentos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Ciberespaço. Interespacialidade. Jornadas de Junho de 2013. Multitransterritorialidade. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between interspatiality and multitransterritoriality in cyberspace and its importance for social movements in Brazil, focusing on the Jornadas de Junho de 2013. The main objective was to analyze how these concepts contribute to the understanding of the political action of social movements, between cyberspace and urban space. The research was based on interviews with members of social movements involved in the Jornadas de Junho de 2013, in addition to the bibliographical analysis regarding political practices in cyberspace. The results reveal that cyberspace functioned as a territory of political articulation, complementing the occupation of urban space in the demonstrations. At the same time, they also reveal that the use of information and communication technologies, on the one hand, enabled the construction of agile and dynamic networks, but, on the other hand, highlighted limits regarding the depth of connections and control over digital space. Digital platforms, often controlled by large corporations, restrict the autonomy of social movements, subjecting them to algorithmic censorship, state surveillance and fragmentation of discourse. Furthermore, the ephemeral nature of some digital mobilizations does not guarantee the continuity of actions in physical space, where the construction of territories of resistance is essential to consolidate struggles. It is concluded that interspatiality and multitransterritoriality play a fundamental role in understanding the new political dynamics of contemporary social movements.

Keywords: Cyberspace. Interspatiality. *Jornadas de Junho de 2013*. Multitransterritoriality. Social movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOP	Articulação dos Comitês Populares da Copa
ARPANET	<i>Advanced Research Projects Agency Network</i>
EDT	<i>Electronic Disturbance Theater</i>
GNU	<i>GNU's Not Unix</i>
Liber	Partido Libertário Brasileiro
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPL	Movimento Passe Livre
MPL-SP	Movimento Passe Livre de São Paulo
MTCI	Meio Técnico-Científico-Informacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PEC-37	Proposta de Emenda à Constituição 37
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
TICs	tecnologias da informação e comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição dos territórios informacionais ampliados.....	41
Figura 2 - Interações no Twitter no dia 13 de junho antes e depois da repressão.....	129
Figura 3 - Correlação entre o acesso à banda larga e a incidência de protestos no Brasil.....	130
Figura 4 - Participantes nos eventos do Facebook em São Paulo.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legado para o ciberativismo, segundo forma e conteúdo.....	56
Quadro 2 - Categorias de classificação do ciberativismo.....	61
Quadro 3 - Tipologia de ações coletivas apoiadas ou baseadas na Internet..	63
Quadro 4 - Níveis de análise da cultura de protesto segundo Gerbaudo (2022).....	88
Quadro 5 - Os cinco principais atores das Jornadas de Junho de 2013 e seus respectivos espectros políticos.....	122

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
1.1	Contextualização	15
2	CIBERESPAÇO	23
2.1	Definição de ciberespaço	23
2.2	O ciberespaço como dimensão do espaço geográfico	31
2.3	Entre-espacos	36
2.4	Sobre interespacialidade	45
3	PRÁXIS POLÍTICA E INTERESPACIALIDADE	52
4	INTERESPACIALIDADE E MULTI/TRANSTERRITORIALIDADE NA NOVA CULTURA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XXI	73
4.1	Diferentes interpretações para um mesmo fenômeno: os movimentos sociais em rede, os novíssimos movimentos sociais ou os movimentos das praças?	78
4.2	Movimentos entre as redes e as ruas	99
5	AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	103
5.1	Contexto político	105
5.2	Análise dos momentos (coreografia de assembleias)	113
5.2	Caráter temporal e espacial da coreografia de assembleia	122
6	ENTREVISTAS	134
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	164
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	172

1 APRESENTAÇÃO

Constantes inovações nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm gerado transformações cada vez mais complexas no Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI). Isso tem surtido efeito nas mais diferentes esferas da vida social. Estamos em pleno redesenho dos modos de produção e da circulação de produtos e mercadorias, atrelados a novas formas de comunicação, programação e transmissão de dados. Há mudanças profundas em curso, também, nas esferas das políticas públicas (áreas de segurança, educação e saúde). Não obstante, é justamente no campo da política, mais precisamente aquele que se refere à participação popular nas tomadas de decisões coletivas da sociedade, onde sentimos o impacto das mudanças técnicas.

As relações de poder entre indivíduos e entre estes e as instituições evidenciam tensões já existentes, mas que ganham uma morfologia diferente em tempos atuais. O maior exemplo disso são os impactos cada vez mais profundos nas formas de governo, sejam elas de perfil mais totalitário ou democrático. Vemos cada vez mais as instituições de Estado sofrerem para adaptar a sua governabilidade às forças das TICs.

É notável a transferência do fazer político cotidiano do espaço material para o espaço virtual. Onde antes os debates políticos eram feitos na “materialidade” das mesas de bares, nas manifestações de rua, nas sedes dos sindicatos e nas páginas de jornais, hoje, vemos essas práticas se estenderem para a “virtualidade” das redes sociais, canais de chat, blogs, plataformas de comunicação como WhatsApp, acessados em nossos computadores ou smartphones em tempo real, numa velocidade de transmissão de informações jamais antes vista. Nunca tivemos acesso tão rápido e fácil às informações sobre acontecimentos que pertencem a escalas que vão do local ao global em questões de milésimos de segundo. Se este fenômeno já acontecia rapidamente antes da pandemia de covid-19, após ela, intensificou-se ainda mais.¹

¹ De acordo com dados do TIC Domicílios de 2023 (Comitê Gestor de Internet no Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2023), o uso de tecnologias digitais no Brasil passou de 71% dos domicílios com acesso à internet, em 2019, para 86%, em 2023, o que demonstra que a pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, intensificou o uso de tecnologias digitais no Brasil.

No entanto, paradoxalmente, nunca nos vimos tão suscetíveis à desinformação intencional, à tendência ao monopólio dos mais diversos tipos de dados públicos e privados e à alta taxa de analfabetismo digital.

Dentro da sociedade em rede², se perpetua a lógica da desigualdade social. Segundo a TIC Domicílios³ realizada em 2023, 24,9 milhões de pessoas nunca acessaram a Internet no país; o equivalente a 12% da população (Comitê Gestor de Internet no Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2023). Os motivos são diversos. Um deles é que 18% afirmam que não possuem poder aquisitivo para contratar o serviço. A explicação é facilmente compreensível, pois 81% dos que não acessam a Internet recebe até dois salários-mínimos por mês (Comitê Gestor de Internet no Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2023).

Os fatos mencionados vão na contramão daqueles que advogam pelo caráter revolucionário das TICs, enquanto técnicas capazes de criar uma sociedade da informação propícia a gerar a transição do sistema democrático representativo para o participativo; ou, ainda, que inauguraria o início do fim de uma era de ignorância em que os valores da modernidade derrubariam regimes totalitários e teocráticos. Diversos teóricos da cibercultura enxergavam na Internet a possibilidade de consolidação de um meio-técnico-científico-informacional propício ao livre pensamento, à autonomia, à liberdade de expressão, à expansão da consciência social e ao pleno exercício da voz política. Apesar do entusiasmo mostrado por autores como Jean-François Lyotard, Pierre Levy e Tadao Takahashi, a respeito do surgimento da então chamada sociedade da informação que nos levaria à democratização do conhecimento e à consolidação da democracia participativa e da democracia digital, partimos do pressuposto defendido por Jean Lojkin em que, para esse autor, estaria em curso uma revolução informacional onde estaríamos inaugurando o “[...] surgimento de uma civilização não mais dividida entre aqueles que produzem e os que comandam, mas entre aqueles que detêm o conhecimento e os que são excluídos deste exercício.” (Lojkin, 1999, p. 7).

² Por “sociedade em rede” entendemos a forma como a sociedade se organiza através de redes tecnológicas, de base microeletrônica e alimentada por TICs digitais, que passam a ter um impacto profundo na divisão social do trabalho e nas relações sociais como um todo (Castells, 1996).

³ Realizada anualmente desde 2005, a pesquisa TIC Domicílios tem o objetivo mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do Brasil e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais (Comitê Gestor de Internet no Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2023).

Como se uma Caixa de Pandora tivesse sido aberta, desde seu surgimento até hoje, diversos foram os vieses negativos oriundos da elaboração das TICs. Esta dissertação tem o intuito de contribuir para o debate acerca de algumas das consequências e dos impactos, tanto positivos quanto negativos, da tecnificação da vida política da sociedade, principalmente no que tange aos conflitos de poder entre atores (re)produtores do espaço, mais especificamente, os movimentos sociais.

Assim como diversas esferas da produção da vida social adquirem novas significações ao se deslocarem do espaço "material" para o "virtual", inaugurando novas formas de representação das relações sociais, torna-se cada vez mais relevante compreender como a prática política da sociedade se manifesta e ganha "vida" no ciberespaço, especialmente no que diz respeito às práticas dos movimentos sociais. Neste sentido, este trabalho se propõe a analisar o fenômeno das Jornadas de Junho de 2013 e, em especial, alguns dos movimentos atuantes na sua construção, como o Movimento Passe Livre (MPL), mais especificamente o núcleo atuante na cidade de São Paulo/SP, e o Bloco de Luta Pelo Transporte Público, frente política composta por diversos indivíduos, organizações e coletivos atuante na cidade de Porto Alegre/RS. Optamos por essas organizações por as considerarmos fundamentais para a compreensão do fenômeno das Jornadas de Junho de 2013 e, também, por serem exemplos de movimentos que fizeram uso das TICs na construção de suas lutas, o que permitiu a construção no ciberespaço de um local de discussão, de informação e de auto-organização durante as Jornadas. Suas práticas socioespaciais influenciaram a maneira como o ciberespaço tornou-se estratégico para consolidar as lutas pelo direito à cidade⁴.

O momento inicial de realização deste trabalho não poderia ser mais propício, uma vez que, em 2023, passaram-se 10 anos desde a ocorrência das Jornadas de Junho de 2013. Espera-se que os frutos desta dissertação se somem aos artigos e reportagens que se propuseram a analisar os desdobramentos e repercussões deste evento nos dias de hoje.

⁴ Para David Harvey o direito à cidade “[...] é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.” (Harvey, 2008, on-line, tradução nossa).

1.1 Contextualização

No contexto das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, observou-se um fenômeno de mobilização social sem precedentes, onde as TICs desempenharam um papel crucial. As redes sociais e outras plataformas digitais foram amplamente utilizadas para organizar protestos, disseminar informações e amplificar as vozes dos movimentos sociais. No entanto, ainda há lacunas na compreensão de como essas tecnologias influenciaram diretamente a dinâmica desses movimentos. O problema central desta pesquisa reside em investigar de que maneira as TICs impactaram a territorialização dos movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de 2013.

Castells (2013) atribui um peso grande ao papel das TICs na produção de um espaço da autonomia que seria o lócus do fazer político dos novos movimentos sociais. Em suas palavras, “[...] as redes sociais da Internet mobilizaram apoio suficiente para que as pessoas se reúnam e ocupem o espaço público, territorializando seu protesto.” (Castells, 2013, p. 169). Os movimentos sociais só se consolidariam enquanto tal se suas práticas territoriais no ciberespaço ganhassem materialidade no espaço urbano, através das ocupações de praças e nos protestos de rua. Essas práticas seriam o reflexo das transformações necessárias para a construção de alternativas de maior participação popular, frente à crise aguda pelas quais passam tanto as instituições, ligadas aos modelos das democracias representativas, quanto dos modelos, seguidos por regimes totalitários, ambos cooptados pela ideologia neoliberal e os interesses do capitalismo.

Desta forma, será possível entender as Jornadas de Junho de 2013 dentro de um contexto mais amplo de um ciclo de revoltas populares de caráter global que se deu nas primeiras décadas do século XXI. Todas elas geradas de um lado pela indignação e raiva contra o sistema econômico e político neoliberal e por outro pela crise de representatividade das instituições de Estado, cada vez mais comprometidas pelos interesses do capital financeiro. O cenário de injeções de recursos públicos para salvar bancos durante períodos de crise nos mercados globais, aliado à crescente concentração de renda, aumento da pobreza e precarização do trabalho, fizeram crescer a desconfiança por parte dos setores mais

precarizados da sociedade quanto à capacidade das instituições do Estado de realmente representarem seus interesses.

Soma-se a isso, também, a crescente frustração com a alternância formal entre governos de centro-direita e centro-esquerda, em que oscilam os espectros políticos, mas se mantém as políticas econômicas neoliberais, esquema definido pela cientista política Chantal Mouffe como “consenso de centro”. A insatisfação torna-se ainda maior ao ver que as aspirações por mudanças sociais não conseguem ser sanadas pelo neoliberalismo progressista, onde muitos partidos de centro-esquerda mantiveram pautas reformistas em seus discursos, mas não foram capazes de abdicar de sua agenda econômica neoliberal.

Castells (2013) se debruça sobre a análise dos movimentos sociais sob a perspectiva dos sentimentos de raiva, frustração, medo, indignação e esperança que serviriam de guia para as suas ações. Frustração ao ver governos de centro-esquerda (Partido Socialista Operário Espanhol, Partido Democrata nos Estados Unidos e Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil) perpetuarem a agenda neoliberal sem atenderem suas demandas por maior justiça social e por uma democracia mais participativa; raiva e indignação por conta das crises de representatividade, corrupção, injeção de dinheiro público para salvar bancos e empresas milionárias, desemprego ou subemprego, declínio na qualidade dos serviços públicos, agenda econômica de austeridade comprometida com o pagamento das dívidas públicas e redução do investimento em políticas públicas, privatizações do espaço público, segurança pública, violência policial etc.

A Internet colaborou para aumentar a difusão desta raiva e indignação ao permitir com que as pessoas compartilhassem suas frustrações através de suas publicações nas redes sociais. Colaborou também para quebrar as narrativas hegemônicas da grande mídia ao mostrar de fato aquilo que estava acontecendo nas ruas. Imagens e vídeos sobre protestos coletivos ou individuais, seguido pelo acobertamento ou repressão do Estado, serviram de estopim para que maior número de pessoas criasse um sentimento de solidariedade, superassem o medo de se manifestar e aderissem à luta. Além disso, as redes permitiram com que informações a respeito das manifestações se disseminassem pelo globo de forma rápida e efetiva, despertando o sentimento de esperança por mudanças que viriam a inspirar lutas em outros países.

O uso das TICs pelas organizações dos movimentos sociais de inspirações anarquistas, socialistas e autonomistas, criou interfaces entre o ciberespaço e o espaço público urbano, facilitando com que repertórios de ações coletivas mesclassem formas de ativismos clássicos com o ativismo cibernético ajudando assim a tecer a coesão social necessária para a expressão das insatisfações populares quanto ao seu desejo de maior exercício da cidadania. Foi, portanto, na ocupação dos espaços públicos urbanos (praças, vias públicas e prédios públicos), onde se materializou o desejo pela radicalização da democracia na prática e que mesmo que por um breve momento, tornou possível a manifestação do desejo de maior participação cidadã através das experiências de apropriação do espaço público, da gestão comunitária através das comissões de livre participação e da soberania popular presente nas assembleias populares.

Contudo, o desencadear dos acontecimentos das Jornadas de Junho de 2013, e seus desdobramentos nos anos que o seguiram, nos faz constatar que as ações coletivas das organizações dos movimentos sociais demonstram uma série de desafios relacionados à própria disputa territorial do ciberespaço e do espaço público urbano. É sabido, por exemplo, que outros atores e agentes teceram suas próprias estratégias de disputa da condução das Jornadas de Junho de 2013 devido, em boa parte, a problemas gerados pelo próprio uso das TICs e a problemas inerentes ao processo de construção política baseada no horizontalismo, na ausência de lideranças definidas, e na “[...] falta de apresentação de uma perspectiva de transformação radical para as enormes frações da classe trabalhadora engajadas nas manifestações.” (Monteiro, 2023, p. 28).

Neste contexto de surgimento de uma nova cultura política dos movimentos sociais que conjuga os anseios tanto das redes quanto das ruas, compreender a territorialização destes movimentos através do conceito da multi/transterritorialidade passa a ser a tarefa deste trabalho. Soma-se a isso também a necessidade de compreender como a relação entre ciberespaço e espaço geográfico acaba por si só influenciando essa nova cultura política.

Esses aspectos mostram que, embora as TICs tenham sido ferramentas poderosas para os movimentos sociais, seu uso também traz desafios e implicações que precisam ser cuidadosamente considerados.

1.2 Justificativas

A pesquisa sobre o papel das TICs na territorialização dos movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de 2013 se justifica por várias razões, relevantes do ponto de vista acadêmico, social e político.

O estudo das TICs no contexto dos movimentos sociais é de grande importância para compreender as novas dinâmicas de mobilização e organização social na era digital. As Jornadas de Junho de 2013 representaram um momento singular na história recente do Brasil, em que milhões de pessoas se mobilizaram em diversas cidades do país, reivindicando uma série de questões sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, as TICs, especialmente as redes sociais, desempenharam um papel fundamental na rápida disseminação de informações e na coordenação das ações dos manifestantes, permitindo uma mobilização descentralizada e, ao mesmo tempo, altamente coordenada.

Entender como as TICs influenciaram a territorialização desses movimentos sociais, ou seja, a maneira como os manifestantes ocuparam e reivindicaram os espaços urbanos, é crucial para analisar o impacto dessas tecnologias na configuração do espaço público e nas práticas de contestação política. A territorialização é um processo que envolve tanto o controle físico do território quanto a construção de significados e símbolos associados a esses espaços. Assim, a investigação desse fenômeno pode fornecer insights valiosos sobre como as TICs transformam a relação entre os movimentos sociais e o espaço urbano, influenciando a capacidade dos manifestantes de se apropriar e ressignificar os territórios.

Ademais, este estudo contribui para o campo acadêmico ao abordar uma lacuna na literatura existente sobre movimentos sociais e TICs, fornecendo uma análise mais aprofundada da relação entre tecnologia, ciberespaço, espaço público urbano e mobilização social. Ao explorar o caso específico das Jornadas de Junho de 2013, esta pesquisa amplia o conhecimento sobre como os movimentos sociais contemporâneos utilizam as TICs para se territorializar e exercer influência política em contextos urbanos.

1.3 Objetivos e estrutura da pesquisa

Pretendemos analisar de que maneira as TICs influenciaram a territorialização dos movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de 2013, focando na ocupação e reivindicação dos espaços urbanos pelos manifestantes, assim como, especificamente, examinar o papel das redes sociais e outras TICs na coordenação espacial das manifestações, identificando como essas ferramentas foram utilizadas para organizar e mobilizar os protestos em diferentes locais do Brasil.

Desta maneira, nos propusemos a investigar de que forma as TICs contribuíram para a apropriação simbólica e física dos espaços urbanos durante as Jornadas de Junho de 2013, analisando como os manifestantes utilizaram essas tecnologias para redefinir o uso e o significado de determinados territórios, seja através da coordenação espacial das manifestações, identificando como essas ferramentas foram utilizadas para organizar e mobilizar os protestos em diferentes locais do Brasil, seja para disseminar informações e mensagens durante os protestos, e avaliando o impacto dessas estratégias na construção de uma narrativa comum para a mobilização de diferentes grupos sociais. Para isso, foi preciso explorar as percepções dos participantes sobre o uso das TICs no processo de territorialização dos movimentos sociais, através de entrevistas semiestruturadas, para compreender as experiências e desafios enfrentados pelos manifestantes no uso dessas tecnologias.

Antes, no entanto, para elaborar um roteiro que viesse a nos guiar na tarefa das entrevistas, foi necessário realizar uma pesquisa com base em levantamentos bibliográficos acerca de diversos temas paralelos que se conectam direta ou indiretamente ao tema central deste trabalho. Para além desta introdução, que se compõe do capítulo 1 deste trabalho, mais seis capítulos o constituem.

No capítulo 2, exploramos e analisamos o conceito de ciberespaço, a partir de uma perspectiva geográfica, investigando suas implicações teóricas e práticas para o entendimento do espaço geográfico contemporâneo. O ciberespaço, entendido como o ambiente virtual criado pelas TICs, transforma profundamente as relações espaciais, desafiando conceitos tradicionais da Geografia. Foram revistas as teorias e abordagens diversas que tratam do ciberespaço, destacando suas interações com o espaço físico e os impactos sobre a organização e a dinâmica

espacial das sociedades. Aborda-se a territorialidade no ciberespaço, examinando como os processos de territorialização se manifestam no ambiente virtual e como este se articula com os territórios físicos, influenciando a configuração do espaço urbano e regional. Por meio de uma análise crítica e exploratória, esta dissertação discute como a Geografia pode contribuir para a compreensão do ciberespaço, oferecendo novas ferramentas teóricas e metodológicas para analisar as mudanças espaciais impulsionadas pela digitalização. O estudo também investiga a importância do ciberespaço nas relações sociais, econômicas e políticas, considerando seu papel na reconfiguração do espaço geográfico global. Os resultados desta pesquisa revelam que o ciberespaço não apenas modifica a percepção e o uso do espaço, mas também cria dimensões de análise geográfica, ampliando o escopo de estudo da Geografia e propondo novos desafios para a disciplina.

No capítulo 3, efetuamos uma breve trajetória das relações políticas dos movimentos sociais, no ciberespaço, investigando como essas interações se desenvolvem e se transformam nesse ambiente digital. O ciberespaço, impulsionado pelas TICs tornou-se um campo crucial para a mobilização e a articulação de movimentos sociais, permitindo novas formas de organização, protesto e resistência. Exploramos a evolução dos movimentos sociais no ciberespaço, desde as primeiras iniciativas de ativismo digital até as complexas redes transnacionais que utilizam plataformas on-line para coordenar ações e disseminar suas causas. A pesquisa destaca como o ciberespaço possibilita a amplificação de vozes marginalizadas, facilitando a criação de comunidades políticas que transcendem as barreiras físicas e sociais. Esta dissertação também analisa a relação entre ciberespaço e espaço geográfico, abordando como as relações políticas dos movimentos sociais são territorializadas no ambiente digital, criando novos espaços de disputa e poder.

No capítulo 4, investigamos a relação entre os conceitos de interespaçialidade e multi/transterritorialidade, analisando sua importância para a compreensão da ação política dos movimentos sociais no ciberespaço. No contexto da crescente digitalização das interações sociais e políticas, esses conceitos emergem como fundamentais para entender as novas formas de mobilização e organização dos movimentos sociais, que atuam simultaneamente em múltiplos territórios físicos e virtuais. A interespaçialidade refere-se à interconexão entre diferentes espaços –

físicos e digitais – que os movimentos sociais utilizam para ampliar sua influência e coordenar suas ações. Já a multi/transterritorialidade abrange a capacidade desses movimentos de atravessar e atuar em diversos territórios, desafiando fronteiras geográficas tradicionais e estabelecendo novas dinâmicas de territorialização política.

A pesquisa explora como esses conceitos se manifestam na prática dos movimentos sociais, destacando exemplos concretos de mobilizações que utilizam o ciberespaço para conectar diferentes localidades, criar redes transnacionais de apoio e resistir a formas de opressão em escala global. Também, se analisam as implicações teóricas desses conceitos para a Geografia, propondo uma reflexão sobre como o espaço e o território são redefinidos no contexto digital.

No capítulo 5, exploramos a relação entre os conceitos de interespacialidade e multi/transterritorialidade no ciberespaço, analisando sua relevância para a compreensão da ação política dos movimentos sociais, durante as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Essas manifestações marcaram um momento decisivo na história política do país, mobilizando milhões de pessoas em diversas cidades, e foram significativamente influenciadas pelo uso das TICs, especialmente as redes sociais. A pesquisa investiga como esses conceitos foram fundamentais para a organização e disseminação das manifestações, permitindo que os protestos se espalhassem rapidamente por todo o país, conectando diversas localidades e grupos sociais através do ciberespaço e como este serviu como uma plataforma crucial para a articulação de demandas e a construção de uma identidade coletiva, explorando a interação entre os espaços urbanos ocupados fisicamente e os espaços digitais onde as estratégias de mobilização foram desenvolvidas.

No capítulo 6, apresentamos a análise dos resultados de entrevistas realizadas com membros de movimentos sociais envolvidos nas mobilizações das Jornadas de Junho de 2013, focando em suas práticas políticas, tanto no ciberespaço quanto no espaço público urbano. Buscamos através de entrevistas semiestruturadas compreender como os movimentos sociais combinaram ações no ciberespaço e no espaço público urbano para mobilizar, organizar e expressar suas demandas. As entrevistas revelam as estratégias adotadas pelos ativistas para utilizar as plataformas digitais como interface para comunicação, coordenação e amplificação de suas causas, ao mesmo tempo em que exploram as táticas de

ocupação e ressignificação dos espaços urbanos durante os protestos. Pretendemos com isso discutir como o ciberespaço e o espaço público urbano se complementaram, oferecendo insights sobre a relação entre repertórios de ações coletivas digitais e físicas na nova cultura política dos movimentos sociais. A pesquisa também examina as percepções dos entrevistados sobre as oportunidades e desafios enfrentados ao atuar na interespacialidade destacando a importância de entender a multi/transterritorialidade gerada na interação das esferas digital e urbana para uma análise completa das mobilizações sociais.

Finalmente, no capítulo 7 traremos as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 CIBERESPAÇO

A disponibilidade de diferentes ferramentas cibernéticas, conectadas pela Internet, possibilita a articulação necessária para que diferentes tipos de movimentos sociais planejem e coloquem em prática suas agendas de manifestações e reivindicações. Quanto maior a liberdade de acesso a essas ferramentas, maior a diversidade das formas de manifestações desses movimentos sociais. Essas ações, no entanto, não ficam restritas apenas ao ciberespaço. Tampouco se restringem apenas ao ciberativismo. Elas se desdobram sobre o espaço geográfico como um todo e dá formas a diferentes tipos de ação coletiva.

Práticas virtuais se desterritorializam do espaço cibernético, articulado de forma dinâmica pelas redes técnico-informacionais e se reterritorializam nas ruas na forma de diferentes repertórios de ações coletivas de confronto⁵ (protestos, manifestações, ocupações, boicotes, greves, entre outras formas de ação). Por sua vez, as ações coletivas nas ruas impactam de forma recíproca as práticas virtuais dando origem a uma nova cultura política dos movimentos sociais baseada na dialética entre ciberespaço e espaço geográfico.

Tendo isso em vista, faz-se necessário o debate sobre a relação entre ciberespaço e espaço geográfico através da reflexão sobre a interação contínua entre as experiências on-line e off-line na sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito às relações de poder que fazem com que este fenômeno se torne palco de conflitos, não só dentro da esfera do “virtual”, mas, também, na esfera do “real”. Esse jogo de forças está implícito nas disputas territoriais cada vez mais evidentes no contexto de polarização política no qual nos encontramos.

2.1 Definição de ciberespaço

O termo ciberespaço refere-se ao ambiente virtual, imaterial e interconectado formado pela interação de redes de computadores, sistemas de informação e tecnologias digitais. Este conceito, frequentemente associado à cibercultura, foi

⁵ “Repertório de ação coletiva” refere-se ao conjunto de métodos e formas de expressão utilizados por grupos sociais para realizar suas demandas e objetivos políticos. Em outras palavras, é a gama de táticas e estratégias que um movimento social emprega em sua busca por mudanças. Para mais a respeito, ver: Giugni, McAdam e Tilly (1998) e Tarrow (2009).

popularizado na década de 1980 por pensadores como William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer* (1984). Para Gibson (1984), o ciberespaço é um espaço onde a consciência humana pode ser digitalmente projetada, uma matriz de dados acessada por *hackers* e *cowboys* da informação através de terminais de computador. O ciberespaço é descrito como um espaço imaterial, cheio de geometrias tridimensionais e representações visuais complexas, proporcionando uma experiência sensorial única para quem o acessa, tornando sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível (Lévy, 1999)⁶. Desde sua popularização, este conceito passou a adquirir diferentes significados a depender das perspectivas e a depender dos principais pensadores que dedicaram suas obras ao seu estudo.

Um dos mais renomados destes pensadores, Pierre Lévy, filósofo e sociólogo francês, conhecido por suas contribuições no campo da filosofia da informação, teoria da cibercultura e estudos sobre as transformações sociais relacionadas às TICs, define ciberespaço da seguinte forma:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (Lévy, 1999, p. 17).

Outro grande pensador dedicado ao estudo dos impactos da tecnologia da informação e da comunicação na sociedade contemporânea, Manuel Castells (1996) refere-se ao ciberespaço como um espaço de fluxos caracterizado, por um tempo atemporal e um espaço sem lugar, onde as qualidades formais de tempo e espaço são qualitativamente diferentes. Castells (2016) argumenta que a temporalidade é apagada, suspensa e transcendida no ciberespaço.

Proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores

⁶ Hoje é possível constatar que o termo criado por William Gibson, e aqui retratado por Pierre Lévy, assemelha-se muito mais ao conceito de metaverso, que resumidamente viria a ser a combinação entre “realidade virtual”, “realidade aumentada” e a “internet”, formando um mundo virtual coletivo e compartilhado por usuários no intuito de interagirem dentro de um simulacro digital da realidade.

sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (Castells, 2016, p. 555-557).

Tanto na perspectiva de Lévy (1999) quanto na de Castells (2016), o caráter imaterial do ciberespaço é sustentado por uma “infraestrutura” ou uma “organização” capaz de viabilizar sua sustentação. Essa condição se perpetua na grande maioria das análises sobre a natureza deste espaço. São variados os enfoques sobre o assunto, uma vez que se trata de um conceito ainda em aberto dadas as constantes e permanentes transformações do MTCI. Soma-se, ainda, o fato deste ser um objeto que ultrapassa as fronteiras das mais distintas ciências que se propõem a teorizá-lo, forçando àqueles que se dedicam ao seu estudo seguidas revisões metodológicas e epistemológicas. Situação angustiante dada à “[...] necessidade de fixar um objeto científico que, ao contrário, se caracterizaria pela instigante indeterminação e fragilidade de limites.” (Ferrara, 2008, p. 30).

É possível, no entanto, afirmar que algumas abordagens se destacam dentro do estudo do ciberespaço, a depender do enfoque que se dá a este objeto em termos de relação entre “espaço eletrônico” e “espaço material”. Para Haesbaert (2004), ao citar Graham (1998), o autor destaca três vertentes possíveis de interpretação:

Primeiro, há a perspectiva da substituição e transcendência – a ideia de que a territorialidade humana, e a dinâmica da vida humana baseada no espaço e no lugar, pode de algum modo ser substituída pelo uso de novas tecnologias. Em segundo lugar, há a perspectiva da co-evolução, cujo argumento é o de que tanto os “espaços” eletrônicos quanto os espaços territoriais são necessariamente produzidos juntos, como parte de uma contínua reestruturação do sistema político-econômico capitalista. Finalmente, há a perspectiva da recombinação, que se vale de estudos recentes da teoria da rede-ator. Aqui o argumento é de que é necessária uma visão inteiramente relacional das ligações entre tecnologia, tempo, espaço e vida social. (Graham, 1998, p. 167 *apud* Haesbaert, 2004, p. 275).

As perspectivas mais “transcendentais”, pessimistas ou otimistas, tendem a tratar o ciberespaço como uma nova entidade que prescinde dos atributos físicos clássicos da física newtoniana. Uma dimensão paralela sob o domínio da hiper-realidade e seus simulacros; uma coisa ou um lugar “deslocalizado” aonde “o real se opõe (e é substituído) pela ‘tempestade deformante’ do virtual.” (Crampton, 2003, tradução nossa). Os domínios abstratos da imaginação, desvinculados das estruturas da geometria euclidiana e da cartografia cartesiana, formariam espaços

nos quais os "[...] axiomas da topologia e da geometria, tão firmemente reconhecidos como elementos naturais, podem ser desafiados ou recriados, da mesma forma que várias leis da física." (Benedickt, 1991, p. 119 *apud* Dodge; Kitchin, 2001, p. 62, tradução nossa). Implícita nesta ideia está uma "desespacialização" e um deslocamento – "[...] o tempo real (inaugurado pelo ciberespaço) agora tem precedência sobre o espaço real." (Virilio, 1995, p. 157, tradução nossa).

Virilio (1995) argumenta que, devido ao avanço da tecnologia, especialmente das tecnologias de comunicação e transporte, as distâncias geográficas estão sendo anuladas ou encurtadas, alterando fundamentalmente nossa compreensão tradicional do espaço. Sua visão é baseada na ideia de que a tecnologia, especialmente as telecomunicações e a velocidade dos meios de transporte, estão criando uma espécie de "anulação do espaço" ou "diluição da Geografia que faz com que Virilio proclame inclusive o "fim da Geografia". Assim parece concordar Capel (2001) quando afirma:

Ese espacio virtual es un espacio totalmente nuevo, que no existía antes. Una realidad paralela a la real. No tiene realidad física, solo existe en la comunicación electrónica, en los ordenadores, en los flujos eléctricos. Es un espacio inmaterial, pero con muchos atributos del espacio real, aunque con otros totalmente nuevos. El ciberespacio permite la presencia física en un punto y la telepresencia en otros. En él la distancia geográfica ya no es importante y los conceptos de proximidad y distancia se modifican profundamente. Lo más próximo no está ya más relacionado que lo lejano, como ocurría tradicionalmente. A veces lo lejano está más próximo a través de la conexión informática. La distancia geográfica adquiere otro valor o se convierte en poco significativa. Lo que cuentan son las numerosas conexiones que se establecen y los espacios de relación. (Capel, 2001, p. 50).

O ciberespaço seria então sinônimo de espaço imaterial substituto do real, o que nos leva à discussão entre o falso antagonismo entre realidade e virtualidade. A ideia de que o real e o virtual são opostos sugere uma separação nítida entre o mundo tangível e o mundo digital, ignorando as crescentes interconexões e interdependências entre eles. Na realidade, o virtual não é necessariamente "irreal" ou desprovido de significado. Lévy (1999) defende a ideia de que "o virtual não substitui o real, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo", seria ele, portanto, uma potência do real, "uma realidade latente que ainda não se manifestou completamente". A verdadeira oposição à virtualidade seria a atualidade, vista por Lévy (1999) como aquilo que se torna real e se manifesta a partir do virtual. Além disso, a experiência humana muitas vezes transcende a simples distinção entre real

e virtual. As interações sociais, os relacionamentos e até mesmo as emoções podem ser vivenciados tanto no mundo físico quanto no virtual.

A virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização [...] A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade [...], a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cruza um vazio motor. Se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um conjunto de possíveis, seria desrealizante [...]. A virtualização é um dos principais vetores da criação de realidade. (Lévy, 1999, p. 18, *apud* Haesbaert, 2004, p. 279).

Outras dualidades discutíveis surgem desta perspectiva transcendental do ciberespaço, como materialidade/imaterialidade, continuidade/descontinuidade, presença/ausência, localidade/deslocalidade, territorialização/desterritorialização. Por detrás dessas dualidades persistem questões como: qual a natureza do ciberespaço? O ciberespaço pode ser considerado uma dimensão do espaço geográfico e conseqüentemente seria uma categoria de análise do mesmo? Poderíamos compreender o ciberespaço como uma dimensão socioespacial?

Estes questionamentos, próprios dos estudos sobre a ontologia do ciberespaço se tornam cada vez mais pertinentes, à medida que passamos por transformações profundas em nossas vivências, tanto do espaço quanto do tempo, advindas das cada vez mais intensas e complexas evoluções das TICs e seus impactos na sociedade. Uma coisa é certa, portanto: a relação espaço-tempo e as conseqüências de seu profundo entrelaçamento, nos distancia cada vez mais dos pressupostos que categorizam estes conceitos como entidades absolutas. Diferentes posições que variam entre o idealismo e o materialismo já pautam essas questões nos inúmeros debates acerca da transição da modernidade para a pós-modernidade. As diferentes teorias colhidas dessas discussões ponderam posições que vão desde o idealismo característico do “desencaixe espaço-temporal” (Giddens, 1991), ao materialismo da “compressão espaço-temporal” (Harvey, 1992). Em comum às duas teorias está o fato de que a relação entre sociedade e espaço nos exige que vejamos este último conceito cada vez mais na sua perspectiva relacional, sem perder de vista sua perspectiva material/absoluta/física (Harvey, 2012). Este é um desafio tanto para a compreensão do espaço geográfico como

para a do ciberespaço: aproximar as posições idealistas das materialistas através de um olhar atento para a relação entre materialidade e imaterialidade.

Se considerarmos o espaço tal qual concebido por Santos (2002), ou seja, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações produzido e reproduzido intencionalmente por relações sociais através de ações técnicas, formais e simbólicas, veremos que a existência do próprio ciberespaço só se tornou possível graças à evolução técnica⁷ que tem por consequência criar “[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.” (Santos, 2002, p. 39).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (Santos, 2002, p. 63).

Nesta perspectiva, o ciberespaço é resultado da cada vez maior complexidade do MTCI⁸, ou seja:

Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio *técnico-científico-informacional*. (Santos, 2002, p. 238, grifo do autor).

⁷ Milton Santos (2002) via a técnica como uma forma de mediação social, um instrumento que molda e é moldado pelas relações sociais em um determinado contexto. Seu argumento é de que a técnica não é neutra, mas carrega consigo valores, interesses e relações de poder que influenciam diretamente a organização do espaço, moldando a paisagem e determinando como as pessoas utilizam e transformam o ambiente ao seu redor.

⁸ De forma resumida, para Milton Santos (2002), o meio técnico representa o conjunto de técnicas e tecnologias que a sociedade utiliza para transformar e organizar o espaço geográfico. Sua abordagem destaca a importância de entender como as escolhas técnicas têm impacto nas dinâmicas sociais e espaciais, proporcionando uma visão crítica das relações entre técnica, sociedade e espaço.

Ainda de acordo com Santos (2002), o meio geográfico atual é formado pela conjunção entre tecnosfera (mundo dos objetos) e psicofera (mundo das ações), em que “[...] graças ao seu conteúdo condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais.” (Santos, 2002, p. 256). Arriscamos dizer que o ciberespaço nasce da junção destes dois mundos e que, a partir dela, serão definidas tanto sua existência corpórea como sua existência relacional. Mas então, qual seria a corporeidade do ciberespaço? Seria o ciberespaço uma categoria geográfica?

Retomando Santos (2002), o conjunto de objetos geográficos que sustentam as ações no ciberespaço é composta por diversos elementos distribuídos geograficamente de maneira desigual e combinada (infraestrutura de redes, data centers, roteadores e equipamentos de redes, satélites de comunicação, smartphones, computadores, tablets, linhas de energia elétrica). São eles que darão suporte à transmissão de dados e à conectividade do ciberespaço. Esse simples fato irá definir o grau de inserção ou exclusão dos diferentes lugares, a depender do domínio que estes possuem destes artefatos técnicos na lógica de produção/reprodução do capital. Mas seria este fator suficiente para atribuir ao ciberespaço e as relações sociais que nele ocorrem qualidades específicas de uma categoria de análise da Geografia?

Na tentativa de compreender a relação entre o espaço geográfico e o ciberespaço, surge, no final da década de 1990, a cibergeografia, que se propõe a “geografizar” o ciberespaço e a concentrar esforços na busca por quantificar e localizar a circulação de informação para assim dar “forma” e “geometrizar” o ciberespaço, através do mapeamento não só dos artefatos técnicos que dão sustento à formação das conexões em rede, mas também produzir mapas dos volumes de dados em circulação. Segundo Kitchin (1998):

A cibergeografia é o estudo da natureza da Rede através das perspectivas espaciais da geografia e da cartografia; é um campo emergente de análise que procura revelar as várias formas como o lugar e o espaço são importantes para o desenvolvimento e utilização da Internet. A cibergeografia é então concebida de forma ampla, concentrando-se nas geografias da própria Internet (as espacialidades da atividade e da informação online), nas suas infraestruturas de apoio (fios, cabos, satélites, etc.) e nas implicações espaciais das tecnologias da Internet no que diz respeito aos aspectos culturais, sociais. Questões económicas, políticas e ambientais. Muitas pesquisas em cibergeografia têm se concentrado no

mapeamento e na produção de espacializações (dando forma espacial a informações que não possuem referentes espaciais) da Internet, baseando-se e contribuindo para os princípios que sustentam grande parte da Ciência da Informação Geográfica. (Kitchin; Dodge, 2008, p. 58, tradução nossa).

A cibergeografia busca dessa forma realizar uma análise das relações de poder através de um olhar crítico sobre tópicos como privacidade on-line, desigualdade digital, mapeamento de padrões de uso da Internet, relação entre cidade-campo através do impacto das tecnologias digitais, geopolítica e segurança cibernética, investigações sobre como as tecnologias digitais influenciam setores econômicos, comércio eletrônico, teletrabalho e inovação empresarial. É um campo de estudo que investiga a interseção entre a geografia e as tecnologias digitais e explora como a comunicação, a informação e as redes virtuais afetam a organização do espaço geográfico e considera em sua análise tanto o espaço físico (como cidades, regiões e países) quanto o espaço virtual (como redes sociais, plataformas on-line e ambientes digitais).

A nível técnico, as TIC são relativamente fáceis de mapear. A arquitetura física e a topologia das redes podem ser mapeadas no espaço geográfico e o tráfego através desta rede pode ser representado através de uma forma apropriada de visualização. Da mesma forma, a localização física e as características do hardware, software e *wetware* (utilizadores humanos) podem ser mapeadas utilizando métodos cartográficos tradicionais [...]. O ciberespaço, no entanto, oferece um desafio muito maior: o mapeamento eficaz de formas espaciais visuais (mas sem materialidade, como os mundos virtuais [...]) e o uso de espacializações para fornecer compreensibilidade para informações não espaciais ou imateriais que são difícil de navegar e compreender devido à sua complexidade e mutabilidade. Como tal, os visualizadores do ciberespaço devem encontrar formas de mapear espaços com diferentes formas espaciais e geometrias, incluindo alguns sem propriedades geométricas reconhecíveis; e encontrar maneiras de mapear espaços que quebrem duas das convenções fundamentais das visualizações geográficas. (Dodge; Kitchin, 2001, p. 70, tradução nossa).

Jeremy W. Crampton (2003), em seu livro *The Political Mapping of Cyberspace*, obra de influência declaradamente foucaultiana, analisa a produção do ciberespaço através das relações de poder estabelecidas entre o espaço material e o virtual. Para isso, ele propõe o mapeamento político do ciberespaço, enxergando-o como um espaço contínuo entre essas duas dimensões. Questões relacionadas a mapeamento e vigilância digital do crime dentro de ciberespaços disciplinares e mapeamentos da exclusão digital se tornam instrumentos de investigação das

políticas espaciais do ciberespaço e, para isso, Crampton (2003) fará uso das novas tecnologias de mapeamento digital.

Ao enfatizar assim esta problemática do ciberespaço, desejo assinalar o fato de que o ciberespaço é um resultado contínuo das relações materiais e virtuais de produção, que o sujeito se encontra como parte desta produção e, por sua vez, é produzido. Mas é a produção que é importante, e não o ciberespaço como produto final. (Crampton, 2003, p. 12, tradução nossa).

Um exemplo de estudos sobre cibergeografia no Brasil encontra-se nas obras de Pires (2005; 2009; 2010). O autor se dedica em diversos artigos a estudar a geografia da Internet e a delinear os perfis geográficos das redes de computadores nas mais variadas escalas, desde o Brasil, passando pela América Latina e por fim estudos em escala global. Suas referências sobre o ciberespaço estão relacionadas à base material que estrutura a rede de computadores conectados por meio da Internet, destacando as relações de poder que produzem espaços de comando e de administração dos fluxos de informação de acordo com a dinâmica do capital.

A materialização desse ciberespaço se dá através da expansão da rede mundial de computadores, a Internet, que além de ser a maior biblioteca da humanidade é um processo que interfere e altera as novas formas de composição do capital dos lugares, cidades e regiões, que possuem fluxos e conexões em rede. Esta composição está permitindo, no ciberespaço, a formação de espaços de comando e de administração dos fluxos de informação. (Pires, 2005, p. 1-2).

A cibergeografia colabora para a superação da visão transcendental do ciberespaço ao se posicionar a favor da relação entre materialidade e virtualidade, com maior destaque para a primeira sem negar a segunda. No entanto, esbarra nos limites da definição do ciberespaço ao privilegiar o espaço representado, ou concebido, ou seja, sua construção simbólica e visual por meio de mapas, gráficos, desenhos e outras representações resultantes de decisões políticas, econômicas e culturais. As relações de poder ganham destaque superando a utopia característica da concepção transcendental, porém não alcança as dimensões do vivido e do percebido, tanto do ciberespaço quanto deste em relação ao espaço geográfico.

2.2 O ciberespaço como dimensão do espaço geográfico

É muito tentador considerar o ciberespaço enquanto uma dimensão do espaço geográfico, porém devemos ter certas cautelas quanto a esse impulso.

Mesmo que façamos grandes esforços para torná-lo um simulacro da realidade concreta através de metáforas que venham a nos trazer um sentido geográfico concreto, o simples fato de atribuirmos sentidos através de vocabulários como “sítio na Internet”, “navegação na web”, “entrar no site”, “tráfego de dados”, não faz do ciberespaço propriamente uma dimensão do espaço geográfico.

Isto ocorre porque o espaço no ciberespaço é puramente relacional (tanto geométrica quanto socialmente). O ciberespaço consiste em muitos espaços que são todos construções - produções de seus projetistas e, em muitos casos, de usuários; eles só adotam as qualidades formais do espaço “geográfico” (euclidiano) se forem explicitamente programados para fazê-lo. Além disso, os espaços são muitas vezes puramente visuais, os objetos não têm peso nem massa e a sua fixidez espacial é incerta (os espaços podem aparecer e desaparecer num momento). O ciberespaço possui formas espaciais e arquitetônicas desmaterializadas e dinâmicas; espaços que não são fisicamente tangíveis, na medida em que só podem ser explorados pela mente, mas que se relacionam metaforicamente com a experiência corporal. Muitos espaços não têm contrapartes geográficas tangíveis – são espacializações que utilizam uma metáfora geográfica para ganhar tangibilidade. (Dodge; Kitchin, 2001, p. 30, tradução nossa).

Então, mesmo que Silva (2013) defenda que, em última instância, as informações que circulam no ciberespaço estejam armazenadas fisicamente em dispositivos que vão do simples pen drive até gigantescos datacenters, e que estejamos cada vez mais próximos da corporificação dos espaços virtuais através do contato manual com as telas *touchscreen*, nos vemos obrigados a discordar veementemente de sua afirmativa:

Em contraposição à ideia de que não se pode tocar o ciberespaço, uma vez que ele seria um elemento descorporificado, a indústria da alta tecnologia já providenciou maneiras de se transpor essa percepção e conduzir as pessoas a uma hiper-realidade e, ao contrário da utilização corrente do termo, tornar atual uma realidade virtual: foram desenvolvidos aparatos técnicos como as telas *touchscreen*, que conduzem indivíduos a uma interação ainda mais imediata com o ciberespaço, assim como os sensores de movimentos corporais como o *Kinect* do console de videogame *Xbox 360*, que moldam uma outra forma de percepção e de interação com o ciberespaço. É através desses meios que o ciberespaço paulatinamente deixa de ser algo sem matéria em termos perceptivos e sensoriais, para se tornar um espaço como outro qualquer, onde até mesmo o toque físico já é possível no momento em que se passam os dedos sobre a tela *touchscreen* de um *smartphone*. (Silva, 2013, p. 58, grifos do autor).

Discordamos, porque sensações e toques manuais em telas, a nosso ver, não fazem do ciberespaço um espaço como outro qualquer, muito menos geográfico. Confere, sim, o atributo da materialidade como vimos anteriormente quando constatamos que sua existência é possibilitada enquanto face do MTCI, porém o

conjunto das ações nele estabelecidas são virtuais. São potências da realidade que só se tornam efetivas e atuais quando se consolidam no espaço geográfico em um movimento dialético entre materialidade e virtualidade. Portanto, o ciberespaço não é um espaço geográfico no sentido tradicional. Em vez disso, é um espaço virtual que existe como um espaço de comunicação. Além disso, devemos lembrar que seu próprio funcionamento pode ser arbitrariamente controlado, sujeito a regulamentações e, em último caso, até mesmo ser “desligado”⁹ gerando abalos em sua continuidade/descontinuidade espaço-temporal.

Quantificar o tamanho do ciberespaço, através do mapeamento e do levantamento de dados dos objetos técnicos e suas capacidades, nos ajuda a estabelecer parâmetros da materialidade da infraestrutura necessária para a sua produção, assim como nos ajuda a compreender as relações de poder implícita na distribuição desigual destes objetos, no entanto, não são suficientes para que possamos considerar as dinâmicas nele estabelecidas como dinâmicas socioespaciais concretas. Que as ações no ciberespaço podem interferir na organização socioespacial, isso não há dúvidas. É a potência sempre disposta a se concretizar. No entanto, ela pode ou não se tornar efetiva. A informação não necessariamente se converte em práxis no espaço geográfico. Ela, por muitas vezes, funciona como simulações, simulacros da realidade elaborando-se através de metáforas espaciais (Baudrillard, 1991). Com isso não estamos dizendo que não são reais. Pelo contrário, se aproximam de uma hiper-realidade, em que a realidade e suas representações se tornam indistinguíveis, em que a imagem simulada se sobrepõe ao real (Baudrillard, 1991).

O ciberespaço é, então, um ambiente que permite inúmeras possibilidades do mundo real. O mundo virtual caracteriza-se não propriamente pela representação, mas pela simulação. Esta simulação é, na verdade, apenas uma das possibilidades do exercício do real. Desse modo, podemos afirmar que o ciberespaço não está desconectado da realidade. [...]. Temos, portanto, um novo referencial do espaço vivido enquanto produto das relações humanas mediatizadas pela revolução telemática, impondo novas

⁹ Embora o desligamento total do ciberespaço seja uma tarefa extremamente difícil devido à sua natureza distribuída e global, são diversos os casos em que governos tentaram restringir ou interromper parcialmente o acesso à internet e outros dispositivos de comunicação em seus territórios. Essas ações geralmente ocorrem por motivos de segurança nacional, controle de informações ou durante períodos de instabilidade política. Países como Egito, Síria e Líbia experimentaram situações semelhantes em 2011 durante a Primavera Árabe. Mais recentemente, em 2021, as autoridades de Mianmar impuseram restrições à internet, cortando o acesso a redes sociais e implementando bloqueios de comunicação em várias regiões do país em resposta aos protestos contra o golpe militar sofrido pelo partido civil, Liga Nacional pela Democracia.

formas de pertencimento destituídas da materialidade dos lugares, tal como até então concebemos. Ou seja, na rede o indivíduo pode pertencer a um lugar que não existe, já que este se apresenta como simulacro. (Silva; Tancman, 1999, p. 58-59).

Não há como negar que o ciberespaço é uma dimensão da sociabilidade humana, no entanto, “[...] nesse novo espaço, o imaginário é percebido como concreto, e essas alterações sociais inferem na modificação de comportamentos e também em uma nova forma de compreensão da realidade.” (Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 181).

Observamos na história da existência humana, que o homem, no movimento dialético de interiorizar o mundo e exteriorizar-se sobre ele, é capaz de ir além da concretude que o mundo lhe determina e do seu próprio fundamento (o nada). Transcende o tempo e a pretensa organização elementar que sobre ele é realizada (passado, presente e futuro), inclusive o espaço geográfico, seu corpo concreto e o corpo alheio construindo os corpos abstratos, a própria subjetividade que é objetivada pelas construções sociais e, a objetividade do mundo, cuja práxis a torna objetividade subjetivada. (Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 186-187).

Segundo Silva, Teixeira e Freitas (2015), abertamente influenciadas pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre, as práticas sociais no ciberespaço são novos projetos de existência do homem agenciadas por novos modelos de relacionamento em uma nova plataforma da realidade, projeções de sua consciência enquanto corpo abstrato, onde:

Na relação com o corpo, no ciberespaço, o homem se presentifica como ser-para-outro e ser-para-si-para-outro. Como corpo abstrato, concretiza suas ações nas imagens, linguagens, símbolos, programas, que buscam contextualizar, dar voz às suas emoções, cultura, vivências e ao projeto deste. O corpo com ser-para-si não está dentro do ciberespaço, mas se apresenta defronte do aparato tecnológico como o computador e todos os seus derivados que ligam os homens no ciberespaço. Sem corpo, não há consciência e sem esta, não há criação. Dessa maneira, corpo e consciência continuam interligados na construção, manutenção e na relação com os demais usuários, a diferença é o lugar que o homem ocupa com seu corpo. Mas é graças à negatividade de sua consciência e à capacidade de transcendência desta que pode ir além do mundo ao vivo, presentificar-se no ciberespaço e, com isso, continuar a criar sua existência, na totalização em curso, só que em outro cenário, tal qual na história da humanidade, quando buscou transcender as condições limitantes do seu corpo. Da invenção da roda, para melhor locomoção na era primitiva, à ferramenta para a realização dos trabalhos artesanais na era agrícola, as máquinas na Era Industrial e as novas tecnologias na Era do Conhecimento, todas essas práxis foram motivadas pela angústia diante da relação contraditória entre liberdade e facticidade, ou seja, entre possibilidades e limites. (Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 188).

Dentro desta perspectiva, o ciberespaço em essência distingue-se do espaço geográfico e, portanto, não seria uma categoria do mesmo, o que não impede em hipótese alguma que se torne objeto de seu estudo, principalmente no que tange ao papel da informação na organização social do espaço. Ainda em diálogo com o existencialismo, resgatamos Santos (2012) em sua afirmativa em que “[...] se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno.” (Santos, 2012, p. 119). Desta maneira, enxergamos que a relação dialética entre Ser e Existência, assemelha-se à dialética entre o ciberespaço e o espaço geográfico. As relações sociais que acontecem no ciberespaço, ou seja, da ordem da virtualidade são, assim como visto anteriormente em Lévy (1999), potências a serem concretizadas ou não no espaço geográfico, o espaço da Existência enquanto realização concreta.

Assim, o espaço, é antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço. Por isso, com o afirma E. Dardel (1952, p. 59). [...] o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, como aquilo que lhe dá corpo e atribui lugar a cada coisa existente. Pode-se dizer que é a terra que *estabiliza* a existência. (Santos, 2012, p. 120, grifo do autor).

Através dessa passagem de Santos (2012), não tencionamos dizer que as relações sociais no ciberespaço não são reais porque estaríamos incorrendo no erro de opor realidade à virtualidade, nem queremos afirmar que não há uma relação entre corpo concreto e corpo abstrato no ciberespaço, pois vimos anteriormente que até mesmo para agirmos no ciberespaço, temos de ocupar um lugar no espaço geográfico. Pelo contrário, afirmamos que é possível ter no ciberespaço uma nova configuração do ser no mundo, porém, não está no ciberespaço em si a busca epistêmica pela compreensão dos fenômenos da organização da sociedade em rede em suas dimensões políticas, culturais e econômicas. Até mesmo porque Ser-Existir não é um ato que se cessa no espaço geográfico Santos (2012), porém, o mesmo não se pode dizer do ciberespaço pois uma vez que este seja “desligado”, nossa condição de Ser-Existir cessa. Desta maneira não acreditamos ser o ciberespaço um *continuum* do espaço geográfico.

O que nos interessa, todavia, é onde os dois, ciberespaço e espaço geográfico se encontram. É onde as ações virtuais deixam de ser ações e tornam-se práxis. Acreditamos que isso se dá no entre-espaços, no campo da interespacialidade.

2.3 Entre-espaços

Antes de chegarmos na elaboração da ideia de interespacialidade, vamos considerar em nosso trabalho o ciberespaço enquanto uma dimensão do espaço social. Henri Lefebvre (2013), em seu livro “A produção do espaço”, publicado originalmente em 1974, elabora a teoria do espaço social, onde propõe que o espaço social é uma construção complexa que vai além da dimensão física e geográfica. Lefebvre (2013) propõe uma concepção do espaço como um produto das relações sociais, e argumenta que o espaço não é apenas um contêiner físico onde as atividades humanas ocorrem, mas é, em si mesmo, uma construção social, moldada e produzida por meio das interações sociais, das relações de poder, das práticas culturais e das dinâmicas econômicas que ocorrem em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico.

Relações de classe, gênero, etnia, poder e outras formas de diferenciação e hierarquia social se manifestam no espaço por meio da distribuição desigual de recursos, acesso a serviços, segregação espacial e outros fenômenos sociais e por isso refletem relações de poder e as contradições presentes na sociedade. Torna-se assim um campo de luta e contestação, onde diferentes grupos sociais buscam controlá-lo e dar significado ao ambiente construído. Em suma, para Lefebvre (2013), o espaço social é uma categoria analítica que permite compreender o espaço como uma construção social e histórica, permeada por relações sociais, poder e significado cultural.

É justamente pela forma como Lefebvre (2013), em sua abordagem, amplia nossa compreensão do espaço, para além de sua dimensão física, reconhecendo sua importância como um campo de luta e produção social, que iremos nos apoiar. Nos apoiamos na ideia de que o ciberespaço constitui uma das dimensões do espaço social.

Espaço (social) é um produto (social). Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em “si mesma”. Contra tal visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de produção do espaço, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social - do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido. Mas, de que forma se abarca esse espaço social? Como na maioria das teorias contemporâneas sobre o espaço, Lefebvre avança a partir de um conceito relacional de espaço e tempo. O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. [...] De acordo com essa perspectiva, espaço e tempo não são puramente fatores materiais. Nem podem ser reduzidos ao status de puros, conceitos a priori. Eles são entendidos como sendo aspectos integrais da prática social. Lefebvre os vê como produtos sociais, consequentemente eles são ambos, resultado e pré-condição da produção da sociedade. (Schmid, 2012, p. 91).¹⁰

Ainda de acordo com Lefebvre (1991 *apud* Velásquez, 2004):

El espacio social se develará en su particularidad en la medida en que deje de ser indistinguible del espacio mental (tal y como lo definen los filósofos y los matemáticos) por un lado, y del espacio físico (tal y como lo define la actividad práctico sensorial y la percepción de la “naturaleza”) por el otro. Lo que estoy tratando de demostrar es que dicho espacio social no está constituido ni por una colección de cosas, ni por un agregado de información (sensorial), ni por un paquete vacío parcela de varios contenidos, que es irreductible a una “forma” impuesta, a un fenómeno, a las cosas o a una materialidad física (Lefebvre, 1991, p. 27 *apud* Velásquez, 2004, p. 62-63).

Segundo Velásquez (2004), a abertura do conceito de espaço social como proposto por Lefebvre nos permite enxergar as múltiplas dimensões do mesmo e com isso conjecturar a respeito de sua indissociabilidade. Não só isso, é possível imaginar sua sobreposição e por que não sua interseção com outras dimensões? Se levarmos em conta que o ciberespaço é uma das dimensões do espaço social, podemos afirmar, então, que é possível conceber o momento em que essa dimensão entra em contato com o espaço urbano criando um híbrido onde a dialética entre materialidade e virtualidade se concretiza. Entre o ciberespaço e o espaço urbano a possibilidade do real se converter em realidade objetiva, nas mais diferentes ordens do fazer social (vivido/percebido/concebido).

¹⁰Sugerimos modestamente a seguinte adaptação no início da citação: “Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de **(ciber)espaço**, imaginado como uma realidade virtual independente, que existe em “si mesma”. Schmid, 2012, p. 91, grifo nosso).

Sin embargo, en esta apertura del espacio, [Lefebvre] argumenta que no existe un solo espacio social, sino una multiplicidad incontable a la que genéricamente designamos con ese nombre, en donde ninguno de ellos desaparece o se elimina, sino que, por el contrario, se sobreponen y se suponen. [...] El espacio social, en su hipercomplejidad, tiene el principio de la interpenetración y de la superposición, y resulta de la multiplicidad de relaciones que en él se encuentran. Lo local no desaparece ante lo global, sino que se encuentra simultáneamente con él a partir de la concurrencia de vínculos que se generan entre ellos y en su interior. Incluye en los mismos, puntos fijos, redes, olas y movimientos, algunos interconectados, otros en conflicto. (Lefebvre, 1991, p. 88 *apud* Velásquez, 2004, p. 71, grifo nosso).

Novamente, não é uma questão propriamente de negar a dimensão material do ciberespaço, mas buscar o ponto de interseção e entrecruzamento entre as simbióticas práticas sociais virtuais e concretas. Por isso mesmo tendemos a concordar com Massey (2008) quando esta afirma:

O contraste entre o suposto efeito do ciberespaço e a dinâmica de sua própria produção – isto é, entre, por um lado, a superação do espaço, e por outro, seu uso e fabricação extremamente matizados – realça, precisamente, a diferença entre o espaço compreendido apenas como distância e o espaço num sentido mais rico. O que quer que esteja acontecendo ao primeiro, o último está muito longe de ser aniquilado. E esse fato de que a virtualidade do ciberespaço tenha suas raízes, muito firmemente, na terra, realça, também, outra coisa: que o mundo do espaço físico e o mundo das conexões eletronicamente mediadas não existem como se fossem duas camadas separadas, uma (na qual se situa, eu respeito, um olhar comum da nossa imaginação) flutuando de maneira etérea em algum lugar, para além da materialidade da outra. (Massey, 2008, p. 145).

A interseção entre ciberespaço e espaço urbano mencionada anteriormente é tida por autores como Castells (2013) enquanto espaço híbrido. Para o autor o espaço híbrido refere-se à interconexão complexa entre o espaço físico e o espaço virtual, impulsionada pela ascensão das TICs. Essa interconexão cria formas de organização social, econômica e política, onde o espaço físico e o virtual se influenciam mutuamente. Por exemplo, as redes sociais digitais conectam pessoas em todo o mundo, moldando suas interações e relações sociais, enquanto ao mesmo tempo essas interações on-line têm impactos no espaço geográfico. Neste caso, as fronteiras entre o mundo off-line e on-line estariam cada vez mais difíceis de serem discernidas, afetando diretamente a vida cotidiana, a identidade individual e coletiva, bem como as estruturas de poder e controle.

Assim, é uma sociedade em rede autoconstruída com base na conectividade perpétua. Mas não é uma sociedade puramente virtual. Há

uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. (Castells, 2013, p. 169).

A ideia de hibridismo do espaço não é nova para a geografia. Milton Santos (2012), por exemplo, defende a ideia de que não podemos entender o espaço apenas em termos de suas características físicas, mas devemos considerar também as dimensões sociais e culturais que o compõem, ou seja, como uma junção entre sistemas de objetos e de ações. Compreender o espaço como híbrido seria em sua visão essencial para entender as complexidades das relações sociais e as dinâmicas do mundo contemporâneo. Porém, como vimos anteriormente, não iremos tratar o ciberespaço enquanto uma dimensão do espaço geográfico, embora sua existência se sustente na materialidade de objetos geográficos responsáveis pela infraestrutura da circulação de informações que nele circulam. Afirma-se aqui, novamente, que trataremos os fenômenos sociais que ocorrem no ciberespaço enquanto uma dimensão do espaço social, passíveis de serem concretizados no espaço geográfico ou não. Neste sentido, a conceituação de espaço para Castells (2013), embora por muitas vezes nos pareça imprecisa e aberta demais, carecendo muitas vezes de uma maior precisão em sua definição, nos sugere um caminho possível para a compreensão da dinâmica da interface entre ciberespaço e espaço geográfico. Na tentativa de atribuir uma identidade específica dos movimentos sociais na era da Internet, Castells (2013) confere a este híbrido de ciberespaço com espaço urbano, a qualidade de um terceiro espaço, sinônimo de espaço de autonomia e espaço público.

Embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da Internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, seja por ocupação permanente de praças públicas seja pela persistência das manifestações de rua. O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos da Internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço a que dou o nome de espaço da autonomia. (Castells, 2013, p. 160-161).

Entendemos que este terceiro espaço a que Castells (2013) se refere seja uma das muitas dimensões de um mesmo espaço social, mais especificamente uma dimensão política e cultural que aponta para a emergência de espaços de encontro, negociação e resistência entre culturas, identidades e sistemas de poder distintos,

porém, não exatamente um outro espaço para além do ciberespaço e do espaço urbano.

Valadares e Teodoro (2019) através da proposta de criação de uma tratativa territorial híbrida analisam sob uma perspectiva Lefebvriana, questões referentes à vivência espacial da cidade por meio de aplicativos e programas de realidade aumentada.¹¹ Valadares e Teodoro (2019), ao estabelecerem uma relação entre a tríade lefebvriana de espaço vivido-concebido-percebido com a relação entre a tríade real-virtual-híbrido, chegam na concepção do conceito de “territórios ampliados”, que visa o auxílio na compreensão da forma como nos relacionamos com espaço e, conseqüentemente, com as novas relações sociais advindas da condição híbrida que ultrapassa a materialidade dos espaços vividos e a imaterialidade dos espaços virtuais (Valadares; Teodoro, 2019).

A relação do ser com o meio ultrapassa a materialidade dos espaços vividos e a imaterialidade dos espaços virtuais. Sua identificação e seu pertencimento nesses espaços são resultados das multiterritorialidades vivenciadas e, assim, deve-se compreender o ciberespaço como um instrumento da influência e reconhecimento dos indivíduos. Tecnologias como a realidade aumentada podem contribuir para uma experiência ainda mais amplificada da relação informacional com os espaços urbanos, pois funcionam como uma “lente” capaz de decodificar dados, imagens, sons e textos, configurando uma camada virtual imbricada na materialidade espacial. (Valadares; Teodoro, 2019, p. 6).

Os autores buscam na ideia de território informacional de Lemos (2007), (que realiza uma leitura de território misto caracterizado pela relação material e comunicacional) e na de multiterritorialidade de Haesbaert (vivência concomitante de diversos territórios/territorialidades), e na Teoria da Produção Social do Espaço de Lefebvre, o embasamento teórico que os permitiram chegar ao conceito de território ampliado, que se trata, na verdade, de um território formado pela sobreposição de “[...] múltiplas camadas espaciais, munidas de representação, prática e concepção em uma dialética entre o físico e o virtual.” (Valadares; Teodoro, 2019, p. 12).

E é por base deste suporte que se procura a leitura do território híbrido, o informacional ampliado. Em outros termos, atrelar à ótica material de Henri Lefebvre a camada informacional presente na realidade aumentada locativa,

¹¹Realidade aumentada é uma tecnologia que combina elementos virtuais com o ambiente físico real, proporcionando uma experiência interativa e imersiva aos usuários. Diferentemente da realidade virtual, que cria um ambiente completamente virtual, a realidade aumentada adiciona sobreposições digitais ao mundo real. Um dos exemplos mais famosos de realidade aumentada é certamente o jogo *Pokemon Go* que quando lançado em 2016 gerou forte debate sobre seu impacto no cotidiano urbano.

como forma de determinar a produção do espaço social híbrido, marcado pela simultaneidade de experiências físicas e virtuais. Instaura-se, então, a análise tridimensional dialética de Lefebvre sob a esfera física-virtual-híbrida, sob a esfera física-virtual-híbrida do espaço, respectivamente imbricada nos pontos de interação do jogo com a cidade. Faz-se necessária a reinterpretação das instâncias da prática espacial, da representação do espaço, e do espaço de representação em uma condição de simultaneidade de experiências – neste caso, como jogador inserido nas dinâmicas virtuais, mas com relação corpórea presente. (Valadares; Teodoro, 2019, p. 12-13).

Ainda sobre a experiência multiterritorial com base na teoria Lefebvrina da Produção Social do Espaço através dos meios técnicos da realidade aumentada, Valadares e Teodoro (2019) afirmam:

Por fim, a configuração determinada entre a prática espacial e a representação do espaço converge na experiência do vivido, uma resposta individual ou de um grupo de indivíduos quanto à instância simbólica emergente da vivência física-virtual. Os espaços de representação na experiência do jogo são o híbrido da confluência das relações materiais e imateriais. O espaço vivido se estabelece pelas construções afetivas sensoriais e relacionais e, por vínculo estabelecido, não se pode traduzir por uma experiência formal descritiva. Além da incursão corpórea física, essa vivência se enriquece com o ganho da nova carga relacional, por meio da interação pela camada virtual. (Valadares; Teodoro, 2019. p. 13).

Com a finalidade de ilustrar a relação entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação sob a esfera do físico-virtual-híbrido, os autores chegam à seguinte esquematização para composição dos territórios informacionais ampliados:

Figura 1 – Composição dos territórios informacionais ampliados.



Fonte: Valadares e Teodoro (2019, p. 14).

Se por um lado a esquematização produzida pelos autores e reconhecida pelos mesmos como uma forma reducionista do pensamento Lefebvrino, cuja essência é inclusive nos colocar o desafio de não separar as categorias de análise do espaço produzido e pensá-las de forma dialética, por outro lado atende os

objetivos de criar um instrumento analítico do contexto híbrido que define o espaço social na atualidade e sua impossibilidade de separação da relação física-virtual-híbrida.

O conceito de território informacional ampliado foi elaborado por Valadares e Teodoro (2019), com base nos efeitos das tecnologias da realidade ampliada na produção e apropriação de um espaço social cada vez mais associado a sua condição híbrida, e realmente parece fazer algum sentido quando faz alusão a um território acrescido de informações virtuais que têm como referência o mundo real, como forma de expandir os sentidos do lugar. Porém, nem toda relação que se dá entre o ciberespaço e o espaço geográfico, é propriamente uma relação de sobreposição de camadas informacionais, tão bem definidas quanto as imagens projetadas de um jogo ou de um aplicativo sobre a paisagem urbana. Certamente, isso traz novas experiências para o cotidiano das cidades, mas os impactos das práticas espaciais nas interseções entre o virtual e material são muito mais complexas e refletem outras formas de apropriação do espaço urbano, que vão além da criação de objetos virtuais em um cenário real através de telas e câmeras.

Não devemos desconsiderar o fato de que o hibridismo proposto por Valadares e Teodoro (2019) é diretamente influenciado pelo conceito de território informacional elaborado por Lemos (2007), como mencionado anteriormente, e gostaríamos de retornar a este conceito. André Lemos, pesquisador de temas diversos envolvendo o eixo central da cibercultura, se dedicou a estudar os efeitos das chamadas mídias locativas,¹² nas novas práticas socioespaciais ocasionadas pelas TICs das redes sem fios e dispositivos móveis dentro do que ele designa por “ciberurbe”¹³. Essas mídias locativas seriam responsáveis pela criação do que Lemos (2008, p. 13) chama de territórios informacionais ou mais precisamente, “[...] áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano [...]”, território este que nasce da “[...] sinergia entre o espaço urbano, a mobilidade social e o espaço eletrônico.”

¹²Exemplos de mídias locativas, segundo Lemos (2008), seriam aplicativos de geolocalização, jogos de realidade aumentada, arte urbana digital, dispositivos móveis ou vestíveis como smartphones, *smartwatches* e *smartglasses*.

¹³A “ciberurbe” é um conceito desenvolvido por André Lemos em 2004, que se refere à cidade ou ao espaço urbano no contexto da era digital e da crescente influência das TICs na vida urbana. Para Lemos, a “ciberurbe” representa uma nova forma de compreender e analisar as cidades, considerando não apenas a infraestrutura física e os aspectos sociais tradicionais, mas também a interação cada vez maior entre o espaço urbano e o mundo digital.

O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio. O território informacional não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico. Por exemplo, o lugar de acesso sem fio em um parque por redes *Wi-Fi* é um território informacional, distinto do espaço físico do parque e do espaço eletrônico Internet. Ao acessar a Internet por essa rede *Wi-Fi*, o usuário está em um território informacional imbricado no território físico (e político, cultura, imaginário etc.) do parque, e no espaço das redes telemáticas. Mostramos como as mídias locativas fomentam processos de criação do que chamaremos aqui de territórios comunicacionais, espaços híbridos de controle eletrônico-informacional e físico em mobilidade no espaço urbano. As funções analisadas de realidade aumentada, mapeamento, geolocalização e anotações são formas sociais que emergem no espírito de buscar e criar sentido no espaço urbano em sua condição de ciberurbe. (Lemos, 2008, p. 14, grifos do autor).

Como é possível notar, Lemos (2008) trabalha com a ideia de formação de um híbrido entre espaço eletrônico e o espaço físico, e, para nós, é inevitável estabelecer um paralelo com o híbrido entre ciberespaço e espaço geográfico, afinal de contas, espaço eletrônico não seria um termo mais genérico para ciberespaço? E o espaço físico não seria um reducionismo do senso comum ao se referir ao espaço geográfico? Salvo este detalhe, nos interessa aqui, novamente, essa concepção híbrida entre espaços e mais ainda esta escolha do autor em designar neste híbrido a formação de uma “zona de interseção”. A hibridização a que o autor se refere é encontrada também na associação que Lemos (2008) faz entre os territórios informacionais e o conceito de heterotopia.

Heterotopia é um termo cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault (1984), para descrever espaços físicos ou sociais que estão fora das normas habituais e que desafiam as convenções de espaço e tempo. Em contraste com a ideia de “utopia”, que representa um lugar ideal ou perfeito, a heterotopia é um espaço real, tangível, mas que contradiz as expectativas sociais. Foucault (1984) examina locais como prisões, jardins de infância, cemitérios, hospitais, entre outros, como exemplos de espaços heterotópicos e argumenta que esses espaços são lugares de simultaneidade, onde diferentes regras e realidades coexistem, desafiando as hierarquias estabelecidas e oferecendo novas perspectivas sobre a sociedade e a experiência humana. Esses espaços podem servir como locais de resistência, de subversão ou de reflexão crítica sobre as estruturas sociais dominantes.

Para Lemos (2008), os territórios informacionais podem ser pensados como uma “heterotopia do controle informacional da cibercultura” e dentro dos princípios

da heterotopia encontrados neste território, destacamos um em particular¹⁴: o terceiro princípio em que as heterotopias sobrepõem vários espaços a um só espaço. Neste caso, “[...] o território informacional, intersecção entre os espaços urbano e eletrônico, é um exemplo dessa fusão e reconfiguração de espaços.” (Lemos, 2008, p. 220).

Hibridismo, interseccionalidade e heterotopia são palavras-chaves para a compreensão do vínculo dos territórios informacionais “[...] aos demais territórios, sejam eles culturais, políticos, subjetivos, corporais, geográficos [...]” (Lemos, 2008, p. 225), o que demonstra implicitamente de que se trata de um conceito que dialoga diretamente com a perspectiva teórica da multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004).

Desta forma, a produção cinética de André Lemos certamente se encontra dentro das análises que buscam a compreensão de como as tecnologias digitais em rede tendem a delimitar e definir áreas geográficas, através da produção, circulação e consumo de informações. Em termos políticos, terá impacto nos estudos sobre direito à privacidade, processos de vigilância e controle, porém, sua análise parece se centrar demais nas tecnologias digitais como principais impulsionadoras das interações sociais e culturais, ignorando outros fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam essas dinâmicas. Partir de uma análise política centrada no uso das TICs pode ofuscar elementos mais complexos e conjunturais das disputas de poder inerentes desta relação entre virtualidade e materialidade. Veremos mais adiante que este é o perigo que correm os analistas dos movimentos sociais que atribuem um peso excessivo, quase determinístico, no uso dessas tecnologias na formação de uma nova cultura política dos movimentos fazendo com que este aspecto ofusque diversos outros na construção de suas identidades.

¹⁴Os outros quatro princípios da heterotopia sob a ótica dos territórios informacionais, segundo Lemos (2008), seriam: o primeiro princípio em que diz que toda cultura cria heterotopias e, no caso, a cibercultura criaria uma heterotopia do controle informacional; o segundo princípio diz que com a evolução da sociedade as heterotopias mudam de função e com os territórios informacionais elas ganhavam funções antes inexistentes; o quarto princípio liga as heterotopias à dimensão do tempo e neste caso seria a ligação ao tempo real de acesso e controle da informação; no quinto princípio as “heterotopias se constituem como sistemas de abertura/fechamento, tornando-as penetráveis/herméticas”. O acesso ao controle informacional não pertenceria a todos, mas exclusivo àqueles que possuem acessos às informações.

2.4 Sobre interespacialidade

Até agora, quando falamos da interação entre ciberespaço e espaço geográfico, ou sobre virtualidade e materialidade, ficou evidente que em comum entre os autores estudados encontramos o seguinte tópico: a interseção espacial, ou melhor, “a relação entre espaços”.

A essa “relação entre espaços” chamaremos de interespacialidade, que, segundo Lussault (2007), trata-se de um conceito que se refere à maneira como diferentes espaços estão interligados e influenciam-se mutuamente dentro de um contexto geográfico mais amplo. Examina como as relações entre espaços, sejam eles urbanos, rurais, naturais ou construídos, contribuem para a formação e transformação das paisagens geográficas.

Lussault (2007) argumenta, por exemplo, que não podemos entender plenamente um espaço isoladamente, mas sim através das relações e conexões que ele mantém com outros espaços. Essas conexões podem ser de natureza física, como redes de transporte e comunicação, ou podem ser mais simbólicas e culturais, relacionadas às representações e significados atribuídos aos lugares. Além disso, enfatiza a importância da mobilidade e da circulação de pessoas, ideias, mercadorias e informações na construção da interespacialidade e nas maneiras como as políticas públicas, os sistemas econômicos e as práticas sociais moldam e são moldados pela interação entre diferentes espaços (Lussault, 2007). A interespacialidade é uma abordagem que busca compreender as complexas interações e interdependências entre os espaços geográficos, reconhecendo que esses espaços não existem isoladamente, mas estão integrados em uma rede dinâmica de relações (Lussault, 2007).

Indo mais afundo nessa relação de interespacialidade, Lussault (2007) admite que as relações assim definidas portam entre elas interações específicas de coespacialidade, ou seja, de coexistência de diferentes elementos sociais e espaciais no mesmo espaço geográfico. E, argumenta que o espaço não é apenas um cenário onde eventos ocorrem, mas também é uma construção social onde diferentes práticas sociais se encontram e interagem. Essas práticas podem incluir ações individuais, instituições, infraestrutura urbana, e entre outros aspectos, os movimentos sociais. Portanto, “[...] o espaço das sociedades hipermóveis

contemporâneas é relativo, relacional, marcado pela coespacialidade, isto é, pela capacidade de usufruir de vários espaços de diferentes tamanhos ao mesmo tempo.” (Lussault, 2007, p. 44, tradução nossa). A coespacialidade não se refere, portanto, apenas à ocupação física do mesmo espaço, mas também se refere à sobreposição e interconexão de diferentes realidades sociais e culturais nesse espaço.

Estes diferentes espaços imagéticos, que na sua disposição formam uma totalidade limitada, não se encontram numa relação hierárquica de nidificação de escala, do menor ao maior, apesar do que a imagem e a sua legenda nos deixam ver. É importante abandonar esta concepção clássica de interespaçialidade, concepção que muitas vezes ainda se impõe como lugar-comum. Entre o território de Lyon, o espaço de continuidade dos edifícios, a área da comunidade de aglomeração (em processo de territorialização), a área urbana (uma área geógrafa especialista e um espaço de práticas em rede), as relações são as de coespacialidade – uma interação de espaços ocupando a mesma extensão. Porque cada espaço não cabe no espaço maior, como num jogo de bonecas russas, mas todos formam um sistema espacial aberto onde o todo contém a parte, que contém o todo. Haveria, então, incessantes jogos de espelhos e correspondências entre todos os espaços aqui apresentados, cada um sempre já presente nos outros e contribuindo para a sua definição e a sua existência. (Lussault, 2007, p. 95, tradução nossa).

Ainda de acordo Lussault (2007):

A lógica da copresença promove a contiguidade do contacto físico entre as realidades unidas e antes desenvolve interfaces e interligações enquanto a lógica topológica, ligada à mobilidade, estabelece uma ligação que preserva a separação material entre os dois objetos unidos. A diferença não é pequena e todas as investigações empíricas mostram que a “ubiquidade mediática” não é comparável para os indivíduos, em termos de experiência, bem como de representações, à copresença material e física. E isto porque as modalidades de proximidade estabelecidas por um não são idênticas às estabelecidas pelo outro. [...] Parece, portanto, útil distinguir entre proximidade topográfica e proximidade topológica. A primeira caracteriza espaços marcados pela continuidade e pela contiguidade: é uma proximidade de contacto imediato (entre realidades espaciais contíguas) que define um ambiente. O ambiente é o conjunto de espaços contíguos ao contato físico de outro. A segunda é aquela autorizada pelas redes de transporte e comunicação, que podemos chamar de conectividade: aqui o próximo não é necessariamente contíguo, mas conectado, no sentido da teoria dos grafos, ou seja, localizado num nó da rede acessível através do empréstimo de uma linha, uma “borda” do gráfico. O que importa é o acesso a outro nó, minimizando o número de linhas do grafo a serem percorridas, e não a entrada no entorno topográfico. Esta proximidade é, portanto, mediada. (Lussault, 2007, p. 46, tradução nossa).

Seguindo esta lógica, a coespacialidade, de acordo com Lussault (2007), requer comutadores¹⁵ que sejam capazes de operar a coespacialidade. São esses comutadores que estabelecem a interface entre as diferentes dimensões espaciais. Essas interfaces, por sua vez, estabelecem zonas de contato e interseção entre diferentes elementos ou sistemas geográficos, podendo ser físicas, ou abstratas, como áreas onde diferentes culturas se encontram e interagem, moldando e sendo moldadas pelas interações humanas e pela dinâmica social.

O comutador é o operador da coespacialidade, modo de relação entre espaços que ocupam a mesma extensão, ou que se cruzam no mesmo ponto. Hoje, devido à lógica da urbanização, a coespacialidade ganha cada vez mais importância. O desenvolvimento da mobilidade e das telecomunicações explica isto. Assim, através de um trevo rodoviário, por exemplo, você pode facilmente passar de um espaço para outro. Mas através de um telemóvel ou de uma ligação à Internet acedemos também a outros espaços, assumimos um desejo de coespacialidade, uma vez que os indivíduos desejam cada vez mais controlar vários espaços de tamanhos diferentes ao mesmo tempo. (Lussault, 2007, p. 250-251, tradução nossa).

A interface é, portanto, um objeto geográfico cuja análise favorece a regulação e valorização dos fluxos em locais específicos pelos atores socioeconómicos e a compreensão das consequências no funcionamento entre as diferentes dimensões do espaço social. É um sistema localizado, composto por interações entre espaços e sociedades, cujas trocas entre territórios constituem as entradas e as saídas deste sistema aberto, porém específico, “[...] um fator de produção do espaço, muito além dos seus limites, pelas suas repercussões, positivas ou negativas, na organização dos sistemas espaciais interfaceados. É precisamente isto que o torna tão interessante no quadro de uma abordagem geográfica.” (Groupe de Recherches Interfaces, 2008, p. 198; tradução nossa).

Aqui, a interface é um objeto geográfico que surge da descontinuidade e/ou se estabelece nele. Acima de tudo, assegura uma função de ligação entre diferentes sistemas territoriais e desempenha um papel regulador privilegiado. Com efeito, a interface ou é um local dotado de competências regulatórias específicas, ou é consequência de regulações exercidas pelos centros dos sistemas territoriais que liga. Neste último caso, é um lugar onde se expressam complementaridades, mas também diferenças ou

¹⁵Na tarefa de tradução dos trechos tirados da obra *L’homme spatial*, de Michel Lussault, nos deparamos com o desafio de traduzir o termo “commutateur” e que aqui chamaremos de “comutador”, termo associado no dicionário Michaelis ao seu sentido relacionado à eletrônica: “Dispositivo usado para substituir parte de um circuito por outro ou para alterar as conexões de diversos circuitos”. No entanto, o termo “switch” (dispositivo equipado com várias portas de comunicação que conecta os elementos dentro da rede para a transmissão de dados, vídeo ou voz), também nos parece uma interessante analogia para o mesmo termo.

tensões entre diferentes modos de regulação (Groupe de Recherches Interfaces, 2008, p. 197, tradução nossa).

Em termos de tecnologia da informação e comunicação, Lussault (2007) ainda afirma que as TICs criaram novas formas de se conceber as interfaces. Em suas palavras:

As tecnologias de comunicação oferecem ainda a possibilidade de transformar o indivíduo num comutador espacial permanente. Não é certo que conseguiremos compreender o impacto desta inflação da comutação espacial, que poderá potencialmente ocorrer onde quer que estejam localizados os intervenientes ligados às redes de telecomunicações. Neste sentido, se o transporte localiza os comutadores, as telecomunicações os incorporam. Graças à multiplicação dos comutadores, o urbano, do qual procedem e do qual contribuem para a expansão, não se baseia apenas na vizinhança topográfica de espaços distintos e na interespacialidade de interface que o princípio da separação desenvolve. Mas também, ao mesmo tempo, na articulação instantânea de lugares, áreas e redes de diferentes tamanhos que a comutação permite. (Lussault, 2007, p. 250-251, tradução nossa).

O ciberespaço, uma dimensão do espaço social produzida e construída pelo homem mediante a evolução do MTCl, sustenta sua existência na conjunção entre sistemas de objetos e ações geográficas que lhe permitem sua própria viabilidade. Porém, não são propriamente uma dimensão do espaço geográfico, pois como vimos anteriormente, as práticas sociais em seu domínio têm a potencialidade de se tornarem concretas ou não, o que não quer dizer que não sejam reais. Além disso, essas práticas cessam diante da possibilidade de um ocasional “desligamento” deste espaço, fazendo com que cesse em si sua própria existência. Temos, portanto, duas dimensões diferentes do espaço social que se relacionam de forma dialética e a intensidade entre suas trocas tende a aumentar conforme o MTCl se complexifica.

Consequentemente, essa complexificação inaugura novas condições de ser no mundo, novos projetos de existência do homem agenciadas por novos modelos de relacionamento em uma nova plataforma da realidade. No ciberespaço, assim como no espaço geográfico, os indivíduos continuam a buscar significado e propósito em suas vidas. A consciência de si mesmo e do mundo ao seu redor é fundamental para a construção desse significado. No entanto, a forma como essa consciência é desenvolvida e expressa pode ser influenciada pela natureza do espaço em que se encontram, seja concreto ou virtual. Isso corrobora com nossa argumentação de que devemos tomar tanto o ciberespaço, quanto o espaço geográfico como dimensões diferentes do espaço social, pois no mundo concreto os

seres humanos têm uma existência corpórea e experienciam o espaço geográfico através de seus corpos, suas interações físicas e sensoriais com o ambiente ao seu redor. No entanto, no ciberespaço, a existência é experimentada de forma diferente, é uma existência virtual, onde os indivíduos interagem através de interfaces digitais e representações simbólicas. Por isso, resgatamos Santos (2012) e sua leitura existencialista sobre o espaço geográfico que nos lembra a relação Ser-Existir, neste último coloca o Ser como existência em potência, e o espaço como existência do ser em ato. Aqui resgatamos novamente o trecho já mencionado: “É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno.” (Santos, 2012, p. 119). O funcionamento desta lógica no ciberespaço é completamente diferente, implica novas construções identitárias. Essas identidades virtuais podem ser representações de si mesmos em redes sociais, avatares em mundos virtuais, pseudônimos em fóruns on-line, entre outros, e podem, inclusive, deixar de existir, caso a própria existência do ciberespaço seja ameaçada. Preferimos recorrer a Léfebvre (1991) e sua Teoria da Produção Social do Espaço para definirmos o ciberespaço enquanto uma dimensão do espaço social, cuja apropriação se dá mediante às formas específicas de práticas sociais, representações e concepções do mesmo.

Uma vez estabelecidas as diferenças entre essas duas dimensões do espaço social, voltamos nossa atenção para a interseção destes espaços, que, como vimos, para Castells (2013) constitui um terceiro espaço, ou espaço híbrido, um espaço de interação e conexão que se desenvolve através das redes de comunicação digital, como a Internet em contato com o espaço urbano. Nele, as pessoas podem se encontrar, interagir, colaborar e criar formas de identidade e comunidade que transcendem as fronteiras físicas e culturais tradicionais. Embora entendamos a concepção híbrida de Castells (2013) como fundamental para compreender as relações híbridas entre o ciberespaço e o espaço urbano, criticamos sua ideia de terceiro espaço pois ao defini-lo como outro espaço, para além das dimensões já citadas, podemos incorrer no erro de “essencializar” esse outro espaço e atribuir a ele características próprias que fogem à realidade desta relação que é inicialmente uma relação de troca. Entendemos que isso ocorre quando Castells (2013) atribui a este terceiro espaço características de um espaço de autonomia, ou de espaço público, e segundo nossa pesquisa tentaremos demonstrar que os desdobramentos

dos fenômenos analisados sobre os movimentos sociais em rede não necessariamente resultaram na criação deste outro espaço autônomo e público, mas reproduziram nele contradições inerentes aos processos de disputas de poder do processo de produção/reprodução do espaço social.

Ainda na perspectiva do hibridismo André Lemos (2007), o conceito de território informacional propõe sua utilização para a compreensão da formação de “zonas de interseção”, ocasionados pela sinergia entre espaço urbano, mobilidade e espaço eletrônico. Através deste conceito, Lemos (2007) defende que estas zonas seriam formadas pela interseção e sobreposição de camadas de informações sobre o espaço urbano. As relações sociais, culturais e políticas são formadas e negociadas por meio da interação com a informação digital proveniente das TICs. Essa proposição de Lemos (2007) exerce forte influência na formulação do conceito de territórios informacionais ampliados de Valadares e Teodoro (2019), que por sua vez destacam essa sobreposição de informações digitais no espaço urbano através dos jogos e programas de realidade aumentada. A contribuição destes autores nos aponta a possibilidade de visualizar um pouco melhor essas sobreposições territoriais entre o virtual e concreto, no entanto, seu limite esbarra demasiadamente no sistema de representações espaciais e deixa passar o olhar mais atento sobre as práticas espaciais resultantes dessas interseções. Certamente, podemos destacar sua contribuição para possibilidades de análise políticas de temas como segurança cibernética, privacidade e mecanismos de controle e vigilância, porém, em um âmbito geral, demonstra-se limitado na busca pela compreensão de nuances mais complexas da apropriação do espaço urbano pelos movimentos sociais, por exemplo. É como se ao estudarmos o surgimento de uma nova cultura política e de uma nova identidade dos movimentos sociais, atribuísssemos demasiado destaque ao uso das TICs e seus efeitos ao invés de entendermos essa nova cultura política como fruto de um desencadear complexo de fenômenos políticos e históricos.

Neste sentido, nos parece mais completas as formulações teóricas do campo de estudos sobre a interespacialidade, como proposto por Lévy e Lussault (2003) e Lussault (2007). A interespacialidade nos permite demarcar as diferenças entre o ciberespaço e o espaço geográfico, e, ao mesmo tempo, nos permite enxergar as suas interações numa dinâmica coespacial, ou seja, na coexistência ou na condição de existir no mesmo espaço social. Assim, a interface espacial pode ser vista como

um conceito geográfico que descreve as áreas de contato e interação entre o ciberespaço e o espaço urbano, e analisa como essas interfaces contribuem para a formação da paisagem e da experiência humana. As TICs serão consideradas neste trabalho como essa interface entre o virtual e o concreto. É nosso intuito, então, através deste arcabouço teórico, compreender as relações políticas que nascem desta interface e que inauguram uma nova cultura política dos movimentos sociais no início do século XXI e como suas ações coletivas se territorializam nessa dinâmica de interespecialidade.

3 PRÁXIS POLÍTICA E INTERESPACIALIDADE

As análises políticas sobre o ciberespaço começaram a surgir à medida que a Internet se tornou mais proeminente na sociedade. Elas emergem de forma significativa a partir da década de 1990, junto com a ampliação do alcance da rede mundial de computadores e com o aumento de sua acessibilidade a um número cada vez maior de pessoas. Nesse período, diversos estudiosos começaram a perceber o potencial da Internet não apenas como uma ferramenta tecnológica, mas também como um espaço onde questões políticas importantes estavam em jogo. Isso incluía preocupações com a liberdade de expressão on-line, governança da Internet, privacidade, censura e segurança cibernética, entre outros temas. Desde então, as análises políticas sobre o ciberespaço têm continuado a evoluir, à medida que a tecnologia avança e novas questões emergem. Elas são abordadas por uma variedade de campos acadêmicos, incluindo Ciência Política, Sociologia, Comunicação e pela Geografia.

Dentro do campo de estudos da cibercultura, campo este que abrange diversas áreas do conhecimento que se dedicam a compreender os impactos das tecnologias digitais na sociedade, diversas temáticas a respeito dos impactos políticos dessas tecnologias na sociedade começam a ser elaborados trazendo à tona temas como participação política ampliada, formação da opinião pública, transparência e prestação de contas públicas, segurança cibernética, privacidade e ativismo digital.

O mesmo pode-se dizer do campo dos estudos sobre Teoria da Comunicação, principalmente das correntes críticas ligadas à análise da formação dos espaços públicos, tanto físicos quanto virtuais, e como esse processo facilita a formação da opinião pública. São comuns a este campo o estudo de temas relacionados à: formação da opinião pública, acesso à informação, deliberação pública, participação cívica, construção de identidade e pertencimento e controle e regulação da comunicação.

Certamente, em comum a praticamente todos os campos descritos, consta como marco político justamente o surgimento da Internet. A sua própria origem demonstra a sua importância estratégica. No final da década de 1960, com o desenvolvimento de uma rede de comunicação chamada *Advanced Research*

Projects Agency Network (ARPANET), financiada pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O objetivo inicial da ARPANET era criar uma rede de comunicação robusta e descentralizada que pudesse resistir às falhas de comunicação, como as que poderiam ocorrer em caso de ataques militares. No entanto, deixou de ser uma rede predominantemente militar, e se tornou uma rede pública e comercial, após o passar de várias décadas, em que sua evolução passou a incluir mais instituições acadêmicas e de pesquisa, o que levou à criação de diversas outras redes desenvolvidas em todo o mundo gerando, conseqüentemente, a descentralização da infraestrutura da Internet e à formação de uma rede global.

Para os militares norte-americanos, a expansão da ARPANET e a inclusão de mais instituições de pesquisa poderia potencialmente reduzir os custos operacionais por meio do compartilhamento de recursos de computação e comunicação. Além disso, poderia permitir com que um número maior de usuários utilizasse a rede e isso levaria a maior inovação e progresso tecnológico. Diversos pesquisadores e acadêmicos envolvidos no seu desenvolvimento acreditavam no valor da abertura e compartilhamento de informações e passaram a fazer pressão por maior acessibilidade e colaboração na rede, influenciando as decisões sobre o seu futuro. Inclusive, essa relação contraditória entre instituições mais fechadas e controladas, como as militares, e as instituições mais livres e abertas, como os centros de pesquisa universitários, foi essencial para a criação de um sistema global de comunicação.

Mais adiante, o protocolo TCP/IP, desenvolvido na década de 1970 por Vinton Cerf e Robert Kahn, foi fundamental para a interoperabilidade entre diferentes redes de computadores e é considerado a base da Internet moderna. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, outras redes de computadores foram desenvolvidas e conectadas à ARPANET, levando à expansão da rede, e, já na década de 1990, a Internet se tornou mais acessível ao público em geral, com o desenvolvimento de serviços como e-mail, navegadores Web e provedores de acesso. A *World Wide Web*, criada por Tim Berners-Lee em 1989, foi especialmente influente na popularização da rede mundial de computadores.

Em suma todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos que levaram à Internet tiveram lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centro de pesquisa. A Internet não teve origem

no mundo dos negócios. Era uma tecnologia ousada demais, um projeto caro demais, e uma iniciativa arriscada demais para ser assumida por organizações voltadas para o lucro. Isso foi particularmente verdadeiro na década de 1960, numa época em que as grandes corporações eram bastante conservadoras em suas estratégias industriais e financeiras, e não se dispunham a arriscar capital e pessoal em tecnologias visionárias. [...] O que sobressai destes relatos é que a Internet se desenvolveu num ambiente seguro, propiciado por recursos públicos e pesquisa orientada para missão, mas que não sufocava a liberdade de pensamento e inovação. As empresas não podiam se permitir fazer o longo desvio que seria necessário para estimular aplicações lucrativas de um esquema tão audacioso. [...] Foi na zona ambígua dos espaços ricos em recursos e relativamente livres criados pela ARPA, as universidades, centros de estudos inovadores e grandes centros de pesquisa que as sementes da Internet foram cultivadas. [...] As universidades foram o terreno comum para a circulação da inovação entre redes exclusivas da *big science* e as redes contraculturais improvisadas que surgiram em todos os tipos de formato. Os dois mundos eram muito diferentes, mas tinham mais pontos de contato do que geralmente se pensa. (Castells, 2001, p. 24-25).

Gostaríamos de destacar que Castells (2001) menciona o papel político que as redes contraculturais improvisadas exerceram na criação da Internet, porque acreditamos que este seja um dos fatores primordiais para a compreensão da origem da nova cultura política que surgiu após a consolidação do ciberespaço. Para Castells (2001), os princípios e valores da contracultura vigente nos ambientes universitários durante a década de 1960 influenciaram diretamente o caráter aberto e colaborativo da Internet. Mesmo não se tratando de um movimento organizado com finalidades políticas definidas, pode-se afirmar que dentro das universidades foram criados espaços de formação política influenciados por valores culturais frutos do intenso contexto político da época, como as lutas contra a Guerra Fria e Conflito no Vietnã, os Movimento pelos Direitos Civis, o Existencialismo e Pós-estruturalismo europeu. Ou seja, foi-se criando um “ambiente” progressista que permitiu naqueles espaços o surgimento de ideais mais atreladas à liberdade, autonomia, cooperação, solidariedade e ao ativismo político.

Em sua maior parte, esses estudantes não estavam ligados à contracultura no sentido dos movimentos sociais ativistas da época. [...]. No entanto, estavam impregnados dos valores da liberdade individual, do pensamento independente e da solidariedade e cooperação com seus pares, todos eles valores que caracterizaram a cultura do campus na década de 1960. Embora os jovens que integravam a Arpanet não fizessem parte da contracultura, suas ideias, e seu software, construíram uma ponte natural entre o mundo da *big science* e a cultura estudantil mais ampla que brotou nos BBSs e na rede *Usenet News*. Essa cultura estudantil adotou a interconexão dos computadores como um instrumento da livre comunicação, e, no caso de suas manifestações mais políticas (Nelson, Jennings, Stallman), como um instrumento de libertação, que, junto com o computador pessoal, daria às pessoas o poder da informação, que lhes

permitiria se libertar tanto dos governos quanto das corporações. (Castells, 2001, p. 25-26, grifos do autor).

Bezerra (2015) busca as influências do surgimento da cultura política da Internet nos movimentos artísticos anteriores à década de 1960, que influenciaram a própria contracultura e, conseqüentemente, a cultura que influenciou o desenvolvimento computacional e da Internet. Para Bezerra (2015), a herança deixada pelo movimento modernista e seu desejo pelo “novo” “[...] vai determinar a condução de todo processo de criação artística e das concepções teóricas que irão fundamentar os movimentos artístico-culturais do século XX que o precederam.” (Bezerra, 2015, p. 52). A vanguarda artística de movimentos como o Dadaísmo, Surrealismo e Situacionismo, serviram de base para a formação do conjunto de valores e práticas culturais que depois desaguariam na criação da Internet e do ciberativismo. Em sua análise, o utopismo estético, aspecto comum a estes três movimentos artísticos, manifestam formas criativas de crítica ao sistema capitalista e sua forma de organização social no cotidiano das cidades. Elas passam a se tornar locus estratégico para a construção destas utopias onde a práxis artística, como forma de integrar arte e vida, criam maneiras de intervir na realidade com o objetivo de transformar o tecido social. Isto, mais tarde, será absorvido pela cultura digital “[...] especialmente em projetos ativistas alternativos que buscam romper a estrutura dominante.” (Bezerra, 2015, p. 55). O legado deixado por esses movimentos artísticos, segundo Bezerra (2015), se dividem em dois tipos em termos de forma e conteúdo (quadro 1, adiante):

Quadro 1 – Legado para o ciberativismo, segundo forma e conteúdo.

Forma	Legado para o ciberativismo
Emancipação pela arte.	Noções estéticas que priorizam o componente lúdico na organização dos repertórios de ação coletiva.
Produção aleatória e descontínua.	Sem lideranças fixas e pulverização das intervenções políticas entre diversos atores sociais envolvidos (graças às tecnologias de interconexão).
Enfrentamento como forma de ação.	Importância da ação direta.
Espírito colaborativo e de comunidade de criação.	Criação coletiva que originaram a Internet e a ação coletiva dos grupos ciberativistas.
Conteúdo	Legado para o ciberativismo
As pautas anticapitalistas.	Os grupos políticos ciberativistas têm quase sempre se voltado à crítica do capitalismo e seu modelo societário.
A horizontalização das relações de poder.	Grupos de ação ciberativista abandonaram o modelo partidarista de gestão das intenções e estratégias de intervenção política.
A universalização das lutas.	Organizações mantêm fortes laços internacionais, em razão mesmo das possibilidades da rede.
Crítica da grande mídia.	Grupos de ativismo on-line se voltam para a reivindicação de autoria no processo noticioso, com desenvolvimento de estratégias de veiculação de conteúdos de debates, fundamentando-se, sobretudo, nas tecnologias digitais de publicação material.
Foco nas experiências cotidianas.	Dado que a regionalização das lutas dos coletivos e movimentos permitiu que as esferas do cotidiano ganhassem primazia no horizonte de preocupações políticas, como as lutas pelo transporte público, educação, impostos, etc.

Fonte: Adaptado de Bezerra (2015, p. 56-57).

Veremos que boa parte deste legado foi passada adiante pelo ciberativismo, até chegar à nova cultura política dos movimentos sociais do século XXI. No entanto, é preciso destacar o importante papel de outros dois movimentos que surgiram concomitantemente ao surgimento da Internet para a criação desta nova cultura. O movimento de luta pelo software livre e a cultura hacker.

À medida que a Internet foi ganhando força em nível global, devido à evolução de sua infraestrutura, sua difusão foi agregando cada vez mais usuários por todo o mundo, demonstrando assim o potencial comercial da rede. Empresas de

tecnologia da informação, como a Microsoft, IBM, Apple, Intel e outras, foram explorando cada vez mais nichos de negócios baseados no desenvolvimento, fabricação, venda e suporte de produtos, serviços e soluções baseadas em tecnologia, transformando-se, com o passar do tempo, em grandes corporações monopolistas deste setor. Aos poucos, a cultura da colaboração, do compartilhamento do conhecimento no qual os desenvolvedores de todo o mundo podem contribuir com código, ideias e esforços para melhorar os programas comuns à fase de desenvolvimento da Internet, foi perdendo espaço para a lógica do capital e da propriedade privada e restringindo cada vez mais a liberdade dos usuários.

Neste contexto, surgem os movimentos de luta pelo software livre espalhados por todo o mundo. Esses movimentos promovem a liberdade dos usuários de computador de executar, estudar, modificar e distribuir software. São baseados em princípios éticos e morais, que defendem que os usuários devem ter o controle total sobre os programas e arquivos que utilizam e enfatizam a importância de quatro liberdades essenciais para os usuários: a liberdade de executar o programa como desejado, para qualquer finalidade; a liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades; a liberdade de redistribuir cópias do programa para ajudar os outros; a liberdade de melhorar o programa e distribuir suas melhorias para a comunidade, para que todos possam se beneficiar.

Suas raízes remontam à década de 1980, principalmente através dos esforços de Richard Stallman e da *Free Software Foundation*¹⁶. Stallman, um programador e ativista, ficou preocupado com a crescente prevalência de restrições e limitações impostas aos usuários de software através de acordos de licenciamento proprietários. Em 1983, Stallman anunciou publicamente seu projeto *GNU's Not Unix* (GNU), com o objetivo de criar um sistema operacional completo e livre, mas com todas as ferramentas e softwares essenciais distribuídos com licenças que garantiam as quatro liberdades fundamentais aos usuários.

O projeto GNU lançou então diversas ferramentas e componentes de sistema, mas encontrou um obstáculo em um componente crucial: o kernel (núcleo) do sistema operacional. Em 1991, Linus Torvalds desenvolveu o kernel Linux, lançando-o sob uma licença de software livre, a Licença Pública Geral GNU, que

¹⁶Para maiores detalhes a respeito do histórico do desenvolvimento da internet e da evolução dos softwares livres, destacamos como referência a obra de Manuel Castells (2001): *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade*.

complementou perfeitamente o sistema GNU existente. Combinando o kernel Linux com as ferramentas GNU, foi formado um sistema operacional completo e funcional, conhecido como GNU/Linux ou simplesmente Linux. Essa combinação permitiu que o movimento pelo software livre ganhasse força e popularidade, pois proporcionou uma alternativa viável e totalmente livre aos sistemas operacionais privados, como o Microsoft Windows e o MacOS. Desde então, o movimento pelo software livre continuou a crescer como uma comunidade global de desenvolvedores, usuários e defensores trabalhando para promover e proteger as liberdades do software livre¹⁷.

De forma semelhante ao movimento de luta pelo software livre, a cultura hacker é um conjunto de ideias, valores, ética e práticas compartilhadas por uma comunidade de entusiastas da tecnologia e da computação. Essa cultura se desenvolveu inicialmente entre os programadores e engenheiros de software das primeiras décadas da Era da Computação. O termo "hacker" originalmente se referia a alguém que explorava sistemas computacionais de forma criativa e habilidosa, para entender seu funcionamento interno e desenvolver soluções inovadoras. Com o tempo, essa cultura passou a englobar uma ampla gama de atividades relacionadas à tecnologia, incluindo programação, segurança da informação, hardware, software livre, entre outros. Também, são entusiastas do compartilhamento, cooperação e abertura de dados entre os membros da comunidade e, frequentemente, compartilham código-fonte, ferramentas e recursos de forma aberta para beneficiar a todos.

A cultura hacker, por sua vez, muitas vezes é tratada enquanto uma subcultura dentro do mundo da tecnologia que promove a exploração, colaboração, inovação e ética técnica. O termo "*hacker*" muitas vezes é associado às atividades maliciosas, mesmo que a maioria dos hackers se identifique com os valores positivos dessa cultura e contribua de forma significativa para o avanço da tecnologia e da sociedade. Esse estigma é carregado justamente porque suas atividades se demonstraram eficientes no combate contra às tentativas de

¹⁷Uma das maiores contribuições do movimento pelo software livre foi a criação do *copyleft*. Quando um software é licenciado sob uma licença de *copyleft*, quem o utiliza ou o modifica está obrigado a disponibilizar o código-fonte das versões modificadas e garantir que essas versões também sejam distribuídas sob a mesma licença. Isso cria um ciclo de liberdade, no qual o software livre permanece livre e aberto para sempre, independentemente de como ele é modificado ou distribuído. O termo "*copyleft*" é um jogo de palavras com *copyright* (direitos autorais), indicando uma inversão ou reversão da lógica tradicional de direitos autorais, na qual os direitos são usados para restringir o acesso e o uso de uma obra.

apropriação privada das tecnologias cibernéticas, no ativismo político e no crime cibernético.

O hacktivismo é uma forma de ativismo que utiliza técnicas de *hacking* e tecnologia da informação para promover causas políticas, sociais ou ambientais. Essa prática combina elementos de *hacking* ético, ativismo político e engajamento social para atingir seus objetivos. Os hacktivistas geralmente buscam chamar a atenção para questões de interesse público, protestar contra injustiças, promover transparência e liberdade de informação,¹⁸ ou ainda fornecer apoio a movimentos sociais. Suas atividades podem variar, desde o desenvolvimento de software livre e ferramentas de privacidade até ataques cibernéticos direcionados a instituições ou organizações consideradas adversárias de suas causas. Fazem uso de táticas de vazamento de informações, ataques a sites ou servidores de instituições, e desenvolvimento de ferramentas de privacidade como a criptografia de dados.

Podemos enquadrar o hacktivismo como uma forma mais específica de um tipo de ativismo que surgiu também da evolução das TICs: o ativismo cibernético, ou ciberativismo.

O ciberativismo, também conhecido como ativismo digital, é o uso da Internet, redes sociais, tecnologias digitais e outras plataformas on-line para promover causas políticas, sociais, ambientais ou de direitos humanos no ciberespaço. O ciberativismo envolve uma variedade de atividades e estratégias destinadas a influenciar a opinião pública, mobilizar apoiadores e promover mudanças sociais ou políticas. De acordo com Bezerra (2015), a origem de sua terminologia está atrelada ao campo da Comunicação, mais especificamente aos estudos sobre Teoria da Comunicação que discutem o acesso popular à produção de conteúdo de mídia e seus impactos na comunicação dos indivíduos, na sociedade e na cultura. Questões referentes à mídia cibernética interferem na formação da opinião pública, nos processos de persuasão e na formação de identidades causaram impactos

¹⁸Vale aqui mencionar o caso do *WikiLeaks*, organização internacional sem fins lucrativos fundada em 2006 por Julian Assange, que se dedica à publicação de documentos confidenciais, vazados por fontes anônimas e *whistleblowers* (denunciantes), sobre governos, empresas e outras entidades. O objetivo principal do *WikiLeaks* é promover a transparência e a prestação de contas, expondo informações que muitas vezes são mantidas em segredo pelos poderosos. Muitas vezes confundidos como hackers, os *whistleblowers* raramente assim se denominam, pois preferem concentrar suas ações principalmente na divulgação de documentos confidenciais obtidos por fontes anônimas, em vez de realizar atividades de *hacking* em si. Embora possa haver alguma sobreposição entre os objetivos do *WikiLeaks* e do ativismo hacker, o *WikiLeaks* geralmente não realiza invasões de sistemas para obter informações. Em vez disso, depende de fontes que vazam documentos confidenciais para eles.

profundos na Teoria da Comunicação que conseqüentemente passaram a influenciar a cultura política do ciberativismo.

De modo geral, pode-se compreender como ciberativismo (do inglês *cyberactivism*, ativismo cibernético) um tipo de estratégia que utiliza diversas técnicas e tecnologias de comunicação, baseadas na Internet, visando criar, operar e gerenciar diferentes modos de práxis política. Isso pressupõe o uso individual e/ou coletivo, sistematicamente orientado de redes sociais e outras tecnologias *online* (as plataformas mais utilizadas são *Twitter, Facebook, LinkedIn, Youtube e outras redes sociais populares como o Whatsapp*, juntamente com *e-mail*, mensagens instantâneas e outras ferramenta de colaboração online) para táticas políticas múltiplas: alcançar e reunir membros, defender posicionamentos ideológicos, realizar eventos políticos e protestos, difundir mensagens, discutir temas de interesse de uma causa ou movimento entre outras. (Bezerra, 2015, p. 136, grifos da autora).

Magnus Enzensberger, em sua obra “Elementos para uma teoria dos meios de comunicação” (2003), estabelece um contraponto à “tese da manipulação” e o conceito de “indústria cultural”, presentes nas obras de Theodor Adorno e Max Horkheimer, ao afirmar a necessidade de se criar uma nova forma do pensamento socialista, que encare os recursos midiáticos enquanto possibilitadoras de emancipação e transformação social através da participação ativa do público, onde “[...] a questão não é se as mídias são manipuladas ou não, mas quem as manipula. Um esboço revolucionário não deve fazer desaparecer os manipuladores. Deve ao contrário, transformar cada um de nós em manipulador.” (Enzensberger, 2003, p. 6). Seu conceito de “indústria da consciência” também critica a indústria cultural, mas sua análise tende a ser menos pessimista que a de Adorno e mais voltada para o desenvolvimento potencial, para a participação do público na produção e distribuição de conteúdo como uma forma de resistência e emancipação à dominação cultural. Desta forma, a obra de Magnus Enzensberger torna-se fundamental para entendermos o ciberativismo enquanto uma forma de apropriação das mídias cibernéticas para ações e práticas políticas.

Por se tratar de um conceito relativamente amplo, alguns autores se dedicaram a criar categorias de classificação das práticas ciberativistas com a finalidade de poder melhor compreender este fenômeno. Sandor Vegh (2003), que define ciberativismo como “o ativismo online como um movimento com motivação política que se apoia na Internet”, propõe três categorias para a classificação das “etapas progressivas do ativismo on-line”, que vão desde a busca e distribuição de informações básicas até a ação direta online, mais conhecida como “hacktivismo”:

conscientização/defesa, organização/mobilização e ação/reação. A primeira categoria refere-se ao papel do ciberativismo na provisão de informações alternativas, que venham a derrubar as narrativas da grande mídia e fazem com que pessoas de diferentes localidades possam “[...] entrar em contato com realidades até então desconhecidas, se sensibilizar, apoiar causas e até se mobilizar em prol de alguma organização, participando de ações e protestos *online* e *offline*”. (Vegh, 2003 *apud* Bezerra, 2015, p. 137, tradução e grifos da autora). Já a segunda categoria, organização/mobilização, refere-se às diferentes táticas de convocação do público possibilitadas pela articulação em rede, utilizando meios como *e-mails*, sites e redes sociais na divulgação de ações coletivas off-line como, por exemplo, chamadas para protestos ou ocupações. A terceira categoria, ação/reação, por sua vez, refere-se ao hacktivismismo anteriormente descrito. Podemos observar, no quadro 2 (a seguir) as categorias de classificação do ciberativismo:

Quadro 2 - Categorias de classificação do ciberativismo.

Categorias de classificação do ciberativismo		
Conscientização/defesa	Organização/mobilização	Ação/reação
<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas publicitárias. • Foto oportunidade • Manifestos artísticos, intelectuais e tecnológicos. • Workshops on-line. • Ambientes de disseminação de informação on-line (fóruns, sites, blogs, jogos etc). 	<ul style="list-style-type: none"> • Mídias sociais. • Organização de eventos. • Petições on-line. • Chats privados. • E-mail. • Hashtags. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ataques DDoS (método de impedir o funcionamento de sites depois de enviar diversas solicitações que excedem a capacidade da rede). • Desenvolvimento de software livre (código aberto). • Invasões de sites, onde o ciberativista modifica o código-fonte para publicar alguma postagem ou foto como forma de protesto. • Espelhamento de sites, onde o ciberativista replica o site em outros domínios para fugir de bloqueios. • Criptografia, • Código, diversas rotinas computacionais para fins específicos ou ações pontuais.

Fonte: Adaptado de Bezerra (2015), a partir de Vegh (2003).

As ações ciberativistas transitam entre essas três categorias propostas por Vegh (2003), de forma complementar ou não, dependendo dos objetivos de seus atores. Em sua análise sobre os protestos antiglobalização contra o Banco Mundial ocorridos em Seattle em 1999, Vegh (2003) destaca as múltiplas formas com que elas se enquadram neste sistema de classificação. Além disso, essas mesmas três categorias se encaixam enquanto subcategorias de outros dois tipos de classificação propostas por ele: estratégias apoiadas na Internet e estratégias baseadas na Internet.

O cenário é bastante simples: os ativistas aproveitam agora as tecnologias e técnicas oferecidas pela Internet para atingir seus objetivos tradicionais. As suas estratégias são apoiadas ou baseadas na Internet. No primeiro caso, a Internet é usada apenas para melhorar as técnicas tradicionais de defesa, por exemplo, como um canal de comunicação adicional, aumentando a sensibilização para além do âmbito possível antes da Internet, ou coordenando a ação de forma mais eficiente. No último caso, a Internet é usada para atividades que só são possíveis online, como uma manifestação virtual ou invasão a sites alvo. (Vegh, 2003, p. 71-72, tradução nossa).

As categorias de estratégias apoiadas ou baseadas na Internet, mencionadas anteriormente, também são usadas por Van Laer e Van Aelst (2008) quando estabelecem essas duas categorias como duas dimensões da política ciberativista. Para eles, compreender essas duas dimensões significa compreender também o impacto que as TICs exercem na criação de novos modos de repertórios de ação coletiva.

O sociólogo Charles Tilly (1984), estudioso dos movimentos sociais e um dos articuladores da Teoria do Processo Político, define o conceito de repertórios de ação coletiva como conjuntos de estratégias, táticas e métodos utilizados por grupos de pessoas para alcançar objetivos comuns em um contexto de mobilização social ou política. Eles representam as formas pelas quais os indivíduos organizados expressam suas demandas, exercem pressão sobre instituições ou buscam promover mudanças sociais. Alguns repertórios de ação coletiva são mais tradicionais e institucionalizados, enquanto outros podem surgir de forma mais espontânea e inovadora e podem ser pacíficos ou envolver confrontos mais diretos, dependendo das circunstâncias e das estratégias adotadas pelos participantes. Ao utilizar o conceito de repertórios de ação coletiva de Tilly, para compreender as duas

dimensões políticas do ciberativismo, Van Laer e Van Aelst (2008) estão efetuando uma categorização analítica que permite compreender a formação de uma nova cultura política na Era da Informação. Da mesma forma, concorda Bezerra (2015) quando afirma:

Assim, a terminologia ciberativismo surge da necessidade de compreender como a Internet está moldando o repertório de ação coletiva dos movimentos sociais em suas diferentes formas de lutas por mudança social e política. A literatura sobre o tema aponta em dois sentidos: de um lado, a Internet funciona como um facilitador da ação coletiva tradicional, em termos de organização, mobilização e transnacionalização (apoiados na Internet); e, por outro lado, ela mesma cria novos modos de ação coletiva, expandindo e complementando o repertório de ação coletiva dos movimentos sociais contemporâneos (baseados na Internet). (Bezerra, 2015, p. 138).

Como vimos anteriormente, as ações ditas “apoiadas na Internet” dizem respeito às formas de mobilização social que utilizam as tecnologias digitais, plataformas on-line e redes sociais para organizar, coordenar e promover ações coletivas. Estas podem incluir protestos, campanhas de conscientização, petições, boicotes, entre outras atividades, realizadas de forma descentralizada e muitas vezes sem uma estrutura formal de liderança. Essas formas de ação coletiva apoiadas na Internet têm o potencial de alcançar grandes audiências, envolver pessoas de diferentes partes do mundo e facilitar a participação de indivíduos em causas que lhes interessam, independentemente de sua localização geográfica. Já as ações coletivas baseadas na Internet são formas de mobilização social que ocorrem principalmente ou exclusivamente no ambiente on-line. São mais relacionadas às ações coletivas do tipo ação direta e desobediência civil, que acontecem de modo virtual, como as práticas hacktivistas, protestos virtuais, ataques cibernéticos, bombardeamento de e-mails, vazamento de informações etc.

A nossa primeira dimensão distingue entre formas “antigas” e “novas” de ação coletiva. Chamamos estas novas formas de “baseadas na Internet” porque elas existem apenas por causa da Internet. As ações apoiadas pela Internet referem-se às ferramentas tradicionais do movimento social que se tornaram mais fáceis de organizar e coordenar graças à Internet. Esta função facilitadora, que reduz os limiares relacionados com a tática e torna a ação de protesto tradicional mais transnacional, será discutida mais profundamente como parte da segunda dimensão. Já a primeira dimensão destaca mais a função criadora da Internet de táticas novas e modificadas, expandindo o conjunto de ferramentas de ação dos movimentos sociais. (Van Laer; Van Laest, 238, p. 233, tradução nossa).

O nível de engajamento é outra categoria de análise proposta por Van Laer e Van Laest (2008), na análise dos repertórios de ação coletiva. Nela, os repertórios são classificados de acordo com o nível de engajamento que a ação coletiva exige do indivíduo ou do conjunto de indivíduos em sua realização. Van Laer e Van Laest (2008) fazem uma tipologia das ações coletivas cruzando as categorias de ações apoiadas na Internet e ações baseadas na Internet com níveis de engajamento que vão do máximo envolvimento ao mínimo, conforme pode analisado no quadro 3 (a seguir):

Quadro 3 – Tipologia de ações coletivas apoiadas ou baseadas na Internet.

Níveis de Engajamento	Repertórios de ação coletiva “Digitais”	
	Apoiados na Internet	Baseados na Internet
Máximo engajamento	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e mobilização de manifestações e protestos transnacionais. (Zapatismo). • <i>Sit-in</i>, ocupações e formas mais violentas de protestos (Batalha de Seattle). • Encontros transnacionais (Fórum Social Mundial). 	<ul style="list-style-type: none"> • Sites de protestos. • Mídia alternativa. • Hacktivismo. • Comunicação de guerrilha.
Mínimo engajamento	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de doações monetárias. • Campanha de boicote a produtos. • Táticas de mobilização e organização para convocação de protestos de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> • Petições on-line. • Bombardeamento de e-mails. • <i>sit-in</i> virtual.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Van Laer e Van Laest (2008).

Importante ressaltar que em muitos casos os repertórios de ação coletiva se transformam ou se combinam dependendo da ação estudada. Não se trata aqui de estabelecer uma tipologia fixa e estática, mas permitir compreender como as diferentes táticas de ação podem nos levar a maior compreensão dos processos políticos pelos quais os movimentos sociais passam. É mais provável, inclusive, que durante o processo de consolidação de um movimento social, este passe por

diferentes tipos de engajamento a depender da forma como combina entre si, ações coletivas apoiadas na Internet ou como as combina com ações coletivas baseadas na Internet, uma vez que “[...] tanto o ‘velho’ repertório, apoiado pela Internet, como as ‘novas’ ou modificadas táticas online concatenam-se num novo repertório ‘digitalizado’ de ação coletiva do movimento social.” (Van Laer; Van Aelst, 2008, p. 232, tradução nossa).

Importante atentarmos também para o fato de que os novos repertórios de ação não excluem os “velhos” repertórios. Ou melhor, os “velhos” repertórios “off-line” dos movimentos sociais agora tendem a se combinar com “novos” repertórios “on-line” a depender da natureza, dos objetivos e das formas de atuação dos movimentos sociais.

Por um lado, a Internet facilita e apoia a ação coletiva offline (tradicional) em termos de organização, mobilização e transnacionalização e, por outro lado, cria modos de ação coletiva. De facto, a Internet não só apoiou acções tradicionais de movimentos sociais offline, como as clássicas manifestações de rua, tornando-as mais transnacionais, mas também é usada para estabelecer novas formas de atividades de protesto online e para criar modos online de ações de protesto offline existentes. Ao fazê-lo, a Internet expandiu e complementou o atual “repertório de ação coletiva” do movimento social (Tilly, 1984; McAdam, Tarrow e Tilly 2001 *apud* Van Laer; Van Aelst, 2008, p. 231).

Peguemos como exemplo o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional. O zapatismo é considerado um movimento pioneiro no uso das TICs, pois em meados da década de 1990 reconheceu o potencial dessas ferramentas para fortalecer sua luta política, promover a participação e a transparência, e conectar-se com uma audiência global em busca de solidariedade e apoio.

No artigo “Digital Zapatistas”, Jill Lane (2003) faz uma breve descrição das ações promovidas pelo grupo *Electronic Disturbance Theater*,¹⁹ em conjunto com o Movimento Zapatista, no que poderiam ser consideradas ações pioneiras no campo do ativismo cibernético. Ela chama de “zapatistas digitais” os ativistas que no início da década de 1990 criaram formas de protestos virtuais contra os ataques

¹⁹O *Electronic Disturbance Theater* (EDT) foi um coletivo de artistas, ativistas e tecnólogos fundado em 1997, cujo objetivo principal era utilizar a tecnologia digital como uma forma de protesto político e engajamento social. O EDT não estava diretamente envolvido em atividades de *hacking*, mas sim em desenvolver ferramentas de software que permitiam formas de protesto on-line. Um dos projetos mais conhecidos do EDT foi o *Zapatista Tactical FloodNet*. Esta foi uma ferramenta de software que permitia aos usuários enviar automaticamente repetidas requisições de acesso a um determinado site, sobrecarregando-o temporariamente. O propósito do *Tactical FloodNet* era fazer com que sites governamentais ou corporativos ficassem temporariamente indisponíveis, chamando a atenção para questões sociais ou políticas.

realizados, seja por parte do governo mexicano, seja por paramilitares armados com equipamentos norte-americanos, contra o território Zapatista em Chiapas. Esses protestos combinaram ativismo eletrônico como *sit-ins* virtuais (direcionamento massivo e coordenado de acessos de usuários a websites do governo, causando uma paralisação de seus serviços), com performances artísticas.

Além disso, desde o seu surgimento, o zapatismo tem utilizado a Internet e outras formas de mídia digital para disseminar suas mensagens e conectar-se com simpatizantes em todo o mundo. Eles foram um dos primeiros movimentos a aproveitar plenamente o potencial da Internet para organizar, compartilhar informações e mobilizar apoio no combate às campanhas de difamação veiculadas na grande mídia corporativa. Através de listas de e-mails e sites tornaram-se pioneiros no combate ao que hoje entendemos por fake news e faziam campanhas de desinformação.

Embora os zapatistas fizessem uso tático da presença encarnada – e teatralizada –, o movimento também tirou partido, desde o início, da Internet como um meio para construir uma rede global de apoio popular. [...] Uma semana após a primeira revolta, foi criada uma enorme rede internacional de informação e apoio através dos meios digitais mais básicos: distribuição de correio eletrônico e páginas web; [...] assim, ao próprio teatro de operações recombinante dos Zapatistas, mesclaram práticas virtuais e incorporadas em uma luta por mudança material real e bem-estar social em Chiapas. (Lane, 2003, p. 135, tradução nossa).

Ao analisarmos o exemplo das práticas on-line de ação do movimento zapatista, sob a ótica das categorias propostas por Van Laer e Van Aelst (2008), podemos perceber que suas ações coletivas transitam entre táticas apoiadas e/ou baseadas na Internet, de mínimo e de máximo engajamento, e transitam desde a mobilização transnacional, até *sit-in* virtual. No entanto, gostaríamos de chamar a atenção com relação à citação anterior de Jill Lane, pois ela mais uma vez nos coloca diante da relação entre materialidade e virtualidade, ou novamente entre o ciberespaço e o espaço geográfico.

Lane (2003) nos mostra que o zapatismo digital coloca o desafio de compreendermos as novas geografias do poder surgidas dessas novas práticas espaciais que, de acordo com seus próprios termos, personifica e incorpora as lutas zapatistas no ciberespaço. Essa incorporação por sua vez, é vista como “presença” no espaço digital. Dominguez (1998 *apud* Lane, 2003, p. 135) descreve o zapatismo digital como um “[...] movimento poliespacial por uma democracia radical baseada

nos legados maias de diálogo [que] rasgaram o tecido eletrônico não como InfoWar – mas como ações virtuais para a paz real nas comunidades reais de Chiapas.” Entendemos que essa “incorporação poliespacial” é a forma que Lane (2003) encontra para descrever as práticas espaciais do movimento zapatista, mais precisamente suas ações coletivas na interespacialidade entre ciberespaço e o espaço geográfico.

Peguemos agora outro exemplo de ciberativismo vigente na década de 1990, o ciberfeminismo. O ciberfeminismo é um movimento que se concentra na intersecção entre a tecnologia digital e as questões de gênero. Surgiu como uma resposta ao crescente papel da tecnologia na sociedade e na cultura, especialmente nas esferas on-line e buscou explorar como a tecnologia pode ser usada para promover a igualdade de gênero, bem como examinar e desafiar as formas como a tecnologia pode reproduzir ou reforçar as desigualdades de gênero. Entre os temas abordados pelo ciberfeminismo estão a representação de gênero na mídia digital, a participação das mulheres na indústria de tecnologia, a violência de gênero on-line, a privacidade e segurança das mulheres na Internet, e a criação de espaços on-line seguros e inclusivos para mulheres e pessoas de minorias de gênero. Através de uma abordagem crítica e ativista, busca questionar e transformar as estruturas de poder existentes no espaço digital e na sociedade em geral, com o objetivo de alcançar maior igualdade de gênero e justiça social.

O Ciberfeminismo é uma filosofia que reconhece, em primeiro lugar, que existem diferenças de poder entre mulheres e homens, especificamente no discurso digital; e em segundo lugar, que as ciberfeministas querem mudar essa situação. A precisão com que as diferenças de poder se desenrolam e quais os elementos que são realçados depende do contexto. Da mesma forma, as estratégias escolhidas pelas ciberfeministas para desafiar este sistema dependem dos interesses e da experiência das mulheres envolvidas no trabalho. O Ciberfeminismo é político, não é uma desculpa para a inação no mundo real e é inclusivo e respeitador das muitas culturas em que as mulheres habitam. (Hawthorne; Klein, 1999, p. 12, tradução nossa).

Boa parte da luta ciberfeminista se baseia na crítica aos processos de colonização do ciberespaço pelo patriarcado. A criação de jogos de videogame feministas, fóruns on-line, blogs, desenvolvimento de software e tecnologia feminista, assim como o uso de redes sociais para convocação de manifestações off-line, fazem parte do conjunto de táticas de descolonização do patriarcado, segundo a teoria do ciberfeminismo. Novamente, constatamos que os repertórios de

ação coletiva neste caso também variam dos tipos de ciberativismo apoiados ou baseados na Internet, com variância também no nível de engajamento nessas práticas.

Donna Haraway, em seu ensaio “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX” (2000), propõe o conceito de ciborgue como uma metáfora para a fusão entre humanos e máquinas, destacando a interdependência entre organismos e tecnologia. Ela argumenta que o conceito de ciborgue pode ser libertador para as mulheres, desafiando noções binárias de gênero e identidade. Haraway (2000) critica dualismos tradicionais como mente/corpo, natureza/cultura e humano/animal, argumentando que essas dicotomias são limitadoras e inadequadas para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Ela propõe abordagens mais fluidas e interconectadas que reconheçam a interdependência entre diferentes elementos e integra perspectivas feministas com teorias pós-humanistas, argumentando que a distinção entre humanos e não-humanos é cada vez mais irrelevante em um mundo marcado pela tecnologia e pela interconexão global. Desta forma, busca explorar novas formas de compreender e habitar o mundo que desafiem hierarquias de poder e explorem possibilidades de coexistência mais éticas.

No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todas quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. Nas tradições da ciência e da política ocidentais (a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro), a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. (Haraway, 2000, p. 37).

Entendemos que a metáfora do ciborgue de Haraway (2000) carrega em si uma carga utópica em que a quebra de dualismos possa nos ajudar a compreender o redesenho de novos patamares de sociabilidade, que vão para além das relações de poder hierarquizantes, baseadas no comando e controle dos corpos, principalmente os corpos femininos. Embora a autora não faça referência direta à dualidade estabelecida entre materialidade e virtualidade, entre off-line e on-line, no trecho em que menciona que:

Nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo são, em si, sagrados; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum. (Haraway, 2000, p. 62).

Haraway (2000) revela que é possível compreender em sua perspectiva do ciberfeminismo a necessidade de estabelecer interfaces entre diferentes sistemas, no caso, entre o humano e a máquina. Acreditamos que a metáfora do ciborgue neste caso torna-se metáfora também para a interespacialidade, estabelecida pela interface criada através das TICs entre as ações coletivas do Movimento Feminista tanto no ciberespaço, quanto no espaço geográfico.

Ao analisarmos os exemplos do ciberativismo praticado pelos zapatistas e pelo ciberfeminismo na década de 1990, é possível constatar que o repertório das ações coletivas destes movimentos transita pelas diferentes tipologias propostas por Van Laer e Van Aelst (2008) de movimentos apoiados na Internet e baseados na Internet, e em diferentes níveis de engajamento, a depender das táticas e estratégias por eles adotadas. Embora não sejam tipologias fixas de ciberativismo, podemos afirmar que quanto mais o movimento baseia suas ações na Internet com alto nível de engajamento de seus participantes, maior a tendência destas ações ficarem restritas ao ciberespaço, ou seja, maior a tendência dessa atuação se dar de forma on-line (virtual). Já as ações coletivas que se apoiam na Internet com alto nível de engajamento tendem a combinar ações off-line (materializadas) com ações on-line (virtuais), ou seja, tendem a ser interespaciais, aglutinando formas híbridas de atuação que fazem uso das TICs como interface para sua condição de fenômeno coespacial. Outra tendência que podemos constatar é a de que os movimentos considerados apoiados na Internet tendem a não se identificar tanto com o ciberativismo *stricto sensu*, uma vez que o uso que fazem das TICs tendem a servir mais para ações coletivas que se encaixam nas categorias propostas por Vegh (2003), de conscientização/defesa e organização/mobilização. Exemplos destes casos podem ser encontrados nos episódios da Batalha de Seattle ocorrida em 1999 nos Estados Unidos.

A Batalha de Seattle refere-se aos protestos e confrontos ocorridos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1999, realizada em Seattle, Washington. Os protestos eram liderados por uma coalizão diversificada de ativistas e movimentos sociais, incluindo ambientalistas, sindicatos,

grupos de justiça social e movimentos antiglobalização. Os manifestantes criticavam as políticas comerciais da OMC, argumentando que a organização priorizava os interesses das grandes corporações em detrimento dos direitos dos trabalhadores, dos direitos ambientais e da soberania dos países em desenvolvimento. As duras críticas contra o impacto da globalização, no aumento da desigualdade econômica e social, geraram protestos que começaram de forma pacífica, mas rapidamente se intensificaram à medida que confrontos com a polícia e atos de vandalismo eclodiram nas ruas de Seattle.

A Batalha de Seattle atraiu a atenção internacional para as preocupações sobre a globalização econômica e o papel das instituições internacionais como a OMC e, apesar da crescente opressão e violência policial, os protestos acabaram por ajudar a catalisar um movimento global de resistência à globalização corporativa, ao neoliberalismo e à falência das instituições democráticas representativas.

O ciberativismo desempenhou um papel significativo na mobilização e organização dos protestos durante a Batalha de Seattle. Embora a Internet ainda estivesse em seus estágios iniciais de popularização, em 1999 já estava sendo usada de forma eficaz por grupos ativistas para coordenar ações e espalhar informações sobre os protestos. Alguns dos primeiros sites de mídia independente, como o *Indymedia*²⁰, foram lançados durante os protestos e permitiram que os ativistas compartilhassem notícias e análises alternativas sobre os eventos em tempo real, contornando a narrativa *mainstream* apresentada pela mídia corporativa tradicional. Isso ajudou a amplificar as vozes dos manifestantes e a destacar seus descontentamentos com a globalização e as políticas da OMC. Além disso, o uso da Internet e do e-mail facilitou a comunicação entre grupos ativistas em diferentes partes do país e do mundo, permitindo uma coordenação mais eficiente das ações de protesto. Isso demonstrou o potencial da Internet como uma ferramenta poderosa para a organização e mobilização social, um aspecto central do ciberativismo.

²⁰*Indymedia* é uma rede global de mídia independente e participativa, criada com o objetivo de fornecer uma plataforma para notícias, análises e relatos de eventos que muitas vezes são negligenciados ou distorcidos pela mídia corporativa. O nome "*Indymedia*" deriva de *Independent Media Center* (Centro de Mídia Independente). O movimento começou em 1999, durante os protestos contra a OMC em Seattle, quando ativistas e jornalistas independentes perceberam a necessidade de uma plataforma alternativa para compartilhar informações e cobrir eventos de maneira mais crítica e autônoma. Desde então, vários centros de mídia independente surgiram em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Muitos deles operam através de sites on-line onde qualquer pessoa pode contribuir com conteúdo.

Portanto, enquanto os protestos em Seattle foram predominantemente eventos que ocorreram nas ruas, o ciberativismo desempenhou um papel crucial nos bastidores, ajudando a conectar e fortalecer o movimento antiglobalização e a divulgar suas mensagens para um público mais amplo.

Embora muitos tenham observado que os recentes protestos (de Seattle, 1999) em massa teria sido impossível sem a Internet, o que tem sido esquecido é como a tecnologia de comunicação que facilita essas campanhas está moldando o movimento à sua própria imagem. Graças à Net, mobilizações são capazes de se desdobrar com a burocracia escassa e hierarquia mínima; o consenso forçado e os manifestos substituídos não por uma cultura de constante, vagamente estruturada e às vezes compulsiva troca de informação. O que surgiu nas ruas de Seattle e Washington era um modelo ativista que espelha os caminhos, descentralizados, interligados, orgânicos da Internet: a Internet vem à vida (Bezerra, 2015, p. 181 *apud* Klein, 2000, p. 1, tradução da autora).

É possível ver se desenhar, a partir da Batalha de Seattle, uma nova cultura política dos movimentos sociais. Uma cultura que, na verdade, tem origem no acúmulo histórico de lutas que nasce até mesmo antes do surgimento da Internet. Vem desde as atuações performáticas e contestatórias dos movimentos de vanguarda artísticas, como o Dadaísmo e Surrealismo, passando pelo Situacionismo, Existencialismo, e Pós-estruturalismo francês, até chegar aos campi universitários, onde os primeiros pesquisadores e estudiosos das redes de computadores, direta ou indiretamente, acabaram sendo influenciados pelos movimentos contraculturais da década de 1960 e 1970. A partir daí, nas décadas seguintes, 1980 e 1990, os princípios da autonomia, da cooperação e do compartilhamento de dados foram se tornando um norte para a luta contra a reprodução da lógica capitalista da propriedade privada e do monopólio da produção tecnológica manifestadas pelos movimentos pelo software livre. O potencial do uso das TICs vai se tornando cada vez mais evidente, à medida que os recursos da Internet passam a demonstrar seu potencial de transformação da sociedade. Surgem daí novas práticas de ação coletiva dentro daquilo que passa a ser denominado ciberativismo. As ações diretas virtuais e a desobediência civil on-line começam a ser praticadas pelos hacktivistas, ciberfeministas e os zapatistas digitais fazendo destes pioneiros no uso criativo da Internet para fins de luta antissistêmica.

A partir daí, vimos que de acordo com Vegh (2003) é possível criar uma tipologia dividida em três formas de ciberativismos que dialogam entre si a depender das ferramentas tecnológicas a serem usadas para atingir seus objetivos: as formas

de conscientização/defesa, organização/mobilização e ação/reação. Van Laer e Van Aelst (2008), influenciados por Vegh (2003), elaboram outros dois tipos de tipologia de análise das práticas ciberativistas: as que buscam entender os repertórios de ação coletiva, a depender da maneira como os movimentos se apropriam do ciberespaço (daí surgem as classificações de movimentos apoiados na Internet e movimentos baseados na Internet), e do grau de intensidade no engajamento oferecido por esses repertórios (máximo nível de engajamento e mínimo nível de engajamento).

A Batalha de Seattle, ocorrida nos Estados Unidos em 1999, tornou-se um fenômeno-chave para a compreensão dos movimentos que surgiriam na primeira década do século XXI, por demonstrar naquele episódio o surgimento de uma nova cultura política dos movimentos sociais, baseadas no acúmulo histórico. Essa nova cultura é marcada pelos princípios da horizontalidade, da descentralização, da ausência de lideranças definidas, da predominância de coletivos e blocos/frentes de lutas, das decisões construídas por consenso em assembleias. Além disso, como poderemos ver mais adiante, é marcada principalmente por movimentos apoiados na Internet, com máximo nível de engajamento que utilizam as TICs como interface para práticas políticas interestaciais permitindo, assim, a criação de repertórios de ações coletivas baseadas na conscientização/defesa e organização/mobilização como estratégias para garantir a multi/transterritorialidade de suas lutas.

4 INTERESPACIALIDADE E MULTI/TRANSTERRITORIALIDADE NA NOVA CULTURA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Vimos no capítulo anterior que as organizações dos movimentos antiglobalização que fizeram parte do episódio ocorrido em 1999, mais conhecido como A Batalha de Seattle, podem ser considerados como precursores de uma nova cultura política dos movimentos sociais. Esta cultura será marcada por aqueles movimentos sociais que passam a fazer uso das TICs como interface para a apropriação estratégica tanto do ciberespaço quanto do espaço público urbano, afirmando assim sua condição interestespacial de luta. Desta forma, a condição interestespacial produz uma lógica híbrida em que relações de poder serão manifestas nos limites entre o ciberespaço e o espaço público urbano, demonstrando assim a importância de se disputar e se apropriar da interface entre estes dois espaços como estratégias para sua territorialização.

Os repertórios de ação coletiva manifestas através dessa nova cultura política dos movimentos sociais são exemplos dessa hibridização, pois combinam repertórios próprios do ciberativismo, com outros repertórios dos movimentos sociais como ocupações, acampamentos e protestos no espaço público urbano. A partir daí, estabeleceremos, com base em Vegh (2003) e Van Laer e Van Aelst (2008), que estes movimentos serão classificados segundo a tipologia proposta pelos autores como movimentos apoiados na Internet com alto nível de engajamento, que se apropriam das TICs enquanto interfaces interestespaciais para consolidar suas estratégias de conscientização/defesa e organização/mobilização de suas lutas.

A apropriação das TICs, como vimos anteriormente em Enzensberger (2003), torna-se cada vez mais estratégica para atuação dos movimentos sociais, o que por si só demonstra sua relevância política como instrumento de exercício efetivo do poder, não no sentido próprio da dominação coercitiva, mas um poder simbólico, capaz de moldar e controlar as representações e os discursos que permeiam a sociedade, de modo a reforçar e legitimar as relações de poder nela existentes.

Quando tratamos as TICs enquanto interface que permite o estabelecimento de uma relação de interestespacialidade, mais precisamente de coespacialidade, entre ciberespaço e espaço geográfico, estamos tratando de relações de poder que

disputam a territorialização das lutas dos movimentos sociais através da articulação entre múltiplos territórios.

Aqui consideraremos território na perspectiva teórica abordada por Rogério Haesbaert (2004). Para este autor, o conceito de território vai além de simplesmente delimitações geográficas ou fronteiras políticas. Ele enfatiza uma perspectiva dinâmica e relacional, onde as interações entre pessoas, poder, cultura e espaço desempenham um papel fundamental na sua formação e transformação. O território é um conceito complexo que envolve tanto aspectos materiais, como o controle sobre recursos naturais e a delimitação física do espaço, quanto aspectos simbólicos, como identidades culturais e políticas (Haesbaert, 2004). As relações de poder e as práticas sociais são essenciais para a construção e contestação dos territórios, e que estes são constantemente redefinidos através de processos sociais, políticos e econômicos, segundo Haesbaert (2004).

O território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações que é também, e sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita, quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas, quanto das lutas subalternas de resistência -, pois poder sem resistência por menor que ela seja, não existe. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. (Haesbaert, 2018, p. 69).

A análise territorial, portanto, deve se ater também às representações simbólicas do espaço e como as dinâmicas sociais influenciam na configuração e na significação do território em diferentes contextos. Sua construção é multifacetada e incorpora tanto aspectos materiais quanto simbólicos, refletindo as complexas relações entre sociedade e espaço. Essa relação, entre aspectos materiais e simbólicos, se torna extremamente importante em nosso estudo, porque a compreensão da nova cultura política dos movimentos sociais apoiados na Internet nos exige um olhar para o fato de que a territorialidade desses movimentos, justamente por sua condição interespacial/coespacial, se manifesta de forma múltipla graças ao poder articulador das TICs (interfaces). Assim, recorreremos novamente a Haesbaert (2018) para quem:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se

eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território, pelo menos nos moldes a que se refere, não esteja concretamente manifestado. (Haesbaert, 2018, p. 76).

No caso dos movimentos apoiados na Internet, fica evidente que a atuação política tanto no ciberespaço quanto no espaço geográfico se dá de múltiplas formas. As estratégias de apropriação destas dimensões espaciais se combinam na dialética entre materialidade e virtualidade, fazendo surgir daí sua condição multiterritorial.

A multiterritorialidade, segundo Haesbaert (2004), refere-se à multiplicidade de pertencimentos territoriais que um indivíduo, comunidade ou grupo pode ter. Isso significa que, em vez de pertencerem a um único território claramente definido, as pessoas e as comunidades podem estar conectadas a múltiplos territórios simultaneamente, seja através de laços culturais, sociais, econômicos ou políticos.

Como no mundo contemporâneo se vive em múltiplas escalas ao mesmo tempo, em uma simultaneidade atroz de eventos se vivencia também concomitantemente, múltiplos territórios. Isso requer que nos posicionemos diante de uma determinada territorialidade ou diante de outra, como se nossos marcos de referência e controles espaciais fossem transpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Ele desemboca em uma Geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mais ainda transterritorial) que se procura traduzir em novas concepções, por exemplo, através dos termos “cosmopolita” e “glocal”. Este último, implica que os níveis global e local possam estar quase inteiramente confundidos. (Haesbaert, 2018, p. 121).

O uso das TICs pelos movimentos sociais, para além de somente articular múltiplos territórios, faz com que surjam nesta interespacialidade (entre o ciberespaço e o espaço geográfico) formas diferenciadas de se vivenciar o território. As organizações dos movimentos sociais, após a Batalha de Seattle em 1999, são exemplos de atores que vivenciam essa multiterritorialidade.

A multiterritorialidade contemporânea inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela diversidade de territórios que se colocam a nosso dispor (ou pelo menos das classes e grupos mais privilegiados) -, mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção, e de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios/territorialidades. (Haesbaert, 2018, p. 96).

Obviamente, classes e grupos privilegiados possuem maiores possibilidades de vivenciar a multiterritorialidade, uma vez que o acesso às TICs ainda se dá de forma desigual, o que nos indica que há uma diferença no grau de acesso às

tecnologias, causando distorções quanto à capacidade de inserção e domínio das redes. No entanto, é inquestionável que este acesso vem se popularizando cada vez mais ao constatarmos que a quantidade de usuários da Internet e o número de portadores de smartphones aumenta com o decorrer dos anos²¹.

Além do aspecto da multiterritorialidade dos movimentos sociais apoiados na Internet, gostaríamos de ressaltar outro aspecto referente ao processo de territorialização destes movimentos: a constituição de territórios híbridos. Segundo Haesbaert (2011) é possível reconhecer a multiterritorialidade manifesta de duas formas gerais, uma “multiterritorialidade *lato sensu*” ou “sucessiva” e uma “multiterritorialidade *stricto sensu*” ou “simultânea”. Sendo a primeira uma forma mais ampla que “envolve a vinculação de múltiplos territórios (zonais) articulados em rede” e o segundo uma forma que “[...] envolve territórios em si mesmos híbridos e/ou que permitem a articulação simultânea com outros territórios (por mecanismos de controle informacional ou virtual).” (Haesbaert, 2011, p. 62).

A interespacialidade, manifesta na nova cultura política dos movimentos sociais apoiados na Internet, nos mostra que a mescla de repertórios de ação coletiva on-line e off-line produzem através da interface das TICs os tipos de territorialização híbrida consideradas por Haesbaert (2011) enquanto formas de “multiterritorialidades *stricto sensu*” ou “simultânea”. O grande destaque nesta forma multiterritorial está na mobilidade entre ações típicas do ciberativismo e o ativismo das ruas, o que nos permite afirmar que de fato há um processo de territorialização no e pelo movimento.

No entanto, é interessante ressaltar que a maior mobilidade de nosso tempo, que afeta tanto nossa multiterritorialidade “sucessiva” (que implica deslocamento físico) quanto “simultânea” (ou *in situ*”, no sentido de um lugar culturalmente múltiplo e /o de uma “mobilidade virtual” que permite “controlar” territórios à distância), é um elemento *potencialmente* favorecedor - e muito - dos processos de hibridação. Como o havíamos indicado inicialmente, não podemos esquecer que uma forma de territorialização também é aquela que se realizam “no e pelo movimento”. São inúmeras coisas que hoje se identificam com esta mobilidade de tal forma que, o território, tal como suas identidades, é para eles, construído pelo amálgama entre múltiplas territorialidades específicas ou de maneira

²¹Segundo dados da TIC Domicílios 2023 (Comitê Gestor de Internet no Brasil; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2023), o percentual de residências conectadas à internet no Brasil passou de 80% para 84% entre 2022 e 2023 e a alta na porcentagem foi impulsionada principalmente pelo aumento da conectividade nos lares das classes C e D-E. Embora as velocidades de conexões e as formas de acesso sejam extremamente desiguais, é fato que a Internet a passos lentos vem se tornando parte do cotidiano da população brasileira.

mais "radical" -, por el próprio "estar em movimento" ou "transitar entre múltiplos territórios"; o que nos leva, também, a pensar em uma espécie de "transterritorialidade". (Haesbaert, 2011, p. 63-64, tradução nossa).

Para Haesbaert (2011), a transterritorialidade se refere à ideia de que as fronteiras territoriais não são estáticas ou absolutas, mas sim fluidas e permeáveis. Seu argumento é o de que os espaços geográficos não são definidos apenas por linhas políticas ou administrativas, mas também por uma variedade de fluxos e conexões que atravessam essas fronteiras, enfatizando assim a importância de entender os processos de interconexão e interdependência que transcendem as fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais.

Aqui, através do trânsito efetivo por múltiplos territórios, podemos afirmar que estamos produzindo uma multiterritorialidade no sentido estrito ou, sob um termo provavelmente ainda mais adequado, uma *transterritorialidade*, pois ela implica mais que a simples articulação de territórios diferentes, o trânsito entre eles, sua imbricação deve-se à mobilidade frequente e, conseqüentemente, um processo de identificação que incorpora, de maneira central, este ir e vir ou este "estar entre" territórios. (Haesbaert, 2011, p. 64, grifo do autor, tradução nossa).

Podemos encontrar em Heidrich (2010) apontamentos sobre a incorporação tecnológica no espaço social, que sugerem reflexões pertinentes quanto à multiterritorialidade e sua capacidade de articular dimensões diferenciadas da ação social criando assim uma nova condição do espaço geográfico, agora atravessado por processos de transterritorialidade. Processos estes eminentemente políticos e que de acordo com o autor refletem o poder enquanto probabilidade e não algo determinante e/ou determinado. A partir desta afirmação, podemos entender que na transterritorialidade, manifesta através da nova cultura política dos movimentos sociais apoiados na Internet, a disputa política tanto do ciberespaço quanto do espaço geográfico (tanto das redes, quanto das ruas) se faz estratégica para que estes atinjam seus objetivos.

Afirmamos, então, que além de multiterritorial, a territorialidade dos movimentos sociais apoiados na Internet segue a lógica da transterritorialidade, uma vez que ela se constrói no e pelo movimento entre informações geradas nas redes e nas ruas e articuladas através da interface interespaçial criada pelas TICs. Este será o caso das organizações dos movimentos sociais que deram origem às manifestações como a Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, 15M e as Jornadas de Junho de 2013.

4.1 Diferentes interpretações para um mesmo fenômeno: os movimentos sociais em rede, os novíssimos movimentos sociais ou os movimentos das praças?

Primeiramente devemos ater ao fato de que apesar das diferenças conjunturais entre os movimentos citados anteriormente, seguiremos a tendência comum a diversos estudos que conferem uma identidade própria a estes fenômenos, englobando-os em diferentes categorias a depender do referencial teórico adotados por aqueles que se debruçam sobre o tema. Essa gama diversificada de abordagens sobre estes episódios gera consequentemente diferentes formas de se referir a estes fenômenos. Castells (2013) os engloba na categoria de “movimentos sociais em rede”; já Gohn (2017), de “novíssimos movimentos sociais”; e Gerbaudo (2021) de “Primaveras ou Movimentos das Praças”. As denominações variam assim como variam as concepções a respeito da natureza das ações coletivas perpetradas nestes eventos, levando alguns a defenderem que estes fenômenos se enquadram mais na perspectiva insurrecional, de revolta ou de levante e outros enquadram em revolução. Alguns atribuem a eles o caráter de manifestação, protesto ou jornada. Enfim, são inúmeras as formas encontradas para tentar adjetivar estes fenômenos o que só demonstra ainda mais a complexidade inerente à tarefa de efetuar suas análises.

Atribuímos às diferentes metodologias de estudo e às diferentes perspectivas teóricas dos estudos dos movimentos sociais essa enorme variedade de opções classificatórias. Somos obrigados, portanto, a confrontar diversas dessas perspectivas com o intuito de compreender melhor a forma como se dá a construção de sua multi/transterritorialidade e as implicações políticas e sociais de seu arranjo interestencial. Três coisas, no entanto, nos nortearão nesta investigação. Primeiro, o fato de que estes fenômenos se enquadram dentro da perspectiva que engloba as organizações destes movimentos sociais, enquanto movimentos apoiados na Internet no que tange principalmente à sua territorialização no ciberespaço, para fins de mobilização popular, no entanto, veremos a seguir que estes movimentos não se restringem apenas ao ciberespaço, tampouco sua característica principal está centrada no uso das TICs enquanto interface para sua interestencialidade; em segundo, estas mesmas organizações compartilham entre si um viés de luta

anticapitalista, de forte mobilização contra as políticas neoliberais implementadas com maior intensidade a partir da década de 1990; e em terceiro, são questionadoras tanto dos regimes autoritários quanto das democracias representativas que sustentam o modelo de desenvolvimento neoliberal, acrescentado aí a descrença e frustração relacionados aos métodos reformistas dos governos de esquerda e sua consequente cooptação de partidos e sindicatos.

Segundo o sociólogo Paolo Gerbaudo (2022), as interpretações acadêmicas desses movimentos tendem a seguir, grosso modo, três perspectivas distintas: a perspectiva anarquista, a marxista e a tecnopolítica. Para o autor, todas elas contribuem, cada uma a sua forma, para a compreensão sobre a natureza dos movimentos citados anteriormente, “[...] no entanto, não conseguem identificar as novidades e os elementos de ruptura em relação aos movimentos sociais anteriores, em particular ao movimento antiglobalização dos anos 1990 e início dos 2000.” (Gerbaudo, 2022, p. 37). Em sua visão, a primeira perspectiva, embora identificada pela presença da influência neoanarquista, dado ao caráter horizontal, descentralizado, assembleísta, apartidário e de liderança suave, das manifestações, explica somente uma parte do “mosaico composto por várias orientações ideológicas” que aparece “[...] mais sob a forma de um elemento ideológico residual, herdado de movimentos passados.” (Gerbaudo, 2022, p. 38).

A segunda perspectiva, a marxista, apresenta uma visão mais crítica dos protestos ocorridos, segundo Gerbaudo (2022). Nesta linha de pensamento, os marxistas, apesar de reconhecerem as manifestações como momentos de ruptura no *continuum* histórico da luta de classes, mantiveram-se céticos quanto ao seu poder revolucionário, sendo mais fácil taxá-los enquanto movimentos insurrecionais preocupados mais com a questão da democracia do que com a derrubada do capitalismo. A crítica de Gerbaudo (2022) a esta perspectiva é a de que ao manterem este posicionamento, os autores marxistas se distanciam das bases e apostam em um determinismo simplista que desconsidera as complexas relações de poder dentro da chamada classe operária.

A terceira perspectiva, a “tecnopolítica”, dedica seu foco às questões relacionadas às condições materiais e tecnológicas do ativismo social e que tendem a colocar de lado análises político-ideológicas conjunturais, para se dedicarem às análises das formas de interação interpessoal e de organização social. Essa

perspectiva incorre na fetichização da tecnologia típica dos tecnodeterministas, sejam eles “ciberotimistas” ou “ciberpessimistas”. Aqui a organização da chamada sociedade em rede, termo desenvolvido por Manuel Castells em seu livro “A sociedade em rede” (1996), vira uma garantia quase que automática de uma sociedade organizada horizontalmente e autônoma sem que se problematize a dispersão e o individualismo como aspectos importantes na constituição da sociedade contemporânea e, portanto, presentes nos próprios movimentos sociais.

Castells (1996) tende, por exemplo, a enaltecer o “horizontalismo” dos chamados “movimentos sociais em rede” sem considerar que as organizações desses movimentos tendem a girar em torno de lideranças às quais Gerbaudo (2021) chama de “lideranças suaves”, ou seja, lideranças não declaradas que através de comissões possuem a tarefa de “coreografar” as ações dos movimentos em seus diversos espaços políticos. Da mesma forma, o conceito de autonomia em Castells (1996) soa um tanto etéreo e genérico sem uma contextualização política definida.

No livro “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet” (Castells, 2013), a autonomia está atrelada à liberdade de comunicação dada pela Internet. Comunicação autônoma por si só, na concepção de Castells (2013), vira uma garantia de liberdade, quando na verdade, o que vemos nas dinâmicas das redes sociais é a tendência crescente dos processos de isolamento e fragmentação social. Quando os indivíduos têm a suposta capacidade de escolher com quem se comunicar e quais informações acessar de forma autônoma, existe o risco de que eles se fechem em bolhas sociais ou se limitem a interagir apenas com pessoas que compartilham de suas opiniões e perspectivas. Isso pode levar à polarização e à falta de entendimento mútuo entre grupos sociais. Neste caso, Castells (2013), parece não ter conseguido antecipar, justamente pelas limitações do seu ciberotimismo, o grande poderio que as grandes empresas de comunicação (*Big Techs*) teriam ao estabelecerem o monopólio do uso dos dados e sua manipulação através de algoritmos destinados a moldar o modo como as pessoas interagem, consomem informações, tomam decisões e até mesmo seus impactos no funcionamento das instituições governamentais²².

²²Fato curioso, inclusive, é que passados dez anos desde a publicação de “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na Era da Internet”, Castells tenha passado de uma perspectiva esperançosa quanto às potencialidades do uso das TICs pelos chamados movimentos sociais-em-

Esse aspecto se mostra crucial à medida que é amplamente utilizado pela discursividade neoliberal, que aposta tanto na intensificação do individualismo, quanto na dispersão dos indivíduos, os quais passam a ser vistos como empreendedores de si mesmos e, portanto, devem investir no coletivo. Ao colocarmos essa questão no centro dos processos políticos contemporâneos, vemos que o enfrentamento dessa discursividade não se desenvolve simplesmente por atuarmos em rede, pelo contrário, as estratégias neoliberais também incorporaram as redes em suas dinâmicas, o que tem significado, principalmente do ponto de vista da produção, formas mais preocupantes de precarização e de dispersão dos trabalhadores. (Penteado; Segurado, 2021, p. 12).

A perspectiva tecnopolítica de Castells (2013) carece também de uma análise mais profunda sobre a territorialidade destes então movimentos sociais em rede. Ao utilizar o conceito de “espaço híbrido”, espaço este formado não só pelas práticas virtuais dos movimentos sociais, mas pela construção de um espaço público não limitado apenas à Internet, o autor pouco define como se dá a articulação entre estas duas formas de se vivenciar o espaço e, novamente, atribui à espontaneidade proporcionada pela dádiva tecnológica a materialização quase que natural de construção da autonomia.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. [...] A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que eles se relacionem com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (Castells, 2013, p. 16).

No trecho anterior, Castells (2013), ao afirmar que a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, desconsidera as formas de articulação entre o ciberespaço e o espaço urbano e o que é mais grave: desconsidera todo o acúmulo de capital político que as organizações dos

rede, para uma perspectiva pessimista. Podemos constatar em uma entrevista dada pelo autor, em 2023 para o Instituto Humanitas Unisinos, cujo título, “O mundo entrou em uma fase sem futuro”. Uma mudança de perspectiva sobre o futuro do uso da tecnologia que contradiz boa parte de suas obras anteriores: “Há uma síndrome demiúrgica no novo Vale do Silício. Minha relação com o Vale do Silício é complexa, porque eu o acompanhei quase desde o início e admirava aqueles jovens inovadores, iconoclastas, sem medo de nada, que inventavam tudo, que acreditavam que estavam criando um mundo novo e o fizeram. Era uma espécie de ideal libertário e dessa parte eu gostava. Mas, claro, conforme foram ganhando poder econômico e tecnológico, foram aumentando sua loucura. Na realidade, é uma loucura, porque verdadeiramente estão pensando em ir para Marte.” (Castells, 2023, on-line).

movimentos sociais herdaram de outros movimentos que o antecederam, ao mesmo tempo que ignora a territorialidade destes movimentos manifestas nas assembleias realizadas nos espaços públicos ocupados, quase como se fossem meros resultados indiretos da autonomia espontânea. A tecnologia é colocada como sujeito/ator das transformações sociais, e não os movimentos sociais com sua trajetória de formação política, identitária e territorial.

É necessário voltar, então, à perspectiva anarquista, em que os movimentos antiglobalização, que deram origem à Assembleia Geral dos Povos em 1998 e à Batalha de Seattle em 1999, ajudaram a estabelecer um precedente para protestos globais que influenciaram diretamente as organizações dos movimentos posteriores, como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, o 15M do movimento dos Indignados e as Jornadas de Junho de 2013, tanto em termos discursivos, quanto em termos de práticas de protesto.

Pode-se dizer que uma nova cultura política dos movimentos sociais começa a ser gestada no final da década de 1990, e passa por um amadurecimento estético-político que se consolida nos movimentos da virada do século XXI. Esta nova cultura se fundamenta nos princípios do autonomismo, do anarquismo e do socialismo libertário, expressos nos aspectos da horizontalidade, da descentralização de suas lideranças, na formação de frentes e blocos de lutas composta mais por coletivos do que organizações tradicionais (sindicatos, partidos, organizações não-governamentais etc), e pelas decisões tiradas em assembleias privilegiando sempre que possível a busca pelo consenso.

Uma das características marcantes do movimento antiglobalização é a heterogeneidade de sua composição social: ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não-governamentais, movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. Cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias históricas diferenciadas. Quais são os eixos dos protestos? A maioria das organizações que o compõem não é precisamente contra a globalização em si; várias facções do movimento reconhecem que a globalização é um dado momento do processo histórico contemporâneo. O que essas facções contestam é a forma como a globalização se processa. O que une as várias entidades/organizações e suas facções num só movimento é o fato de todas serem contra a parcela do status quo vigente que legitima uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, criando grandes distâncias entre ricos e pobres, incluídos e excluídos. Recusam-se às imposições de um mercado global, uno, voraz. Contestam-se também os valores que impulsionam a sociedade capitalista,

alicerçados no lucro e no consumo de mercadorias supérfluas. (Gohn, 2002, on-line).

Entendemos que os movimentos antiglobalização formam o esboço para o surgimento de uma nova cultura política dos movimentos sociais no século XXI, e compartilham com estes últimos, semelhanças e diferenças. A julgar primeiro as semelhanças, é possível destacar que ambos foram formados por organizações de movimentos apoiados na Internet, com alto nível de engajamento e fizeram das TICs instrumentos para viabilizar suas estratégias de conscientização/defesa e organização/mobilização. Outra semelhança compartilhada por ambas diz respeito à influência direta ou indireta do neoanarquismo e do autonomismo e isso pode ser atestado não só nos repertórios de ação direta, quanto na tendência a se buscar a tomada de decisões via consenso, em assembleias.

De forma semelhante a Gohn (2002), o filósofo Richard Day, em seu livro "Gramsci está morto: correntes anarquistas nos novíssimos movimentos sociais" (2005; tradução nossa), antes mesmo de classificar as organizações dos movimentos que fizeram parte da Batalha de Seattle enquanto movimentos antiglobalização, opta por denominá-los movimentos não-hegemônicos de luta contra o projeto neoliberal. Não-hegemônicos porque se diferenciam dos movimentos de caráter marxista clássico ou até mesmo dos chamados novos movimentos sociais²³ (vistos pelo autor como contra-hegemônicos), no que tange à crença de que não há possibilidades fora da forma estatal de construir maneiras possíveis de se combater o projeto neoliberal, seja assumindo o controle do estado, como no caso do marxismo clássico, seja assumindo protagonismo através do reformismo político pós-marxista baseados na garantia da representatividade e reconhecimento dos direitos das minorias subalternas. Day (2005) defende que a partir do final do século XX surge uma nova lógica de atuação política que se contrapõe ao que ele chama de lutas de "hegemonia pela hegemonia", ou seja, lutas com enfoque no Estado e não para além do Estado.

²³A socióloga Maria da Glória Gohn entende os chamados "novos movimentos sociais" como uma categoria, que surgiu na segunda metade do século XX, para descrever uma nova forma de ativismo que se diferenciava dos movimentos sociais tradicionais, como os movimentos operários e camponeses. Estes movimentos são caracterizados, de acordo com a autora, por sua natureza mais descentralizada, diversificada e voltada para questões identitárias, culturais e ambientais e que muitas vezes se organizam em torno de temas como direitos humanos, meio ambiente, gênero, etnia, sexualidade e outras formas de identidade e justiça social.

O que é mais interessante no ativismo radical contemporâneo é que alguns grupos estão saindo desta armadilha ao operarem de forma não-hegemônica em vez de contra-hegemônica. Procuram mudanças radicais, mas não através da tomada ou da influência do poder do Estado e, ao fazê-lo, desafiam a lógica da hegemonia no seu âmago. (Day, 2005, p. 8, tradução nossa).

Dentro desta forma não-hegemônica de ativismo radical surgem, para Day (2005), o que ele chama de “novíssimos movimentos sociais” e que agem mais na lógica da “afinidade pela afinidade”²⁴ do que na da “hegemonia pela hegemonia”, demonstrando em sua obra beber da fonte direta das teorias pós-estruturalistas, neoanarquistas, autonomistas (com destaque para o Zapatismo), feministas, pós-coloniais e Teoria *Queer*.

Neste sentido, muitos dos movimentos sociais mais recentes e mais interessantes não são de todo o que os sociólogos chamariam de movimentos sociais. Assim, há uma certa ironia na minha utilização deste termo, uma ironia que pretende realçar a mudança dos “movimentos” orientados hegemonicamente para estratégias e táticas sem tipificação, como o *Independent Media Center* (IMC), o *Affinity Group*, *Reclaim the Streets* (RTS), *Social Centre* e *Black/Pink/Yellow Bloc*. Ao mesmo tempo, porém, há tendências que melhor correspondem à definição de movimentos sociais dos sociólogos, que também apresentam o que chamo de afinidade pela afinidade, isto é, por relações não-universalizantes, não-hierárquicas, baseadas na não-coerção, na ajuda mútua e nos compromissos éticos compartilhados. Os exemplos incluiriam certas comunidades indígenas na América do Norte (Nação Mohawk), América Latina (Zapatistas) e Austrália/Nova Zelândia (Governo Provisório Aborígine), bem como algumas vertentes do feminismo transnacional e da teoria queer. Meu argumento básico neste livro é que todos esses grupos e movimentos, estratégias e táticas, são úteis para compreender – e promover – o deslocamento contínuo da hegemonia pela hegemonia por uma afinidade pela afinidade (Day, 2005, p. 8-9, tradução nossa).²⁵

Day (2005) e Gohn (2002; 2017) propõem que os movimentos antiglobalização nos colocam diante de um novo tipo de novíssimo movimento social, porém há discrepâncias nada sutis quanto ao uso comum desse conceito.

²⁴Tanto para Gohn (2017) quanto para Day (2005), a lógica da “afinidade pela afinidade” refere-se à tendência dos movimentos sociais contemporâneos de se organizarem com base em afinidades identitárias, culturais e afetivas. Em vez de se basearem exclusivamente em critérios socioeconômicos, como classe social, os movimentos que seguem a lógica da afinidade pela afinidade se constituem em torno de laços de identificação compartilhados, como gênero, etnia, orientação sexual, religião, entre outros aspectos. Essa lógica sugere que as pessoas se unem em movimentos sociais não apenas por interesses materiais ou objetivos comuns, mas também por uma conexão emocional e identitária que as une. Isso pode fortalecer os laços de solidariedade e coesão interna dentro do movimento, além de promover maior mobilização e engajamento por parte dos participantes.

²⁵O livro organizado por Ned Ludd, “Urgência das ruas: black block, reclaim the streets e os dias de ação global” (2002) propõe uma reflexão profunda sobre estes modos de ação dos grupos anticapitalistas que marcaram o final do século XX.

Para Day (2005), o uso das TICs por parte dos novíssimos movimentos sociais advém da cultura ciberativista, enquanto Gohn (2017) se aproxima da perspectiva tecnopolítica, que coloca a tecnologia essencial do fazer político dos movimentos sociais, levando-os à organização horizontal e descentralizada como resultado mais dos processos comunicacionais do que políticos.

As novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso de aparelhos móveis, são na atualidade geradoras de grande potencial de mobilização da sociedade civil, criam novas formas de sociabilidade longe das estruturas estatais institucionalizadas. Elas propiciam aos indivíduos o acesso à informação, antes monopólio de grupos e instituições ou acessível apenas a poucos. Mas a seleção, a focalização e a decodificação dessa informação são feitas não apenas pelos indivíduos isolados – há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados. É aqui que entram os coletivos ou novíssimos movimentos sociais com grande poder de formação da opinião pública. Eles não apenas decodificam como também codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas em torno das quais eles se articulam e criam narrativas a respeito. Por isso os novíssimos movimentos sociais criados na era da Internet são, de um lado, plurais, mais autônomos, mais horizontais porque nascem de redes de grupos ou coletivos. Mas, de outro lado a própria rede atua como uma organização-suporte por ser a rede de interação e compartilhamento de crenças e valores. Atuam, portanto como filtro que agrega ou separa correntes de contracorrentes. As redes sociais virtuais, digitais, são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos. São recursos e fatores estratégicos porque seu poder vai além da mobilização. Impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida. Transformam-se em ações conectivas. O ambiente virtual propiciado pela Internet ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc. Os manifestantes, ao participarem, deixam registros – nos blogs, fotos etc. – que ajudam a criar uma memória e construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos, que estabelecem uma gramática, e símbolos que passam a ser compartilhados. (Gohn, 2017, p. 25).

Enquanto Day (2005) debruça sua análise sobre os novíssimos movimentos sociais que se encerram nos movimentos antiglobalização, Gohn (2017) vai além ao propor que essa nova categoria se estenderia também para os movimentos sociais, nascidos na primeira década do século XXI, incluindo aí a polêmica inclusão dos movimentos de cunho ultraliberal, neoconservadores e reacionários como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua, criados após as Jornadas de Junho de 2013.²⁶

²⁶Gohn (2017) reconhece o MBL e o Vem pra Rua como "novíssimos atores ou sujeitos" das manifestações e protestos ocorridos entre 2014 e 2016 no Brasil, o que na teoria os diferenciariam do termo "movimentos sociais" e o categorizariam enquanto "grupos de pressão". No entanto, na prática, ter sua origem na internet e nas redes sociais, sua organização horizontal e descentralizada, foco em agendas específicas e objetivos difusos, utilização de estratégias de

Entendemos que há limites no uso do conceito de novíssimos movimentos sociais em Day (2005), porque, embora seu trabalho seja muito útil para entendermos a influência da cultura política dos movimentos antiglobalização nos movimentos que os sucederam no contexto das lutas antisistêmicas, há diferenças a serem consideradas entre os dois ciclos de protestos, principalmente no que tange à natureza de seus discursos, práticas políticas e territorialidades. Quanto à concepção de Gohn (2017), sobre os novíssimos movimentos sociais, sua abordagem demasiadamente estruturalista peca pelo foco excessivo na ação coletiva formalizada e institucionalizada, criando assim, limitações na análise da diversidade dos movimentos sociais, novamente, tanto nas lógicas discursivas, políticas e territoriais.

Paolo Gerbaudo, em seus livros “Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo” (2021) e “Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global” (2022), busca compreender as complexidades da interseção entre tecnologia, mídia e política na sociedade contemporânea. Seu trabalho oferece uma análise perspicaz das dinâmicas emergentes de ativismo e protesto que são moldadas e amplificadas pelas mídias sociais, sem necessariamente cair no deslumbre tecnológico característicos da perspectiva tecnopolítica analisada anteriormente.

Ao confrontar as semelhanças e diferenças entre os movimentos antiglobalização e os movimentos das praças (movimentos responsáveis pelos ciclos de protestos na primeira década do século XXI), parte do pressuposto de que os diferentes momentos do uso da Internet por parte das organizações do movimento social, ao longo do final do século XX e início do século XXI, sugerem que as limitações em seu uso no final da década de 1990 fez com que essa rede fosse recebida pelos militantes como um “espaço autônomo”, estratégico para quebra de narrativas hegemônicas da mídia corporativista (Gerbaudo, 2021). Por isso, neste momento, se destaca o forte papel da mídia independente (mais

comunicação e marketing, ao nosso ver acaba contraditoriamente colocando-os na mesma categoria dos “novíssimos movimentos sociais”, atribuindo novamente maior peso às formas de organização e comunicação típicas da perspectiva tecnopolítica e menos nas questões político-ideológicas. Para nós, isso se configura um erro, tendo em vista que tanto o MBL e o Vem pra Rua não são movimentos de luta contra as políticas neoliberais e pela maior participação popular na democracia, mas, pelo contrário, são movimentos que reforçam e se engajam politicamente ao neoliberalismo, não para enfraquece-lo, mas sim para radicalizá-lo.

especificamente o coletivo *Indymedia*²⁷) e as listas de compartilhamento de e-mails. Já na primeira década do século XXI, há uma mudança radical, segundo Gerbaudo (2021), na forma de uso da Internet não só como espaço de informação, mas de organização e mobilização.

O movimento das praças, em 2011, mudou de forma radical a abordagem da Internet como espaço de mobilização política. Os protestos da Primavera Árabe e os movimentos antiausteridade dos *indignados* na Espanha, dos *aganakitsmenoi* na Grécia e do Occupy Wall Street nos Estados Unidos voltaram seus esforços de mobilização para as titânicas plataformas de mídia social que adquiriram proeminência a partir de meados dos anos 2000. O Twitter e o Facebook vieram substituir progressivamente as páginas de Internet, os fóruns online e as listas de e-mails que haviam ido o principal eixo do ativismo nos anos anteriores. Em um momento em que essas plataformas ainda estavam longe de ser dominantes e seus algoritmos (em particular o do Facebook) favoreciam muito mais o “alcance orgânico”, diferentes movimentos e grupos encontraram um espaço no qual podiam provar o mesmo crescimento exponencial experimentado pelas próprias plataformas que os hospedavam. [...] Daí o motivo do encanto revolucionário que o Facebook ganhou no Egito e em outros países, a ponto de e tornar uma palavra presente nos grafites das cidades envolvidas em protestos. (Gerbaudo, 2021, p. 24, grifos do autor).

Essa mudança, para Gerbaudo (2021), no entanto, não deve ser atrelada apenas às transformações tecnológicas e aos usos que os movimentos fazem dela em si, mas como um reflexo das transformações na cultura política dos movimentos tanto em seus discursos quanto em suas práticas, escalas e conquistas políticas, conforme o esquema abaixo elaborado (quadro 4):

²⁷*Indymedia*, ou *Independent Media Center*, foi uma rede global de organizações de mídia alternativa criada por ativistas para cobrir eventos que muitas vezes eram ignorados ou mal representados pela grande mídia. Fundado em 1999 durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, o *Indymedia* rapidamente se expandiu para outros países e cidades, servindo como uma plataforma para jornalistas cidadãos, ativistas e membros da comunidade compartilharem notícias, vídeos, e outros tipos de conteúdo.

Quadro 4 - Níveis de análise da cultura de protesto segundo Gerbaudo (2022).

	Movimento Antiglobalização	Movimento das praças
Discursos		
Ideologia	Anarcoautonomismo (autonomia e diversidade).	Cidadanismo (soberania e horizontalidade).
Identidade	Contracultural/minoritário.	Popular/majoritário.
Práticas		
Comunicação	<i>Indymedia</i> , listas de e-mails alternativas, reuniões de hackers.	Facebook, Twitter, Tumblr, aplicativos de mensagens, hackpads, Youtube.
Organização	Coletivos, conselhos de porta-vozes, fóruns sociais, lógicas de networking.	Assembleias populares, lógica de “organizar os desorganizados”.
Táticas de protesto	Cúpulas alternativa, bloqueios, barricadas, ação direta.	Acampamentos de protesto em espaços públicos centrais, canções improvisadas.
Escala e conquistas políticas		
Escala	Espaço global.	Espaço nacional com grandes conexões transnacionais.
Relação com o espaço institucional	Sociedade civil versus sociedade política; colaboração difícil com partidos políticos; atitude antiestatista.	Estratégia de “assalto às instituições”; gênese e regeneração de partidos políticos de esquerda; processos constitucionais e campanhas cívicas.

Fonte: (Gerbaudo, 2022, p. 48).

Das diversas distinções estabelecidas por Paolo Gerbaudo (2021, 2022) entre as culturas políticas dos movimentos antiglobalização e os movimentos chamados por ele de movimentos de praça, a primeira que nos chama a atenção se refere à própria designação “das praças” para dar nome aos tipos de movimentos que surgiram a partir de 2010, em diferentes partes do mundo, como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e as Jornadas

de Junho de 2013 no Brasil. Ao utilizar este termo para descrevê-los, o autor destaca a importância dada pelas organizações desses movimentos à ocupação dos espaços públicos, especialmente as praças centrais de grandes cidades como forma de territorializar suas lutas. Esses locais públicos, como a praça *Tahrir* no Cairo, a praça *Puerta del Sol* em Madri e o *Zuccotti Park* em Nova York, tornaram-se símbolos importantes dos protestos, onde os manifestantes se reuniam para expressar suas demandas e críticas ao status quo político, econômico e social.

Foi durante o processo de mobilização entre as redes e as ruas, que a identidade desses movimentos foi criada, contrariando os princípios da dispersão e fragmentação social da lógica das redes. Ao contrário do espontaneísmo presente nas obras de Castells (1996), onde por si só as TICs seriam responsáveis por fazer brotar ações coletivas; Gerbaudo (2021), segue Ernesto Laclau, em sua concepção de que “[...] a proliferação de pontos de ruptura que caracteriza a experiência social contemporânea resumida pelas formas de interação subjacentes às mídias sociais ‘tornam necessárias formas políticas de agregação social.’” (LACLAU, 2005 *apud* Gerbaudo, 2021, p. 90).

Esta agregação social é manifesta na territorialização dos movimentos sociais nos espaços públicos urbanos como forma de exercício do poder do autogoverno, através da constituição de assembleias populares. A territorialidade estabelecida nesse processo de mobilização popular que envolve não só a territorialização nas redes, mas essencialmente uma territorialização nas ruas (ou praças), assemelha-se muito às chamadas lutas prefigurativas.

As lutas prefigurativas são estratégias de ação política que buscam criar e manifestar as mudanças desejadas na sociedade dentro do próprio processo de luta e organização. Em outras palavras, os ativistas que adotam essa abordagem procuram agir de acordo com os valores e os princípios que desejam ver implementados na sociedade futura, mesmo antes de alcançar seus objetivos finais. Essa abordagem é frequentemente associada a movimentos sociais horizontais e participativos, onde a ênfase é colocada na construção de formas alternativas de organização, relacionamento e governança que contrastam com as estruturas dominantes da sociedade. Por exemplo, os movimentos que praticam lutas prefigurativas frequentemente adotam processos de tomada de decisão participativos, não hierárquicos e democráticos em suas próprias estruturas internas.

O objetivo das lutas prefigurativas é não apenas transformar a sociedade no futuro, mas também criar espaços e práticas que encarnem as visões e valores do mundo que os ativistas desejam alcançar. Dessa forma, esses movimentos não apenas buscam protestar contra o sistema existente, mas, também, procuram construir alternativas tangíveis e sustentáveis dentro do presente, demonstrando que uma mudança significativa é possível e viável.

De forma semelhante às lutas prefigurativas, Gerbaudo (2021) ao utilizar o conceito de “coreografias de assembleia” traz em sua concepção a necessidade de compreender a formação identitária das ações coletivas dos movimentos de praça, enquanto um processo de produção da sua multi/transteritorialidade. Seguindo os preceitos teóricos de Melucci (1996), os processos de mobilização tornam-se primeira tarefa rumo à construção de identidades coletivas comuns capazes de fundir os participantes dos movimentos em um corpo social comum, onde “assim por meio da construção de identidades em comum, um grupo disperso é “condensado” numa subjetividade comum com a capacidade de “[...] agir como um sujeito ‘unificado’ e ‘delimitado’ para reter o controle sobre sua própria ação.” (Melucci, 1996; *apud* Gerbaudo, 2021, p. 98, tradução do autor).

Acreditamos que é no processo de mobilização e organização que a multi/transteritorialidade destes movimentos, assim como suas identidades são construídas, combinando estratégias de apropriação do ciberespaço, através do uso das TICs, com estratégias de apropriação do espaço público urbano através das assembleias populares nele estabelecido. Os acampamentos, ocupações e tomadas das ruas tornam-se práticas socioespaciais performáticas dos ensaios daquilo que foi “coreografado” nas assembleias. Essa coreografia surge dos padrões de comportamento e interação que brotam de dentro dos movimentos sociais contemporâneos. Esse termo é usado por Gerbaudo (2021) para destacar como as assembleias, que são espaços de tomada de decisões coletivas e de discussão dentro dos movimentos sociais, têm uma estrutura e dinâmica próprias, assim como uma certa “coreografia” ou padrão de comportamento que pode ser observado. Nelas estão incluídas não apenas os procedimentos formais de tomada de decisões, como a facilitação, a votação e a formulação de propostas, mas também as interações sociais, os gestos simbólicos, a linguagem corporal e as dinâmicas de poder que ocorrem dentro desses espaços.

Essas coreografias, por sua vez, são influenciadas por diferentes fatores, como a cultura política dos participantes, as estruturas organizacionais dos movimentos, as tecnologias de comunicação utilizadas e o contexto social e político mais amplo. Elas, acontecem, portanto, nesse entre-espacos das redes e das ruas. É nessa dinâmica que os movimentos sociais funcionam internamente, e nela onde são tomadas as decisões coletivas e onde são negociadas as tensões e conflitos dentro de seu processo de organização e mobilização política. Mas então quem elabora esta coreografia?

Contrastando com a ideia de “horizontalismo”, defendida por autores que negam qualquer hierarquia interna inerente às organizações dos movimentos sociais contemporâneos, Gerbaudo (2021) propõe o que ele chama de “liderança suave”.

Essa liderança coreográfica funciona por meio de uma lógica de consenso, em vez de comando, na qual os líderes, em vez de darem ordens, se envolvem na proposição [...] ou em termos da metáfora da coreografia, “roteiros” que os participantes são convidados a realizar. [...] o conceito de coreografia enfatiza a importância de líderes e grupos de lideranças em dar *coerência* – um sentido comum de unidade, de lugar e de direção – à ação coletiva. (Gerbaudo, 2021, p. 102).

Ainda sobre o conceito de coreografia de assembleia, Gerbaudo (2021) afirma que:

A utilidade do conceito pode ser apreciada em três níveis diferentes. Primeiro, permite-nos analisar a dinâmica *organizacional* do processo de mobilização e perguntar *quem* são os “coreógrafos” das reuniões públicas, as pessoas que iniciam e as orientam. Segundo, a utilidade do termo gira em torno de sua capacidade de capturar o caráter temporário do processo de mobilização. Sabemos da literatura do movimento social que a mobilização é um processo dinâmico que envolve diferentes estágios, em particular uma fase de *iniciação* e uma de *sustentação*, sendo esta particularmente importante no caso de protestos em massa em longo prazo. Da mesma forma, podemos ver a coreografia de assembleia como envolvendo dois momentos diferentes: a *condensação* e sua *precipitação* material no espaço público. Por último, mas não menos importante, a noção de coreografia nos permite analisar o caráter *espacial* do processo de mobilização e a maneira como ela conecta participantes dispersos a locais envolvendo uma tecedura de uma “textura” espacial (Lefebvre, 1991,1974), uma sobreposição simbólica do espaço físico com significados e narrativas culturais. Por sua vez, isso pode ser dividido em dois momentos separados de tensão emocional: um *ímpeto* em direção às reuniões públicas durante a fase de *iniciação* e uma *atração* para essas reuniões durante a fase de sustentação. (Gerbaudo, 2021, p. 102, grifos do autor).

A apreciação em três níveis da coreografia de assembleias como proposta por Gerbaudo (2021), nos permite criar uma noção da territorialização em movimento tal

como uma dança coreografada. Isso em particular ganha bastante importância, tendo em vista que as jornadas de protestos conduzidas pelos chamados movimentos de praça se caracterizam por diferentes “atos” com constante mobilização de distintos atores, distintas agendas políticas e distintos repertórios de ação coletiva. Isso porque, ao contrário dos movimentos antiglobalização que o antecederam, um elemento tornou-se chave para isso: o cidadanismo.

Para Gerbaudo (2021), “cidadanismo” vem a ser o encontro entre duas culturas políticas distintas, metaforizadas por ele enquanto o encontro entre máscaras (devido à forte presença nas manifestações das máscaras do personagem V da história em quadrinhos do prestigiado escritor britânico “V de Vingança”²⁸) e as bandeiras, vistas pelo autor como identificações de uma coletividade definida e simbolizadas por bandeiras oficiais nacionais e revolucionárias que conviveram juntas durante a maior parte das manifestações dos movimentos de praça. Essa metáfora foi construída por Gerbaudo (2021) com base no que ele defende por encontro entre as tendências neoanarquistas e populistas de esquerda, que não só conviveram entre si, mas, também, deram origem a atritos no percurso das manifestações.

Essas duas imagens marcantes condensam as duas principais orientações políticas – neoanarquismo e populismo de esquerda – que se encontraram, se misturaram e se chocaram nos movimentos de 2011 – 2016, dando lugar à “nova política” do cidadanismo: uma ideologia emergente do cidadão indignado, que propõe cidadania auto-organizada em oposição às oligarquias econômicas e políticas, e busca reivindicar e expandir a cidadania, vista como fundamento necessário de uma verdadeira democracia. [...] Esse símbolo (a máscara) evoca uma influência neoanarquista que tem sido uma constante no arco de movimentos de protestos das sociedades pós-industriais, começando com os protestos estudantis de 1968 e culminando no movimento antiglobalização dos anos 1990 e 2000. Essa tendência política e cultural – que influenciou o feminismo radical, o ambientalismo, o movimento de ocupações, o autonomismo marxista, a ação direta anticapitalista e a cultura hacker – exalava uma desconfiança palpável em instituições de grande porte, como corporações multinacionais, bancos e governos: os grandes inimigos dos neoanarquistas, acusados de controlar a vida das pessoas e privá-las da liberdade. (Gerbaudo, 2022, p. 22-23).

Já as “bandeiras” segundo Gerbaudo (2022), se referem ao populismo democrático de esquerda, abordagem política, que busca combinar elementos populistas com princípios e práticas democráticas. Enquanto o populismo muitas

²⁸A máscara do personagem V das histórias em quadrinhos V de Vingança se tornou muito popular entre ativistas após serem adotadas como identidade visual do grupo internacional de “hackerativistas” *Anonymous*.

vezes é associado a líderes carismáticos que buscam mobilizar as massas contra elites políticas e econômicas, o populismo democrático procura conciliar esse apelo popular com o respeito às instituições democráticas, aos direitos individuais e ao Estado de direito.

Os líderes e movimentos que adotam o populismo democrático muitas vezes defendem a participação popular na tomada de decisões políticas, a transparência governamental, a prestação de contas dos líderes eleitos e a proteção dos direitos das minorias. Eles buscam envolver ativamente os cidadãos nos processos políticos, promover a inclusão social e lutar contra a corrupção e as desigualdades sociais. Muito facilmente confundido com o populismo, enquanto tendência de alguns líderes, seja de esquerda ou de direita, a concentrar poder em si mesmos, enfraquecendo assim as instituições democráticas e os controles e contrapesos necessários para a manutenção de uma sociedade plural e justa.

O encontro destas duas tendências políticas dá origem ao que Gerbaudo (2022) chama então de cidadanismo, que em suas palavras se define como:

O cidadanismo é a ideologia do “cidadão indignado”, um cidadão revoltado por ser privado de cidadania, condição entendida principalmente como a possibilidade de os indivíduos serem membros ativos de sua comunidade política com igual voz em todas as decisões importantes, o que está cada vez mais em xeque na condição neoliberal “pós-democrática”. É uma ideologia populista, mas muito peculiar: um populismo libertário, participativo ou sem liderança; um “anorcopopulismo”, que articula o método neoanarquista de horizontalidade e a reivindicação populista por soberania, a ambição pelas massas dos movimentos populistas, com o ligar privilegiado dado à participação individual e à criatividade pelo neoanarquismo. Dentro dessa ideologia emergente, “o cidadão” ou a “comunidade cidadã”, como uma espécie de variação libertária e individualista do termo populista “povo”, se tornaram o novo sujeito revolucionário e a “cidadania”, uma forma mais participativa e de baixo para cima da demanda populista por soberania popular, o novo objetivo revolucionário. (Gerbaudo, 2022, p. 28-29).

Importante ressaltar que o conceito de cidadanismo se refere, portanto, a uma cultura política híbrida estabelecida em uma base territorial definida: a ocupação de praças e outros espaços públicos que materialmente e simbolicamente desempenham um papel importante na esfera política, proporcionando um espaço para a expressão pública, mobilização, desafio ao poder estabelecido, promoção da democracia e pressão por mudanças políticas. Essa base territorial reflete, então, o desejo das pessoas de participar ativamente no processo político e influenciar as decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Essa visão de reivindicação da democracia de baixo para cima, visando voz e participação do povo na vida pública, foi dramatizada na ocupação de praças públicas em todo o mundo, que se transformaram em “**ágoras**” contemporâneas: espaços públicos em que cidadãos comuns poderiam voltar a se engajar nos atos políticos mais básicos, como participar de reuniões públicas e discutir questões políticas com o objetivo final de constituir progressivamente um poder de baixo para desafiar o poder daqueles de cima. (Gerbaudo, 2022, p. 32, grifo nosso).

Retornando à questão das lutas prefigurativas, a “ágora” contemporânea à qual Gerbaudo (2022) se refere nos transmite a ideia de uma territorialização no espaço público urbano que incorpora os valores e práticas desejados em sua própria organização e atividades diárias, que não apenas visam alcançar seus objetivos finais, mas também tentam criar microcosmos das sociedades ou estruturas sociais desejadas dentro de suas próprias comunidades ou grupos. Isso serve como uma forma de demonstrar a viabilidade e a atratividade dessas alternativas, ao mesmo tempo em que fortalece o movimento ao construir coesão interna e resiliência. Essa territorialidade, construída no processo das ocupações, acampamentos, organizações de comitês, comissões, brigadas de apoio e nas assembleias, é um dos componentes centrais para entendermos a formação de uma identidade comum e o senso de coletividade necessários, para criar um senso de unidade entre atores diversos que fizeram parte das manifestações dos movimentos de praças.

Importante ressaltar que a territorialização dos movimentos nas praças, ou melhor, nos espaços públicos (pois veremos que nas Jornadas de Junho de 2013, a rua ganha maior destaque do que as ocupações de praças ou prédios públicos em si), ganham o formato de “ágoras” ao expressarem uma dinâmica interna de forma convidativa à participatividade cidadã. Diferenciam-se bastante das ocupações propostas pelos movimentos antiglobalização, cujas ações coletivas se voltavam para a participação do ativista contracultural, e cuja lógica das barricadas se diferencia da lógica do protesto, enquanto um “ritual de comunhão popular para a exibição de vários atos de solidariedade, destinados a quebrar as barreiras entre os diferentes setores da sociedade e entre os indivíduos” (Gerbaudo, 2022).

As praças públicas foram escolhidas como locais de ocupação porque no imaginário social elas sempre foram “lugar do povo”; os locais em que o Povo é visível em sua extrema heterogeneidade, onde o Povo se manifestou repetidamente ao longo da história como força política contra a tirania e pela democracia. [...] Nesse contexto, o acampamento de protesto abandonou sua antiga função de destacamento militante avançado no espaço de conflito e passou a se assemelhar à ágora ateniense: um espaço público no qual cidadãos comuns, os 99%, podiam se encontrar, discutir e

buscar um terreno comum contra o poder oligárquico que oprimia a todos. (Gerbaudo, 2022, p. 280).

No entanto, a territorialidade destes movimentos não se restringe somente às praças. Como o próprio Gerbaudo (2022) afirma, as ações coletivas do movimento das praças se apropriaram também do ciberespaço (mais especificamente das redes sociais ou o que ele chama de Internet *mainstream*), principalmente para a prática da mobilização popular. Aqui, novamente, os movimentos das praças se apoiam na Internet em um alto nível de engajamento, fazendo uso das TICs enquanto interface para a territorialização, manifesta através da apropriação dos espaços públicos urbanos, transformando-os em “ágoras” contemporâneas. A multi/transterritorialidade está, portanto, presente na dinâmica entre mobilização/organização, entre as redes e as ruas, entre o ciberespaço e o espaço geográfico.

A virada populista também pode ser vista nas práticas de protesto: a principal novidade do movimento das praças consistiu no desenvolvimento de uma lógica populista de mobilização de massa por meio de uma ampliação das práticas participativas, antes confinadas às subculturas anarquista e ativistas. Enquanto o movimento antiglobalização construiu infraestruturas de comunicação autônomas, atuando como ilhas na rede, o movimento das praças ocupou a Internet *mainstream*, usando sem reservas plataformas corporativas como Facebook, Youtube e Twitter como meios de divulgação em massa. Enquanto os ativistas da justiça global buscavam, sobretudo, uma política de “pequenos grupos”, coletivos e agrupamentos de afinidade organizados em redes flexíveis, os movimentos de ocupação construíram assembleias de massa inclusivas abrangendo um setor transversal e diverso da população. Por fim, os primeiros ergueram seus acampamentos de protesto e ocupações em áreas periféricas; já os segundos ocuparam áreas no próprio centro do espaço político e geográfico como forma de ter alta visibilidade e fácil acesso ao cidadão comum. Essas mudanças revelam uma lógica organizacional diferente. O movimento antiglobalização tentou “organizar o organizado”, agrupar atores já ativos e organizados da sociedade. O movimento das praças, em vez disso, tentou “organizar os desorganizados”, mobilizar os não representados, com o objetivo de recompor os muitos “fragmentos” e “átomos” de uma sociedade neoliberal individualizada e apolítica em uma nova coletividade (Gerbaudo, 2022, p. 52-53).

Esse caráter multi/transterritorial das ações e repertórios coletivos presentes nesta nova cultura política do movimento das praças, foi o que garantiu a produção deste híbrido de forma de organização neoanarquista com o conteúdo populista democrático, não só em termos de discursos de protestos, mas, também, em termos de práticas de protestos. No entanto, isso não quer dizer necessariamente que não ocorra dentro desta produção híbrida e dentro deste processo multi/transterritorial, atritos entre essas duas tendências políticas.

As orientações populistas e neoanarquistas às vezes pareciam ter objetivos opostos, facções populistas e anarquistas relativamente fáceis de identificar dentro desses movimentos tinham visões bem destoantes em relação ao significado e ao propósito das ocupações. Por exemplo, enquanto para os anarquistas os acampamentos de protesto eram vistos como comunas autogovernadas prefigurando um mundo sem Estado e governo, para os populistas eles deveriam constituir um ponto de encontro temporário para a recuperação de toda a sociedade e suas instituições políticas. (Gerbaudo, 2022, p. 46).

Gerbaudo (2022) nos dá a entender que dentro do próprio processo de multi/transterritorialização do movimento das praças há disputas territoriais internas, inerentes ao processo do cidadanismo - do confronto entre neoanarquismo e populismo democrático de esquerda. Novamente, essas disputas ocorrem principalmente na interespacialidade, entre as redes e as ruas, ou seja: tanto no ciberespaço (redes sociais/Internet *mainstream*) quanto no espaço público urbano (praças/assembleias). No entanto, podemos notar que esta condição interespacial do movimento de praças faz com que surjam certas particularidades que, apesar da multi/transterritorialidade, dizem respeito às características próprias do processo de territorialização no ciberespaço que se diferenciam do processo de territorialização no espaço público urbano, e aqui vale lembrar que a multi/transterritorialidade não se limita a um único território específico, mas reconhece a complexidade e interconexão de múltiplos territórios que compartilham entre si, tanto as suas convergências quanto suas divergências.

Neste sentido, podemos notar que o ciberespaço (redes) tende a ter mais a ver com o processo de mobilização do movimento de praças e a apropriação do espaço público urbano (ocupações, acampamentos e assembleias) que com sua organização. Entre eles, se estabelecem processos em que a des-re-territorialização das informações da rede interfere e é interferida pela des-re-territorialização das informações que veem das ruas. As TICs mantiveram para os movimentos de praças uma função dentro do ciberespaço mais informativa e mobilizadora, enquanto as assembleias tiveram função mais decisória e deliberativa. Para nós, estas dinâmicas de des-re-territorialização nos ajudarão a compreender boa parte do processo de mobilização/organização ocorridos nas Jornadas de Junho de 2013.

Contudo, antes de entrarmos, no caso específico das Jornadas de Junho de 2013, devemos retomar novamente à questão das disputas internas dentro do processo de organização dos movimentos de praça, ou seja, dentro das

assembleias, ocupações e acampamentos (ruas). Com base em Gerbaudo (2021, 2022), é possível afirmar que as ruas foram locais de disputas territoriais entre as tendências neoanarquistas e populistas democráticas de esquerda, justamente por conta dos processos que o autor denomina como “procedimentalismo”. Este conceito pode ser definido como:

[...] uma visão que enfatiza a importância do procedimento sobre o conteúdo – dos meios e não dos fins – e, portanto, argumenta que, se os procedimentos corretos forem utilizados, o resultado será necessariamente correto (ou pelo menos, o processo será correto e isso é tudo o que importa). (Gerbaudo, 2022, p. 335).

O conflito entre a forma das assembleias (princípios neoanarquistas de horizontalidade e consenso) e o seu conteúdo populista democrático (parlamento popular), ocasionou o desencontro entre procedimentos de consenso e participação em massa. Contraditoriamente, esse processo criou um espírito comunitário inspirador de alcance popular incrível, mas ao mesmo tempo significou o colapso das assembleias devido ao seu grande tamanho e inchaço. As assembleias reproduziram, portanto, as divergências entre as duas tendências políticas onde “[...] um modelo mais populista e plebiscitário de democracia direta acabou prevalecendo sobre a versão anarquista.” (Gerbaudo, 2022, p. 37).

[...] enquanto a forma das assembleias permaneceu majoritariamente anarquista, como visto em seu procedimentalismo e princípios de horizontalidade e consenso, seu conteúdo tornou-se cada vez mais populista, como visto na linguagem de muitas declarações e resoluções, e seu apelo à noção de soberania popular como um parlamento popular. (O movimento das praças) reintroduziu assim uma série de princípios democráticos e republicanos que estão em desacordo com a democracia de base neoanarquista: a ideia de que as decisões devem ser tomadas por todos juntos e não um voto, em vez de uma pessoa equivaler a um bloco; e a ideia de que a vontade da maioria tem prioridade sobre o desejo da minoria. (Gerbaudo, 2022, p. 337).

Outro aspecto a ser salientado é a relação entre multi/transterritorialidade e escala dentro do contexto do movimento de praças. Ao contrário dos movimentos antiglobalização, que agiam numa lógica de confrontação em escala transnacional, o movimento de praças se caracterizou pela ação coletiva em duas escalas: a supranacional e a nacional. Supranacional, porque mirava no combate ao projeto neoliberal e a falência das instituições de governo em seu contexto global, onde os “[...] ativistas certamente expressaram solidariedade mútua além das fronteiras e

fizeram diversos apelos à perspectiva de uma revolução global.” (Gerbaudo, 2022, p. 215). Nacional, porque ao mesmo tempo mirava também no confronto contra poderes locais (elites, oligarquias, corporações midiáticas etc.). Isso explica o porquê, por exemplo, do maior apelo ao simbolismo patriótico na narrativa populista presente no discurso do movimento de praça.²⁹

Esse redimensionamento da luta para um espaço nacional se baseou em uma consciência de que o viés global proposto pelo movimento antiglobalização dificultava a conexão com grandes setores da população, devido à abstração suscitada pelas questões globais, com sua distância em relação à vida cotidiana das pessoas comuns, e que, portanto, era necessário era necessário também desenvolver o protesto dentro de um viés nacional. (Gerbaudo, 2022, p. 215).

Por fim, ainda referente à questão da escala e sua relação com a multi/transterritorialidade do movimento de praças, devemos destacar o fato de que ao contrário do movimento antiglobalização, a onda de protestos do movimento de praças:

[...] conseguiu penetrar profundamente no interior das nações, na periferia e nas áreas rurais, de uma forma que foi fundamental para atingir ‘toda e qualquer pessoa’, incluindo setores menos abastados da população, menos progressistas e menos escolarizados, tradicionalmente às margens dos movimentos de protesto progressistas. (Gerbaudo, 2022, p. 219).

Importante destacar, que ao contrário do que o discurso tecnopolítico tentara emplacar de que as TICs foram responsáveis por esse tipo de territorialização do movimento das praças, seu caráter de ampla articulação entre centros e periferias nacionais deve ser creditada também aos próprios anseios de soberania popular, mesmo tendo esse retorno à nação, resultado, como veremos mais adiante, no risco de serem disputados pela direita.

O caráter altamente difuso desses movimentos surpreendeu analistas, que às vezes os leem simplesmente como resultado da proliferação da

²⁹Neste momento, Gerbaudo (2022) refere-se à presença da bandeira nacional enquanto símbolo do retorno da nação como aspecto central nos protestos dos movimentos de praça. Durante a primavera árabe diversos foram os países que fizeram uso da bandeira enquanto símbolo de resgate de princípios democráticos, no entanto em outros movimentos como as Jornadas de Junho de 2013, o uso da bandeira dividiu manifestantes com fortes sentimentos antinacionalistas, de manifestantes diretamente ou indiretamente influenciados por valores de direita como o neonacionalismo e o conservadorismo.

tecnologia de comunicação digital e de sua proverbial “viralidade” que dissemina rapidamente notícias dos protestos em redes informais e permite que pessoas em áreas remotas reproduzam facilmente o mesmo formato de protesto que viram ser aplicado nos grandes centros urbanos, os tradicionais formadores de tendências para protestos em outros domínios. Embora esse fator fosse indubitavelmente importante, também o era à maneira como os movimentos se representavam como oportunidades de regeneração nacional; eventos que não eram circunscritos à juventude metropolitana, mas que também diziam respeito diretamente à gente comum que vivia em centros menores e áreas rurais, ainda mais severamente afetada pelas questões que motivaram os protestos, incluindo os efeitos da crise econômica, a privação de direitos políticos e a corrupção. Assim o enquadramento nacional do movimento das praças permitiu penetrar em espaços conservadores e rurais que se mantinham distantes da luta antiglobalização contra as estruturas de governança global do FMI e da OMC, contribuindo fortemente para o impacto da nova onda de protestos na opinião pública. (Gerbaudo, 2022, p. 222).

Cada uma dessas abordagens, as de movimentos sociais em rede, novíssimos movimentos sociais e movimento das praças, traz contribuições importantes para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos, mas todas enfrentam críticas que apontam para a necessidade de análise mais complexa e interseccional. O desafio é integrar essas diferentes perspectivas, de modo a captar tanto as possibilidades quanto as limitações dos movimentos sociais em um mundo globalizado e hiperconectado. Neste sentido, propomos um olhar sob estes movimentos desde uma perspectiva multi/transterritorial que se atenha ao movimento dialético entre os repertórios de ação coletiva on-line (redes) e off-line (ruas), que graças às interfaces criadas pelas TICs nos permite enxergar a nova cultura política dos movimentos sociais responsáveis pelas manifestações de Junho de 2013 enquanto cultura apoiada no fenômeno da interespacialidade.

4.2 Movimentos entre as redes e as ruas

É do nosso entendimento, que a territorialidade dos movimentos que deram origem ao ciclo de protestos na primeira década do século XXI se dá no e pelo movimento entre as ações coletivas no ciberespaço e no espaço geográfico. Através das TICs, vistas aqui enquanto interfaces entre estes dois espaços, é estabelecida uma relação de interespacialidade entre fenômenos ligados à apropriação política tanto das redes, quanto das ruas. A indissociabilidade entre as práticas políticas on-line e off-line manifestas na hibridização de seus repertórios de ação coletiva, nos demonstram que estamos diante de movimentos multi/transterritoriais, ou seja,

movimentos cuja multiplicidade de territorialidades coexistem e se sobrepõem produzindo assim um efeito de interespacialidade.

Ao recorrermos à Van Laer e Van Aelst (2008), chegamos até uma perspectiva mais estrutural destes movimentos cuja análise, baseada em tipos de níveis e classificações dos repertórios de ação coletiva, nos demonstraram que a multi/transterritorialização destes movimentos só foi possível pois se apoiaram com alto nível de engajamento no uso da Internet (mais especificamente nas redes sociais e no Youtube), como estratégia de mobilização/organização e informação/defesa (Vegh, 2008), combinando práticas ciberativistas no ciberespaço, com práticas mais tradicionais de protesto no espaço público urbano. Novamente, ressaltamos que esta contribuição foi fundamental para entendermos o processo estruturante dos movimentos aqui estudados, principalmente no que tange à apropriação feita por eles das TICs, enquanto instrumentos políticos para a construção de suas lutas. Porém, para uma análise política um pouco mais profunda, tivemos de recorrer às teorias dos “movimentos sociais em rede” elaborada por Manuel Castells (2013), das leituras teóricas sobre os “novíssimos movimentos sociais” de Richard Day (2008) e Maria da Glória Gohn (2017) e, finalmente, a que identificamos como a mais completa até agora, a análise feita por Paolo Gerbaudo (2021; 2022) do “movimento das praças”.

Em Gerbaudo (2021; 2022), encontramos uma análise que não desconsidera o uso das TICs, pelo contrário, dedica uma boa parte de sua obra a estudá-lo, porém não cede ao deslumbre tecnopolítico, que facilmente atribui aos processos de comunicação o papel central na formação política horizontal, autônoma e descentralizada destes movimentos, como se fosse uma dádiva tecnológica que por si só levaria inevitavelmente à formação de uma cultura política mais democrática e participativa. Tampouco se limita à análise estrutural dos movimentos sociais, que por se ater à aspectos mais descritivos e classificatórios dos processos de organização e participação, desconsidera contextos e trajetórias políticas específicas, correndo o risco inclusive de colocar em mesma categoria espectros políticos opostos - vide a classificação defendida por Maria da Glória Gohn (2017) em que grupos neonacionalistas ultraliberais como o MBL e Vem pra Rua são enquadrados juntos ao o MPL, enquanto novíssimos movimentos sociais.

Nos trabalhos de Gerbaudo (2021; 2022) encontramos uma análise estruturada e embasada na inserção direta do autor nos próprios acontecimentos e nas entrevistas realizadas por ele, diretamente com os ativistas membros das organizações responsáveis pelos ciclos de protestos. Encontramos, neste autor, a identificação das principais correntes políticas, no caso a neoanarquista (cuja matriz ideológica é constantemente comparada com a cultura política dos movimentos antiglobalização) e o populismo democrático de esquerda que, para Gerbaudo (2021; 2022), se fundem na formação do híbrido que ele vem a chamar de cidadanismo. Sua preocupação não só se atém às análises dos discursos e das práticas políticas do cidadanismo, mas também em sua territorialização. Mesmo que sem realizar uma abordagem geográfica e utilizar o conceito de territorialização, ele utiliza o arcabouço teórico de Henry Lefebvre para compreender as práticas socioespaciais do movimento de praças na apropriação do espaço público urbano. A partir daí, Gerbaudo (2021; 2022) destaca o papel do processualismo na condução das assembleias realizadas nas ocupações, acampamentos e nas ruas, onde as duas tendências políticas (neoanarquistas e populistas democráticas) ora se encontram, ora se confrontam dentro de uma lógica comum de luta prefigurativa (conduzida como vimos anteriormente pelas “coreografias de assembleias”).

Gerbaudo (2021, 2022) atribui peso ao caráter de “praças” quando se refere aos movimentos estudados por ele e, ao fazê-lo, destaca a importância que o espaço público urbano tem para a territorialização dos mesmos, contudo, não se esquece que a mobilização possui um papel fundamental para a apropriação deste espaço. O processo de mobilização está fundamentado neste diálogo entre as “redes e as ruas” e, não por acaso, esta expressão tornou-se título de seu livro publicado em 2021 no Brasil. Gerbaudo (2021; 2022) destaca três níveis do processo de mobilização desta “coreografia” do movimento das praças: o organizacional, o temporal (iniciação e sustentação / condensação e precipitação) e o espacial (ímpeto e atração) e em cada momento deste, as mídias sociais, em especial as redes sociais, cumpriram o papel de apoiar os movimentos de praças, conferindo um alto nível de engajamento, para que a multi/transterritorialização de suas lutas se tornasse possível.

No próximo capítulo, faremos uso deste arcabouço teórico que encontramos tanto em Van Laer e Van Aelst (2008) quanto em Gerbaudo (2021; 2022) para

entendermos o fenômeno das Jornadas de Junho de 2013 sob o olhar da interespacialidade e da multi/transterritorialidade.

5 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

No mês de junho de 2013, São Paulo/SP virou o epicentro de um “terremoto político” que gerou uma onda sísmica atingindo mais de trezentas cidades espalhadas por todo o país. O Brasil inteiro parou para acompanhar o levante popular, que seguiu após a manifestação de aproximadamente duas mil pessoas no dia 6 de junho naquela cidade. Até então, o que era para ser um protesto pacífico do MPL pela revogação do aumento de 20 centavos da passagem de ônibus, aprovada pelo então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), – e o inusitado apoio do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad do PT - acabou gerando a maior manifestação popular da história do Brasil, escalonada a dimensões inéditas principalmente depois da dura repressão policial que gerou episódios dantescos de extremo abuso de poder, coação e criminalização dos movimentos sociais. Entre os dias 17 e 20 de junho, as manifestações já somavam 2 milhões de pessoas em cerca de quatrocentas cidades espalhadas por todas as regiões do país (Altman, 2023).

Durante todo aquele fatídico mês, diversos foram os esforços feitos por intelectuais, acadêmicos e pela imprensa para buscar compreender quais foram as origens da revolta e quem eram os principais sujeitos que a articularam. Notória foi a entrevista concedida pelos representantes do MPL no programa Roda Viva da TVE, enquanto os atos ainda esquentavam as ruas de São Paulo numa clara tentativa por parte da grande mídia de encontrar líderes a quem pudessem identificar. No entanto, outras questões continuaram a surgir na medida em que os protestos iniciados pelo MPL, somados à Articulação dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), se territorializaram para além das ruas dos grandes centros urbanos. A cada dia de protesto a adesão popular aumentou, graças ao papel que as redes sociais e o jornalismo independente (com destaque para a atuação da então surgida Mídia Ninja) tiveram na disseminação de informação e divulgação em tempo real do que realmente acontecia nas ruas, contradizendo o discurso da grande mídia que adotou uma postura extremamente conservadora de criminalização dos movimentos, taxando-os de “baderneiros”, “vândalos” e “revoltosos de classe média”. Como não lembrar a comparação feita com a organização criminoso Primeiro Comando da

Capital ou “PCC”, pelo comentarista Arnaldo Jabor, durante a transmissão do Jornal Nacional da Rede Globo?

Apesar da tendenciosa cobertura da mídia corporativa, o número de pessoas que aderiram aos protestos só fez aumentar. Conforme defendido por Antunes (2013), as manifestações foram adquirindo características de um movimento polimorfo, multidiferenciado, heterogêneo, polissêmico e policlassista. As questões principais que surgiam passaram a girar em torno dos possíveis rumos que as manifestações iriam tomar, e se teriam ou não sucesso na conquista de seus objetivos. Hoje, somam-se a estas, outras questões essenciais: quais os resultados positivos e negativos das manifestações de junho de 2013? Como este fenômeno se relaciona com os desdobramentos políticos que se seguiram, como a derrubada da presidenta Dilma Roussef através do Golpe de 2016? Teriam as manifestações influenciado direta ou indiretamente na ascensão dos grupos de direita e extrema-direita e dos movimentos neonacionalistas, ultraliberais e conservadores como MBL e Vem pra Rua; grupos que mais tarde viriam a exercer importante papel na articulação do Impeachment da referida presidenta, e na eleição do então deputado federal Jair Bolsonaro?

Para compreendermos o fenômeno das Jornadas de Junho de 2013, devemos, primeiramente, levar em consideração que ao contrário do que se disseminou nas narrativas da grande mídia corporativa, esta não foi uma mobilização popular de caráter espontaneísta. Ao contrário da ideia difundida de que o “gigante acordara” naquele mês, nas palavras de Mayara Vivian (2023), militante do MPL na época das Jornadas e entrevistada para esse trabalho, o “gigante já estava apanhando há tempos”. Houve, portanto, um acúmulo de fatos históricos que fizeram com que as manifestações atingissem a magnitude pela qual são até hoje reconhecidas.

Um ponto que parece ser consenso, entre todos aqueles que estudaram ou cobriram jornalisticamente as Jornadas de Junho de 2013, é que ainda há muito o que se estudar para entender este fenômeno. Ainda hoje, são muitos os questionamentos sobre os impactos sociais das manifestações. No entanto, há de se concordar com o fato de que não podemos ignorar as origens das Jornadas de Junho de 2013 e, principalmente, qual era seu principal objetivo: “[...] a luta pela

democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!” (Movimento..., 2013).

5.1 Contexto político

Para entendermos o processo que desencadeou as Jornadas de Junho de 2013 é preciso antes entendermos o contexto político em que este fenômeno se insere, tanto numa perspectiva global, quanto nacional e local. Em termos macropolíticos, as Jornadas de Junho de 2013 se inserem dentro do ciclo de revoltas populares que se iniciaram com a Primavera Árabe em 2010, cujo estopim foi a autoimolação de Mohammed Bouzizi na pequena cidade de Sidi Bouzid, no sul da Tunísia, e termina, de acordo com Gerbaudo (2022), em 2016 com os protestos na *Place de la République* em Paris. Trata-se de um ciclo de revoltas marcada pela “[...] convergência entre a crise econômica, gerada pelo *crash* financeiro de 2007-2008, e uma crise de legitimidade das instituições políticas.” (Gerbaudo, 2022, p. 64) incapazes de resolverem os conflitos entre capital e trabalho na fase neoliberal do capitalismo tardio.

A onda de protestos iniciada em 2011 pode, assim, ser mais bem descrita como um “mosaico de protestos”, uma estrutura complexa composta de diferentes conjuntos temporais e regionais de eventos, cada um com sua própria especificidade, mas apenas compreensível como parte de um quadro político mais amplo. (Gerbaudo, 2022, p. 66).

Para Giuseppe Cocco (2013), a aproximação entre estas manifestações se dá em três níveis, uma na articulação entre as redes e as ruas, como processo de mobilização e auto-organização das ações coletivas (sentido semelhante ao que vimos no capítulo anterior e que denominamos de “movimentos entre as redes e as ruas”); esgotamento das instituições políticas representativas; e a deterioração das condições objetivas e subjetivas do trabalho imaterial na etapa do capitalismo cognitivo.

Em uma perspectiva um pouco distinta, Carlos Gadea (2013), para além das semelhanças, concentra-se também nas diferenças entre os movimentos como uma forma de compreensão específica do que ocorreu durante junho de 2013 no Brasil. Será a compreensão da conjuntura política nacional e local, a análise das ações coletivas dos protagonistas e a reação dos antagonistas nestas escalas, que nos

ajudarão a traçar melhor o perfil dos acontecimentos durante as Jornadas de Junho de 2013.

As manifestações recentes de jovens em Porto Alegre têm certos nexos com as de *Occupy Wall Street* e 15M da Espanha. Digamos que compartilham estratégias mobilizatórias semelhantes, como o uso das tecnologias da informação e da comunicação (Facebook, Twitter, celular etc.) para realizar as suas convocatórias de mobilização. Também alguns temas nas reivindicações se repetem, bem como a “estética”, num sentido geral, também parece lembrar o ano de 2011 nos Estados Unidos e na Espanha. Mas tem uma “energia” particular, motivações concretas e uma complexidade própria do seu contexto de aparição. (Gadea, 2013, p. 48).

Uma das diferenças mais acentuadas entre o Brasil e os demais países, que passaram pelo ciclo de revoltas, é justamente aquela que deixou muitos estudiosos e até mesmo a esquerda institucionalizada perplexa. Como um país que parecia estar otimista quanto à melhoria de seus indicadores socioeconômicos pôde ser pego de surpresa por um abalo tão forte e inusitado, de descontentamento popular vindo das redes e das ruas? A resposta para essa pergunta é complexa e divide opiniões até hoje.

Breno Altman (2023) e Roberto Andrés (2023) nos lembram que o Brasil vivia quase uma década de combinação entre expansão da economia e aplicação de políticas distributivas, com forte redução da pobreza absoluta o que propiciou uma maior mobilidade social, onde as classes econômicas D e E da população brasileira passaram de cerca de 96 milhões de pessoas em 2003 para cerca de 63 milhões em 2011. Já a classe C, teria passado de 66 milhões de pessoas para 105 milhões no mesmo período. Para André Singer (2012), este processo se deu em três etapas, em que foram conjugadas uma série de reformas graduais com mecanismos de governabilidade, propiciadas por um pacto conservador entre a esquerda institucionalizada e o bloco de partidos de centro-direita articulados pelo que Marcos Nobre (*apud* Singer, 2012) chama de “pemedebismo”³⁰.

Em particular, as duas primeiras fases: a primeira, de conciliação com o mercado (2003 a 2005), que compreende medidas de distribuição de renda e

³⁰Para o cientista político Marcos Nobre (*apud* Singer, 2012), o “pemedebismo” é um termo que ele utiliza para descrever um sistema político brasileiro marcado pela predominância de práticas e comportamentos associados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, atualmente Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Nobre usa esse conceito para ilustrar um modelo de funcionamento político que se caracteriza por certas dinâmicas que transcendem um único partido e que têm moldado a política brasileira em um sistema caracterizado por práticas clientelistas e uma governança opaca, onde favores e trocas de apoio são comuns, e as decisões são frequentemente tomadas fora dos processos democráticos transparentes.

políticas voltadas para regiões vulneráveis ao mesmo tempo em que se mantinha medidas macroeconômicas herdadas do governo de Fernando Henrique Cardoso; e a segunda, de redistribuição (2006 a 2010), marcada por investimentos públicos e de aumento real do salário mínimo - ambas possibilitadas pela articulação política entre o governo executivo e a ordem política e econômica vigente do parlamento - fez com que não só a pobreza fosse reduzida, mas também com que o mercado interno fosse ativado, permitindo a setores historicamente excluídos o acesso a itens básicos de consumo. Esse conjunto de medidas resultou na melhoria de vida de uma fração da classe proletária. Fora isso, para Andrés (2023), outras medidas adotadas pelo governo PT, como políticas de inclusão educacional, digital e cultural, contraditoriamente fizeram crescer as expectativas e o espírito crítico, principalmente dos jovens da camada do subproletariado, cada vez mais desiludidos pelas próprias limitações deste “pacto conservador”³¹ e o que ele representa em termos de modelo de desenvolvimento brasileiro: o conflituoso encontro entre neodesenvolvimentismo e práticas neoliberais de mercado.

A metáfora do “piso alto, teto baixo” é utilizada ainda por Andrés (2023) para expor a dinâmica da limitação e frustração sentida por uma geração de jovens trabalhadores precarizados com elevada escolarização, porém com baixa perspectiva de conquista de empregos e direitos dignos, que viria a criar frustrações diante de uma dinâmica econômica que já no começo do ano de 2013 passara a dar sinais de desaceleramento. Ao mesmo tempo, funciona também como metáfora, para demonstrar que dentro da pirâmide social brasileira, as políticas de governo se concentraram no aumento de renda das camadas mais pobres, mas também no aumento de renda das camadas mais ricas, enquanto nas intermediárias se confirmava a asfixia da mobilidade social e a desmoralização dos segmentos assalariados e proprietários no interior da estrutura ocupacional intermediária, diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, precarizado, com perda de poder aquisitivo, restrições no padrão de consumo cada vez mais privatizado, de menor qualidade e maior custo.

Não tardaria para que essa nova geração entrasse em choque com o modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro – o mesmo que

³¹André Singer (2012) utiliza o termo “pacto conservador” para se referir à maneira como o “lulismo”, enquanto movimento político liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, que buscou ampliar a base de apoio governamental através de políticas inclusivas e redistributivas, mas também fez concessões aos setores conservadores para manter a estabilidade política e econômica no país.

sustentara o arranjo lulista e percebesse que esse modelo tinha teto baixo. Em suas três vertentes de inclusão – econômica, educacional e cultural -, o modelo de transformação vigente começou a apresentar limitações, que passaram a configurar uma barreira para que as aspirações de futuro tivessem continuidade. O lulismo fizera a sociedade brasileira subir alguns degraus, em uma escala inédita na história do país. Mas, de repente, o alçapão sobre a escada se fechou, e o movimento de subida cessou. (Andrés, 2023, p. 193).

Ainda nas palavras de Andrés (apud Estillac, 2023):

A ideia do “ piso alto, teto baixo”, produzido pelos governos pós-redemocratização, em especial os petistas, é que houve uma elevação do piso, a redução da pobreza extrema, inclusão de dezenas de milhões de pessoas na classe C, maior acesso à educação, à cultura e à Internet. O país saltou de praticamente nenhum acesso à Internet e, em pouco mais de 10 anos, viu mais da metade da população conectada. Tudo isso produziu uma sociedade que passou a elevar suas demandas e expectativas e a aspirar modelos de sociedade e formas de vida distintas [...] O teto baixo é justamente porque nós não conseguimos suprir essas aspirações e houve uma demanda por melhorias na educação e na saúde públicas, por uma vida de qualidade nas cidades. Esse é o desencaixe, porque essas coisas foram avançando de forma muito lenta. (Estillac, 2023, on-line).

Ponto central na análise de Andrés (2023) é a de que a classe C emergente no período lulista foi majoritariamente formada por trabalhadores precarizados, atolados em dívidas até então facilitadas pelo mercado como forma de estímulo ao consumo, porém com poucas aspirações de saldarem essas mesmas dívidas diante de empregos cada vez mais atrelados ao setor de serviços e de baixa remuneração. Embora as vagas de empregos formais tenham aumentado durante o segundo governo Lula, esse crescimento se deu às custas de baixos salários, terceirização e precarização, com jornadas de trabalho cada vez maiores e alta rotatividade nos postos de trabalho.

Giovanni Alves (2013) e Ruy Braga (2013), embora tenham interpretações distintas a respeito do conceito de precariado, também compartilham da visão de que as Jornadas de Junho de 2013 tenham sido um fenômeno de revolta principalmente de uma juventude precariada. Para Alves (2013, p. 34), o precariado, formado por jovens-adultos escolarizados, mas com inserção precária nas relações de trabalho e vida social, constitui a “[...] camada média do subproletariado urbano e é espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras ocorridos em junho de 2013.” Para Braga (2013):

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes

conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” brasileiro, ou seja, aquela massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados, foi para as ruas em junho manifestar sua insatisfação com os rumos atuais do modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico. (Braga, 2013, p. 57).

A insatisfação e frustração do precariado, tende a criar tensões no espaço urbano devido às péssimas condições objetivas e subjetivas de reprodução de sua força de trabalho. Não à toa que o epicentro das manifestações de junho de 2013 foi o anúncio de aumento de 20 centavos do valor do transporte público na maior metrópole brasileira, São Paulo. Neste sentido, para o urbanista Roberto Andrés (2023), além das Jornadas de Junho de 2013 fazerem parte deste ciclo global de lutas contra o neoliberalismo e reação à crise de representatividade política das instituições públicas, fazem parte também de um acúmulo histórico de insatisfações e descontentamento populares relacionados às questões urbanas e sociais. No livro “A razão dos centavos”, Andrés (2013) resgata a importância e a centralidade do tema referente ao transporte público e mobilidade urbana para o desencadear dos acontecimentos de junho de 2013. Desta maneira, recupera aquilo que nunca deveria ter saído de foco nos estudos sobre o assunto: o fato de que as manifestações têm um lastro muito mais antigo dentro do espectro das lutas pelo transporte público, ao contrário daqueles que atribuem um certo espontaneísmo resultante da organização da sociedade em rede, ou aqueles que defendem um viés conspiracionista e tendem a enxergar as jornadas como produto de uma guerra híbrida e portanto, parte das então chamadas “revoluções coloridas”³².

Para Andrés (2023) e Monteiro (2023), as Jornadas de Junho de 2013 fazem parte de um longo ciclo histórico de protestos cuja origem data das primeiras revoltas populares durante o segundo reinado e que se repetiram de tempos em

³²O conceito de Guerra Híbrida ganhou popularidade no Brasil depois da publicação do livro “Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, de Andrew Korybko (2018). A partir da difusão desta obra, diversos foram aqueles que passaram a responsabilizar conspirações de cunho geopolítico internacional pelas sucessivas derrotas da esquerda institucionalizada no Brasil. Desta forma, eximem de forma acrítica o próprio papel político, principalmente do PT, no processo que levou ao golpe da então presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Para críticas contundentes a respeito deste conceito e seu desdobramento, sugerimos a leitura dos artigos “Junho de 2013 e a guerra híbrida” de Jones Manoel e “O dia no qual o Brasil parou por dez anos” de Vladimir Saffle. Ambos podem ser encontrados no livro “Junho de 2013: a rebelião fantasma” organizado por Breno Altman e Maria Carlotto e publicado em 2023 pela editora Boitempo.

tempos nas diferentes etapas da formação socioespacial brasileira, representando uma questão há muito recalcada: “[...] a precariedade de condições de vida nas cidades, articulada pela segregação territorial e pelos modos de deslocamento [...]” (Andrés, 2023, p. 55). em que o maior interesse defendido, nunca foi o da população, mas sim os interesses de manutenção dos privilégios do mercado imobiliário e das empresas de transporte.

A resultante dessas tendências – concentração de poder das empresas, degradação progressiva da qualidade, aumento das tarifas, existência de usuários cativos e acirramento das insatisfações – produz o mal-estar que eclode de tempos em tempos em fúria avassaladora. Muitas vezes, o gatilho que gera a revolta não explica o que está por trás, assim como ato falho ou o sonho não explicam o desejo recalcado. (Andrés, 2023, p. 57).

A gestão e o planejamento urbano, função do Estado, porém cooptado pelo interesse das empreiteiras, imobiliárias e empresas de transporte que tendem a conduzir os processos de (re)produção do espaço urbano seguindo a lógica da especulação fundiária e do carrocentrismo, corrói qualquer possibilidade que não a da luta dos movimentos sociais pela justiça social, moradia e transporte público gratuito.

As revoltas pelo transporte que marcaram a história do país dizem respeito à precariedade das cidades e das formas de deslocamento, mas não só isso. Trata-se de um modelo de gestão urbana que beneficia os negócios e seus agentes: proprietários de terra, empreiteiras de obras viárias, empresários do transporte, fabricantes de automóveis. Nossas cidades são segregadas e as periferias são precárias, o transporte é caro e ruim, mas isso não acontece por incompetência ou desleixo. [...] Esse arranjo opera amalgamado à política. Para que os destinos das cidades atendam aos interesses econômicos de alguns poucos, é preciso que as decisões políticas alienem boa parte da população. Isso só ocorre com uma blindagem estruturada, como a que marcou a política brasileira, apesar dos avanços democratizantes da Nova República. É justamente o benefício mútuo entre elites política e econômica que sustenta um modelo de cidade excludente, que cobra um preço alto da maioria da população. (Rolnik; Andrés, 2023, p. 22).

Neste sentido, as Jornadas de Junho de 2013 devem ser compreendidas entre outros fatores como parte de uma trajetória de luta dos movimentos sociais urbanos, pelo direito à cidade e pela cidadania, contra a lógica privatista e alienante conduzida pelo projeto neoliberal que vilipendia a democracia, tornando-a refém do capital.

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente com um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos

políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. (Harvey, 2013, p. 32).

Ao estudarmos os movimentos sociais que desencadearam o processo de revolta popular de junho de 2013, devemos levar em conta que eles não disputaram as redes e as ruas apenas por 20 centavos. Foi uma luta por esta quantia, mas também por um projeto alternativo de produção de um espaço urbano anticapitalista cujo objetivo é a apropriação da cidade, com a finalidade de se criar uma territorialidade baseada em preceitos autonomistas, de instigar a maior participação popular no processo de construção de seus territórios de forma horizontal e descentralizada.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais. Ao contrário ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. Mas se Park está certo – ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos -, então precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano. Se descobrirmos que nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. (Harvey, 2013, p. 28).

O trecho citado acima, retirado de David Harvey em seu texto “A liberdade da cidade” (2013), nos aponta para uma direção muito parecida à das lutas prefigurativas mencionadas no capítulo anterior. Essas lutas, por sua vez, que expressam a cultura política do neoanarquismo e do autonomismo, serão a base ideológica dos movimentos sociais que deram início às Jornadas de Junho de 2013 e a origem destes movimentos, por sua vez, está ligada às pautas de mobilidade e moradia urbana, enquanto vertentes desta reivindicação pelo direito à cidade.

Esta cultura política que deu início às Jornadas de Junho de 2013, contudo, não é a única a se manifestar tanto nas redes quanto nas ruas. Seguindo a contribuição de Paolo Gerbaudo (2022), que destacamos no capítulo anterior, é

possível identificar também a cultura política vinculada ao que este chama de populismo democrático de esquerda. Para Gerbaudo (2022), trata-se de uma forma de política que combina elementos de populismo com práticas democráticas de base. Ele argumenta que o populismo democrático surge em resposta à crise de representação política e à falha das instituições tradicionais em atender às demandas da população, caracterizando, assim, uma ruptura com a política institucional tradicional. O populismo democrático é visto como uma reação às elites políticas e econômicas, que são percebidas como distantes e desconectadas das necessidades do povo e, diferentemente do populismo autoritário, frequentemente centraliza o poder em um líder carismático e enfatiza a participação ativa dos cidadãos (Gerbaudo, 2022). Movimentos sociais, assembleias populares e outras formas de democracia direta são centrais para este modelo que tende a ser mais inclusivo e voltado para a solidariedade social. Desta maneira, o populismo democrático procura unir diferentes grupos sociais em torno de uma identidade comum baseada na cidadania e na busca por justiça social.

Vale destacar o papel do uso estratégico das redes sociais e TICs na organização e mobilização dos movimentos de populismo democrático. Esses movimentos utilizam as redes para criar uma esfera pública alternativa e para coordenar ações de protesto que se articula com as assembleias populares das ruas, estabelecendo no vínculo entre a apropriação do ciberespaço e do espaço público urbano práticas democráticas em suas próprias estruturas organizacionais, buscando ser um microcosmo da sociedade que desejam construir. O populismo democrático representou em junho de 2013, uma tentativa de revitalizar a democracia, através do empoderamento popular e da criação de novas formas de participação política, que respondam mais diretamente às necessidades e desejos da população. As pautas relacionadas à mobilidade e habitação urbanas foram a expressão mais direta e clara da vontade e do anseio popular de exercer seu direito à cidade e sua cidadania.

Combinando essas lógicas de ação anarquistas e populistas, o movimento das praças foi capaz de mobilizar as massas sem recorrer a organizações formais com filiação em massa. Essa tendência foi exibida em diferentes domínios da atividade desses movimentos, incluindo suas formas de comunicação, suas táticas de protesto e suas formas de tomada de decisão [...]. O uso das redes sociais como meio de mobilização decorreu tanto do desejo populista de utilizar as plataformas populares, devido ao seu alto grau de penetração na população, quanto da intenção anarquista de fazer uso de suas possibilidades participativas e supostamente horizontais. As

ocupações e os acampamentos de protesto refletiam a tradição neoanarquista de ação direta e a tentativa de criar um espaço horizontal e participativo; por outro lado, também estavam imbuídos da narrativa centralizadora de soberania e unidade popular. Por fim, a criação de assembleias populares refletiu o investimento político desses movimentos na horizontalidade e na tomada de decisões consensuais, assim como manifestou o “espírito popular” e a reafirmação de uma forte unidade coletiva. (Gerbaudo, 2022, p. 157).

Podemos concluir, baseados no trecho acima, que o uso político das redes sociais e a organização de assembleias e ocupações fazem parte dessa nova cultura política que disputa territórios tanto no ciberespaço quanto no espaço público, contra as oligarquias que sitiaram a democracia e que privam os cidadãos de seus direitos à autodeterminação coletiva, colocando-os em uma situação de desigualdade econômica, que diminui sua dignidade e liberdade. Trata-se, portanto, de um confronto entre a utopia por uma “democracia real” baseada na ação participativa de massas, contra a lógica plutocrática do capitalismo em sua fase neoliberal.

A comunidade de cidadãos é vista como uma força redentora, um tipo de novo sujeito revolucionário que busca o controle coletivo sobre a sociedade a partir de baixo, começando com a capacidade de auto-organização dos indivíduos e sua agregação nas discussões on-line e nas praças ocupadas. (Gerbaudo, 2022, p. 140).

Esta disputa esteve presente nas Jornadas de Junho de 2013 e veremos a seguir, através da análise dos diferentes momentos em que se deram a sua construção, como que a multi/transterritorialidade dos movimentos sociais constitui uma peça-chave para a compreensão do que foi este fenômeno, assim como nos permitirá levantar reflexões sobre os resultados positivos e negativos das manifestações.

5.2 Análise dos momentos (coreografia de assembleias)

Para a análise da multi/transterritorialidade dos movimentos que deram início aos protestos e manifestações das Jornadas de Junho de 2013, faremos uso do conceito de “coreografia de assembleia” proposto por Paolo Gerbaudo no seu livro “Redes e ruas: mídias sociais e ativismos contemporâneos” (2021). Para lembrar novamente no que consiste o conceito destacamos o seguinte trecho do livro:

Esses serviços (mídias sociais) atestam até que ponto a formação de grupos sociais em nossas sociedades fragmentadas e dispersas depende de um processo complexo de mediação simbólica e técnica, ou o que chamarei de “coreografia de assembleia”. [...] as formas contemporâneas de comunicação de protesto, incluindo tuítes de ativistas, páginas do Facebook, aplicativos para celular e mensagens de texto, em grande parte giram em torno de atos de coreografia: a *“posta em cena” mediada e “roteiros” da coreografia de assembleia no espaço público*. [...] minha ênfase na adoção da noção de coreografia não está apenas na natureza corporal e espacial da ação coletiva, mas também em seu caráter simbólico e mediado, no fato de que as práticas da mídia intervêm na preparação do terreno ou do cenário para as pessoas que se reúnem no espaço público. (Gerbaudo, 2021, p. 96-97, grifos do autor).

O conceito de coreografia de assembleia, conforme explicitado no trecho acima, nos traz a ideia da territorialização no/pelo movimento coreografado que se dá decorrente do processo de mobilização e organização dos movimentos sociais, através da interface estabelecida pelas TICs, que garante a interespacialidade manifesta através da multi/transterritorialidade, ou seja, na apropriação tanto do ciberespaço quanto do espaço público urbano. Trata-se, portanto, de um conceito a ser apreciado em três níveis: da análise da dinâmica organizacional do processo de mobilização, através da identificação de seus protagonistas e da captura de seu caráter temporal e espacial.

Tendo em vista que as Jornadas de Junho de 2013 tiveram alcance nacional, a análise da dinâmica organizacional do processo de mobilização nos permite identificar diferentes protagonistas a depender do recorte espacial que iremos delimitar. É consenso em diversas análises sobre a Jornada, que a cidade de São Paulo foi o epicentro da onda de protestos que se irradiou pelo país e que o principal protagonista da mobilização e organização dos protestos, que aconteceram naquela cidade, foi o núcleo paulistano do MPL-SP. No entanto, em outras cidades, esse processo envolveu protagonistas que se organizaram em torno de princípios políticos semelhantes, porém em formatos diferenciados como é o caso do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre. No caso de cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo, as manifestações tiveram protagonistas mais difusos, organizados em torno de coletivos e movimentos que se encontravam mais frequentemente em assembleias populares com forte participação popular. *Black Blocs* e os Comitês Populares da Copa constituíram também outros atores que ganharam destaque em nível nacional na adesão aos protestos.

A análise territorial de cada uma das organizações dos movimentos envolvidos nas manifestações é tarefa complexa e envolveria um engajamento muito maior do que o possível nesta dissertação. Envolveria um olhar específico a depender do recorte espacial adotado e dos inúmeros protagonistas nelas envolvidos, mas de uma forma geral, podemos destacar como protagonistas os seguintes atores, segundo Andrés (2023):

A pesquisa aqui apresentada permite resumir os grupos nas ruas de 2013 em cinco atores: 1) a esquerda, composta por tendências autonomistas e socialistas, que esteve presente desde o início dos protestos; 2) os manifestantes avulsos, que chegaram às ruas quando elas ganharam visibilidade, com pouca formação política e visões de mundo sob disputa; 3) os grupos de direita, que se organizaram para disputar as manifestações democraticamente; 4) os grupelhos fascistas; 5) e os adeptos da tática *black bloc*, cuja performance de violência marcou aquele momento. (Andrés, 2023, p. 279).

Em Gadea (2013), Haubrich (2018) e Ricci (2013), podemos identificar entre os grupos que compõe o grupo autonomista e socialista, os movimentos estudantis com longo histórico de luta pelo transporte público, federações, grupos anarquistas e autonomistas, movimentos de luta por moradia, correntes de diferentes partidos como: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Brasileiro (PCB), PT e Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Movimentos indígenas e quilombolas; movimentos LGBTQIAPN+; Coletivos de Artistas; ativistas independentes e vídeo ativistas (Mídia Ninja). Outros casos a parte que valem ser mencionados são os do núcleo paulistano do MPL-SP e da ANCOP. Na prática, costuma-se considerar estes dois últimos como responsáveis principais pelo desencadear das Jornadas de Junho de 2013, pois de fato estiveram na linha de frente do que pode ser considerado o início das manifestações daquele mês, porém para uma abordagem geográfica mais ampla, consideraremos como protagonistas ligados ao grupo autonomista e socialista, segundo Andrés (2023), todos os movimentos citados neste parágrafo.

Com base no perfil social, o grupo 1 pode ser caracterizado enquanto jovens estudantes de ensino médio e superior pertencentes às “[...] camadas médias do subproletariado urbano, que cresceu na última década devido à renovação geracional do mercado de trabalho e ao aumento do perfil de escolaridade da massa proletária urbana.” (Alves, 2013, p. 38). Fazem parte portando de uma camada do

precariado urbano (Braga, 2013; Cocco, 2013; Secco, 2013; Altman, 2023; Andrés, 2023), que devido ao maior acesso à educação, cultura e informação (redes sociais), se organizara em torno de organizações políticas mais amplas do que a dos tradicionais partidos políticos, carregando consigo ideais de horizontalidade, e autonomismo, que Gerbaudo (2022) caracterizara, como visto antes, enquanto pertencentes ao espectro político neanarquista e seus princípios de horizontalidade e autonomismo.

O primeiro grupo caracteriza-se, também, pela sua organização em torno de “lideranças suaves” (Gerbaudo, 2021), ou seja: uma forma de liderança que combina elementos de centralização e descentralização, buscando um equilíbrio entre a direção autoritária e a participação democrática, uma forma de liderança que procura harmonizar a necessidade de direção e coesão com a valorização da participação democrática e a autonomia de seus membros. É uma abordagem adaptativa e mediadora, que utiliza tecnologias digitais para facilitar a comunicação e a cooperação dentro de movimentos e organizações políticas, diferentemente da abordagem horizontalista (Castells, 2013), onde a forma de organização é totalmente baseada na ausência de hierarquias e na tomada de decisões por consenso.

Na perspectiva da “liderança suave” rompe-se com a idealização de que os movimentos das redes e das ruas são totalmente horizontais e que suas ações são todas criadas através de assembleias com ampla participação popular. Na realidade, na grande maioria dos casos, durante as Jornadas de Junho de 2013, as organizações dos movimentos sociais se reuniam em comissões compostas pelos representantes dos principais movimentos e organizações responsáveis pela articulação, divulgação e mobilização das manifestações e não eram totalmente abertas ao público. A participatividade nessas comissões, como veremos na análise das entrevistas presente no próximo capítulo, é baseada em critérios de confiabilidade e intimidade estabelecidas entre os próprios participantes das comissões. O caso do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre é um exemplo claro disso: apesar de, como apontado por Muhale (2014), o bloco trazer em seus princípios oito resoluções fundamentais baseadas no horizontalismo e no

autonomismo,³³ na prática, esse princípio era praticado apenas nos espaços políticos específicos das reuniões das comissões e nas assembleias puxadas por essas comissões. Isso se distancia da ideia utópica de que os movimentos das redes e das ruas teriam sido verdadeiras “ágoras gregas”, abertas à participação de todo e qualquer cidadão.

Entre as comissões criadas as mais robustas eram a Comissão de Comunicação (que produzia materiais informativos para distribuição nas ruas ou via Internet), a Comissão de Autodefesa (que fazia a segurança dos atos) e a Comissão de Organização, esta a mais importante de todas. A Comissão de Organização reunia lideranças dos principais movimento e organizações. Embora o Bloco não admitisse lideranças formais, é difícil negar que essas pessoas e essa comissão constituíam-se em referências fundamentais da estruturação e das ações do Bloco de Luta. Durante todo o processo de mobilizações que teve lugar a partir daí, a Comissão de Organização teve de tomar posições e definições rápidas, algumas vezes precisando passar ao largo das assembleias. Porém, isso não necessariamente levava a problemas práticos, já que a maior parte dos integrantes mais orgânicos ao Bloco de Luta – embora seja difícil falar em organicidade em um movimento de movimentos – estava representada ali. (Haubrich, 2018, p. 43).

Podemos compreender os protagonistas pertencentes ao grupo 2, a dos manifestantes avulsos, sob o espectro político do populismo democrático. Estes fazem parte de um setor dos manifestantes sem formação política definida, mas com anseios próprios de conquista de sua cidadania e maior participação política ativa, normalmente avessos aos mecanismos alienantes da democracia representativa (governo, partidos, sindicatos). Este segundo grupo, até determinado momento das manifestações, identifica-se com o grupo 1 porque enxergam legitimidade nas pautas de cunho popular, que fazem referência direta às questões relacionadas à cidadania como mobilidade urbana e maiores investimentos em habitação, educação e saúde - que até então contrastavam com investimentos bilionários no preparo das cidades para a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014; sua adesão às manifestações começa a se tornar mais significativa após o acirramento da repressão policial amplamente difundida pelas imagens que se propagaram de

³³São estes os oito princípios de acordo com Miguel Muhale (2014, p. 40): unidade de ação; independência e autonomia do Bloco de Luta perante qualquer entidade; o Bloco é horizontal, democrático e sem representantes e, principalmente, ninguém deverá falar publicamente em seu nome; a assembleia como espaço soberano do qual deverão sair todas as decisões do coletivo; a ação direta como estratégia de luta; na definição das agendas e resumos do movimento, bem como na conciliação entre as diferenças táticas, metodológicas, ideológicas junto dos diferentes coletivos, deve prevalecer o consenso; na ausência de consenso, segue-se para votação; as decisões tomadas em assembleia são de cumprimento obrigatório dentro do Bloco, devendo seus transgressores serem responsabilizados em assembleia.

forma viral no Youtube, especialmente nos canais do então surgido coletivo de mídia ativistas, Mídia Ninja. No entanto, em um segundo momento, incapazes de conter a disputa de narrativas, e presenciando o aumento exponencial de manifestantes nas ruas das mais diversas regiões do país, a grande mídia corporativa muda seu próprio discurso e passa a endossar as manifestações tentando “patriotizá-las”. A cobertura midiática começou a enfatizar as reivindicações populares, utilizando a pressão popular para canalizar sua revolta em torno de pautas mais genéricas, difusas e diversificadas com temas relacionados à corrupção, aos gastos excessivos com a Copa do Mundo de 2014, à precariedade dos serviços de saúde e educação, e a insatisfação com a classe política em geral. Essa cooptação por parte da grande mídia, é vista em diversas análises (Altman, 2023; Ellwanger, 2017; Pinheiro-Machado, 2019; Secco, 2013) como um fator que gerou a despolitização necessária para ignorar ou diluir as nuances ideológicas das diferentes facções dentro dos protestos, apresentando-os como um movimento homogêneo de insatisfação popular. Essa abordagem ajudou a construir uma narrativa de "insatisfação generalizada", sem aprofundamento nas razões específicas e complexas que motivavam diferentes grupos de manifestantes.

O discurso populista democrático de esquerda com ênfase na soberania popular, misturado com as lutas prefigurativas do elemento neoanarquista característicos do primeiro momento das Jornadas foi perdendo força à medida em que o discurso despolitizante da grande mídia fez com que esse mesmo espectro do populismo pendesse para a direita, abrindo brechas para que grupos ultraliberais e fascistas passassem a disputar as redes e as ruas.

Os grupos ultraliberais formados pelo Partido Libertário Brasileiro (Liber), e neonacionalistas como Revoltados Online, que anos antes das Jornadas de Junho de 2013 já organizavam pequenos protestos contra a corrupção em São Paulo, são exemplos desses atores que passaram a disputar as redes e as ruas, assim como o MBL criado em pleno andar das manifestações e que em 2014 ganharia maior protagonismo na campanha pelo Impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Após 2010, a página dos Revoltados Online passou a integrar o ecossistema digital das direitas emergentes. Quando seus membros começaram a expressar a própria inconformidade com a corrupção na política e com o PT de modo mais explícito e agressivo. Porém, foi a partir das manifestações de junho de 2013 que discursos que mobilizavam os temas da anticorrupção e do antipetismo, que já circulavam em páginas de direita a Internet desde o escândalo do mensalão, se tornaram centrais para

o ativismo de direita nas redes e nas ruas. E, para tanto, a atuação dos Revoltados Online foi fundamental. (Rocha, 2023, p. 83).

No entanto, Rocha (2023) diverge daqueles que responsabilizam a atuação destes grupos como o principal fator de cooptação dos manifestantes avulsos e que conseqüentemente teriam tomado para si o controle das manifestações. Isso não quer dizer, contudo, que as Jornadas de Junho de 2013 não teriam exercido um papel importante na consolidação política destes grupos.

Ainda que as direitas não tenham precisado de junho de 2013 para chegar ao poder, as revoltas foram importantes para sua organização. Em primeiro lugar, a participação de grupos e lideranças de espectros ideológicos diversos nos protestos sinalizou que seria possível reunir um número grande de pessoas nas ruas para protestar a favor de pautas que não fossem de esquerda. Isso foi possível por conta da crescente ambigüidade ideológica dos manifestantes à medida que os protestos se prolongavam. [...] Nessa época o Facebook já era acessado por 68,5% dos 85,9 milhões de brasileiros que utilizavam a Internet, e os conteúdos de páginas nas quais circulavam discursos antipetistas e as teses defendidas por Olavo de Carvalho, entre as quais figuravam as de políticos tucanos e algumas ligadas a Jair Bolsonaro, já apelidado como “Bolsomito”, chegavam a dezenas de milhões de pessoas. (Rocha, 2023, p. 84).

Andrés (2023) chegou à conclusão semelhante após catalogar e analisar um acervo composto por 4.128 fotografias tiradas de 6.183 cartazes expostos nas manifestações em mais de quarenta cidades³⁴. Através da análise da “grafia” das Jornadas de Junho de 2013, o autor efetua uma tentativa de criar um balanço das ruas e a conclusão que chega é a de que:

A análise dos cartazes reforça o que pode ser percebido em pesquisas de opinião: a direita esteve nas ruas de 2013 de forma pouco organizada e minoritária, embora não irrelevante. A truculência de grupelhos fascistas em São Paulo e no Rio de Janeiro deu visibilidade a uma direita autoritária, mas diminuta. Entre a massa de manifestantes, a agenda de direita não prevaleceu. Longe disso, os dados mostram a prevalência de uma agenda progressista, embora articulada muitas vezes em símbolos pouco habituais no campo da esquerda. Em vez de classes e ideologias cruzadas, como

³⁴Em 2018, Roberto Andrés iniciou a construção de um acervo de catalogação das fotografias de cartazes expostos nas manifestações de junho de 2013. Sua equipe vasculhou redes sociais, acervos públicos e privados e veículos jornalísticos de onde foram coletadas 4.128 fotografias tiradas em mais de 40 cidades, nas quais 6.183 cartazes puderam ser identificados. O critério de construção da base de dados foi somente a realização da fotografia durante o mês de junho de 2013. A partir daí, cada cartaz foi marcado com uma ou mais etiquetas para catalogar tanto demandas, como menções ideológicas ou menções à personalidades públicas. O agrupamento dessas categorias resultou na reunião em sete grupos temáticos (questões urbanas; política e democracia; anticorrupção; direitos, costumes e ambiente; Copa do Mundo; e protestos). A partir daí, tabelas foram elaboradas gerando no final uma sistematização baseada nos sete grupos temáticos, quantidade de cartazes por temas, subcategorias dentro de cada tema e suas quantidades assim, como seus referidos *tags* de referência.

argumentou André Singer, a multidão de Junho foi marcada por conteúdos embaralhados que tornaram mais difícil a compreensão do ciclo. Esse embaralhamento se caracterizou tanto pela adoção difundida do repertório patriota quanto pelo grande número de cartazes que abordavam mais de um tema. (Andrés, 2023, p. 294-295).

As análises dos dois autores, Andrés (2023) e Rocha (2023), parecem corroborar com o conceito de cidadanismo de Gerbaudo (2022), compreendido enquanto uma forma de participação ativa dos cidadãos na vida política e social, indo além do simples ato de votar. Os cidadãos se envolvem diretamente em discussões, decisões e ações políticas, muitas vezes utilizando plataformas digitais para organização e mobilização. Cidadania e soberania popular passam a ser centrais na luta entre cidadãos versus oligarquias, ideias muito próximas como vimos anteriormente das que regem as lutas pelo direito à cidade. O que a diferencia da perspectiva neonarquista é que no cerne do cidadanismo, não está a lógica da luta antisistêmica e a consolidação de uma democracia direta, mas sim um reformismo político que garanta maior participação popular, porém não necessariamente avessa a instrumentos estatais ou até mesmo representativos. Essa diferença ficou evidente quando os movimentos responsáveis pela organização e mobilização das Jornadas de Junho de 2013 foram perdendo sua capacidade de conduzir as manifestações e, contraditoriamente, de centralizá-las em torno de seu espectro político antissistêmico.

A visão de cidadania proposta pelo movimento das praças abarcava elementos dessas diferentes tradições, em particular a cívico-republicana. Os direitos cidadãos foram reivindicados devido à percepção de que poderiam constituir uma arma contra a usurpação oligárquica do poder por elites não eleitas e egoístas; eram vistos como um meio para alcançar um melhor equilíbrio de forças no confronto entre os cidadãos e a oligarquia. Os movimentos de ocupação, porém, não exigiam apenas a participação nas instituições existentes. Traziam também um elemento de “invenção democrática”: uma reivindicação de novos direitos e de novas instituições que se aproximava do “modelo insurrecional de cidadania” proposto por Étienne Balibar, segundo o qual “a insurreição [...] é a modalidade ativa da cidadania”. Como veremos, essa reivindicação de uma restauração e expansão da cidadania e da democracia foi fundamental na proposta desses movimentos de um mundo além da ordem neoliberal. (Gerbaudo, 2022, p. 138-139).

Os outros dois grupos, os *Black Blocs* e os fascistas, tiveram atuação um pouco mais reduzida, circunscritas basicamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto, pelos métodos violentos praticados, tiveram repercussões bastante notórias.

Os Black Blocs são grupos de ativistas que utilizam táticas de ação direta e confrontação, caracterizados pelo uso de roupas e máscaras pretas para dificultar a identificação individual. Surgiram na Alemanha nos anos 1980, e se espalharam globalmente. No Brasil, ganharam visibilidade durante as manifestações de 2013. Táticas como destruição de propriedades símbolos do capitalismo, confrontos com a polícia e proteção de manifestantes, foram amplamente usadas por este grupo, cuja organização se dá principalmente através do uso multifacetado da Internet, como mecanismo crucial para comunicação e disseminação de suas ações e ideologias (anarquismo e anticapitalismo). Suas ações foram tidas como controversas, pois a ação direta praticada por este grupo dividiu opiniões por parte de alguns manifestantes e setores da sociedade, que questionavam a legitimidade de suas formas de resistência, assim como levaram às acusações de que suas ações deslegitimavam as manifestações pacíficas, abrindo pretexto para a intensificação da repressão estatal.

Já o diminuto grupo dos fascistas, aproveitaram as manifestações para se infiltrar nas multidões e promover suas agendas. Embora a maioria dos manifestantes estivesse preocupada com questões como corrupção, serviços públicos e qualidade de vida, elementos da extrema direita utilizaram a plataforma das manifestações para difundir suas ideias nacionalistas antidemocráticas e de apoio à ditadura. Esses grupos, conhecidos também por suas táticas agressivas, se envolveram em confrontos com a polícia e, na maioria dos casos, com outros manifestantes. A violência perpetrada por estes grupos ajudou a desestabilizar ainda mais as manifestações e criar um ambiente de caos. O uso extensivo das mídias sociais para organizar ações e disseminar propaganda foi amplamente utilizado, para recrutar novos membros e aumentar sua visibilidade. As redes sociais foram usadas para coordenar movimentos e espalhar desinformação, exacerbando a tensão durante os protestos e desviando o foco das demandas legítimas dos manifestantes.

Quadro 5 - Os cinco principais atores das Jornadas de Junho de 2013 e seus respectivos espectros políticos.

Neoanarquismo		Populismo (pautas em disputa)		Fascismo
Anarquistas e Socialistas	<i>Black Blocs</i>	Manifestantes avulsos	Grupos de Direita Ultraliberais	Grupos Neonacionalistas e fascistas
Movimento Estudantil MPL Partidos (PSOL, PSTU, PCdoB, PCO, PT, PCB) Movimento Quilombola Movimento Negro Movimento LGBTQIAPN+ Coletivos de artistas Federações e coletivos anarquistas Ativistas independentes	Independentes e Coletivos Anarquistas	Juventude do precariado e classe média em disputa	Partido Libertário Brasileiro (Liber) Revoltados Online Movimento Brasil Livre	Neonazistas <i>Skinheads</i> Nacionalistas Integralistas

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Gadea (2013), Ricci (2013), Haubrich (2018), Andrés (2023) e Rocha (2023).

5.2 Caráter temporal e espacial da coreografia de assembleia

O caráter temporal implícito no uso do conceito de coreografia de assembleia, gira em torno de sua capacidade de capturar a dinâmica do processo de mobilização dos movimentos sociais. Gerbaudo (2021) propõe uma análise dividida em quatro tipos diferentes de fases: iniciação e sustentação e/ou condensação e precipitação. Nossa proposta, neste momento, é a de efetuar uma análise cronológica e territorial das Jornadas de Junho de 2013, com base nessas quatro fases, com o objetivo de compreender a dinâmica de territorialização dos diferentes grupos de atores que fizeram parte dessa coreografia.

Para entendermos a fase de iniciação e condensação, somos do entendimento de que as Jornadas de Junho de 2013 não se iniciaram no dia 6 de junho daquele ano. De fato, as manifestações que ocorreram naquele mês são fruto de um acúmulo histórico da luta pelo transporte público e pela tarifa zero no transporte público travada pelo movimento estudantil e outros coletivos como o MPL.

É preciso considerar que as ações destes movimentos criaram uma cultura política própria de luta que não surgiu do nada, como a grande mídia corporativista fez parecer no início das manifestações. Ela é, na verdade, fruto de anos de trabalho de base, ações coletivas de protestos, greves estudantis, como bem atesta Lucas Monteiro, historiador e ex-ativista do MPL, em seu texto “A premência do transporte” (2023):

Embora muito se fale sobre a espontaneidade de 2013, um olhar atento identificará que nos oito anos anteriores houve atividades em mais de uma centena de escolas, cursinhos populares, universidades, centros culturais e comunitários, ocupações no centro e na periferia. Tudo isso foi o que se costuma chamar de trabalho de base, embora os membros do movimento recusassem tal nomenclatura na medida em que se opunham à divisão hierárquica entre base e topo. Essas atividades desenvolvidas – especialmente em escolas – partiam da experiência concreta do uso de transporte por aqueles estudantes para compreender como a cidade era construída pelas pessoas, porém estruturada para que elas não tivessem acesso aos produtos próprios do trabalho. (Monteiro, 2023, p. 29).

Ou seja, para Monteiro (2023), as Jornadas de Junho de 2013 começam muito antes e sua territorialidade se define através da luta pela apropriação do espaço urbano e o direito à cidade, e não como um movimento espontâneo surgido nas redes sociais. Da mesma forma, o manifesto redigido pelo MPL-SP, intitulado “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo” afirma:

As revoltas de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu. É impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta. Durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear as ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios. [...] A Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização. (MOVIMENTO..., 2013, p. 14).

Dois partes do trecho acima nos chamam atenção. Uma, a que vem corroborar com o argumento de que as Jornadas de Junho de 2013 possuem suas raízes no acúmulo histórico de lutas pelo transporte público gratuito. A outra, de que o modo de organização baseado na horizontalidade e no autonomismo das

assembleias, princípios típicos dos movimentos de junho de 2013, já começavam a se desenhar em Salvador, em 2003, e sua territorialidade até então estava assentada nas ruas, ou seja, na apropriação do espaço público urbano. Segundo cronologia proposta pelo MPL-SP, vemos que a base territorial, nos anos seguintes, de 2004 a 2013, estende sua escala de abrangência para outras capitais como Florianópolis, Porto Alegre³⁵, Vitória, São Paulo, Distrito Federal, Teresina etc, graças à difusão pela Internet do documentário de Carlos Prazato, “A Revolta do Buzu” de 2015, ou seja, a disseminação de informação nas redes foi fundamental para a expansão da territorialidade da luta pelo passe livre por todo o Brasil (Movimento..., 2013). Comportamento semelhante pode-se notar nos casos do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre e da ANCOP, cujas trajetórias também remontam a períodos anteriores a junho de 2013 e cujas bases territoriais também se dão no processo de apropriação do espaço público urbano e que faziam uso das TICs para fins de mobilização e organização.

Através de um recorte espacial mais focado em Porto Alegre, Haubrich (2018), nos traz outro recorte temporal bastante esclarecedor sobre o momento de “condensação” das Jornadas de Junho de 2013. Para Haubrich (2018), a compreensão do que aconteceu em nível nacional naquele mês de junho, requer um olhar mais preciso sobre o que aconteceu na capital gaúcha alguns meses antes. Em seu livro, “Nada será como antes” (2018), encontramos argumentos consolidados, baseados em entrevistas e na experiência in loco deste autor, de que as manifestações desencadeadas em São Paulo, a partir de junho, sofreram forte influência do ciclo de protestos organizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre iniciados em janeiro daquele ano. A vitória do Bloco, expressa através da derrubada da liminar que autorizara o aumento da passagem pela prefeitura, em abril, teria inspirado organizações de luta pelo transporte público e gratuito de outras capitais a seguirem planos semelhantes (Haubrich, 2018). Como exemplo disto, em São Paulo, dois meses depois, foi possível presenciar nas ruas diversas faixas com os dizeres: “Vamos repetir Porto Alegre!”.

Ainda que assumamos que as Jornadas não tenham começado em junho de 2013, é possível afirmar que seu estopim se deu a partir do dia 6 daquele mês. Dessa forma, seguindo a lógica da coreografia de assembleia, a fase de

³⁵Vale lembrar que a plenária de fundação do MPL Brasil se deu em janeiro de 2005 em Porto Alegre, durante a realização do V Fórum Social Mundial.

condensação necessária para gerar o acúmulo político que se formou desde pelo menos 2003 com a Revolta do Buzu em Salvador, veio a precipitar nas ruas de São Paulo no referido dia. Dentro desta etapa de precipitação, podemos dividir os acontecimentos em dois períodos fundamentais de acordo com Altman (2023): um que compreende os dias entre 6 e 13 de junho e o segundo entre os dias 17 e 20 de junho de 2013.

O primeiro período, é marcado pelas ações coletiva do MPL-SP nas ruas de São Paulo e se concentravam em torno da bandeira contra o aumento da tarifa do transporte público na cidade. A participação era majoritariamente composta em torno de 2 e 5 mil jovens do precariado, organizados no campo político Neoanarquista do grupo 1 e 4 (autonomistas, socialistas e Black Blocs) que mencionamos anteriormente. Seu repertório de ações coletivas fez uso das TICs como estratégia para a apropriação das redes (ciberespaço) e das ruas (espaço público urbano). Repertórios típicos dos movimentos apoiados na Internet com alto grau de engajamento, estabeleciam o diálogo direto entre a linguagem do ativismo cibernético das redes sociais (mobilização e informação através, principalmente do Facebook e Twitter) e a linguagem do ativismo urbano através da ocupação do espaço público (estratégias de ação direta), tudo isso mediado pela liderança suave dos movimentos sociais organizados em comissões e assembleias. Desta forma, as “[...] ruas acabaram por espelhar a forma de funcionamento das redes, em uma dinâmica de retroalimentação.” (Andrés, 2023, p. 283).

A proliferação de cartazes individuais em 2013 não deixa de ser uma forma de replicação, no espaço público da dinâmica das redes sociais. Há aí um paralelo entre protesto e mídias. Nas mídias preponderantes no século XX, como televisão e rádio, poucos emissores concentravam a produção de mensagens para as massas de espectadores. A mudança produzida pela Internet fez a passagem do broadcasting para a comunicação em rede, em que cada nó é ao mesmo receptor e potencial emissor. (Andrés, 2023, p. 283).

As circunstâncias, segundo Altman (2023), mudam a partir do dia 11 de junho de 2013 com o acirramento da repressão policial frente ao intuito do movimento em continuar e ampliar a ocupação dos espaços públicos, e atinge o seu mais alto grau de violência no dia 13 seguinte.

No desfecho de uma marcha pacífica que partiu do centro da cidade, rumo à rua da Consolação, os ativistas presentes caíram em uma emboscada repressiva de extrema potência. As tropas da PM pareciam descontroladas,

agindo com fúria por horas. Manifestantes, jornalistas e até quem incidentalmente estava pela região foram vítimas de abusos comprovados por centenas de imagens, que rapidamente estimularam comoção e solidariedade, em mensagens indignadas que inundaram as redes sociais de todo o país. Esse foi o momento no qual os protestos romperam a bolha da militância acessada pelo MPL, incorporaram contingentes muito mais numerosos e se nacionalizaram, dando início à segunda etapa de mobilizações, de 17 a 20 de junho, que chegariam a convocar 2 milhões em cerca de quatrocentos municípios, até que as administrações estaduais e municipais anulassem a majoração dos bilhetes de ônibus, trem e metrô. (Altman, 2023, p. 87).

Com base em Altman (2023), podemos afirmar que havia neste momento disputas multi/transterritoriais. Uma que se deu nas ruas através do confronto direto entre manifestantes e o aparelho repressor estatal, e outra que se dava ao mesmo tempo, contra a grande mídia que durante todo este momento inicial de precipitação, mantinha a narrativa de criminalização dos movimentos sociais, taxando-os de vândalos e baderneiros. Nos dois casos os movimentos sociais ganharam a disputa.

Boa parte dessa vitória momentânea pode ser atribuída à desconstrução da narrativa da grande mídia, proporcionado pelas TICs. O uso dos streamings nas redes sociais e, em especial, canais de compartilhamento de vídeos, como o canal da Mídia Ninja no Youtube, fez com que o mídia ativismo furasse o bloqueio da mídia corporativa, transmitindo imagens em tempo real do que realmente estava acontecendo nas ruas. Neste momento, ocorre a adesão do grupo 2, ou seja, dos manifestantes avulsos, na sua maioria também jovens precariados, mobilizados através da solidariedade, despertada pela raiva e indignação, ocasionadas pelas informações recebidas em seus computadores e celulares.

A transmissão simultânea foi uma grande novidade e alterou as condições do debate público. A televisão e os jornais deixavam de ter o monopólio da difusão da informação. Os ativistas e jornalistas que faziam a cobertura pela Ninja e outras redes muitas vezes adotavam o olhar dos manifestantes. Testemunharam tiro, porrada, bomba, violência policial, prisões arbitrárias, atropelamentos, brigas, desmaios, idas para hospitais e tudo mais que ocorreu nas ruas naqueles dias. (Andrés, 2023, p. 256).

Com o apoio das TICs as frentes autonomistas e socialistas (grupo 1), pôde com maior eficácia, mobilizar e organizar boa parte dos manifestantes avulsos (grupo 2) em prol das pautas que, até aquele momento, giravam em torno das questões urbanas. A transmissão de informações em tempo real das datas, locais e dos acontecimentos nas ruas fez com que qualquer pessoa que tivesse um

computador ou um celular com Internet pudesse se engajar, tanto virtualmente, replicando informações, quanto presencialmente nas ruas aderindo aos protestos.

O fato de as manifestações estarem sendo puxadas por grupos autônomos, sem liderança definida despertou a simpatia daqueles desiludidos com as nuances da política sistemática e institucionalizada. Criou-se ali um mecanismo de identificação coletiva, onde as ruas foram responsáveis por quebrar a lógica da dispersão e fragmentação do corpo social. Houve ali um momento em que as redes serviram de apoio, justamente para estabelecer o “[...] ponto de partida para um processo complexo de recomposição social e articulação simbólica, facilitando a ‘fusão’ dos indivíduos num novo agente coletivo.” (Gerbaudo, 2021, p. 97).

Outro episódio viria a mudar os rumos das manifestações: uma bala disparada pela polícia atingira o olho de Giuliana Vallone, repórter da Folha de S. Paulo, que cobria os eventos no dia 13 de junho. Este episódio evidenciou o quanto a violência policial escalonara, de uma tal maneira que passou a ficar insustentável para a grande mídia manter sua posição antimanifestação. Este fato, somado à constatação de que o número de manifestantes só crescera e que havia nas redes sociais e nas ruas amplo apoio popular aos atos, fez com que a grande mídia corporativa não encontrasse outra alternativa senão mudar seu discurso e recriar uma nova para os acontecimentos. Ellwanger (2017) em sua dissertação de mestrado faz um detalhamento minucioso da cobertura jornalística dos principais veículos da grande mídia corporativa e destaca:

No dia 17 de junho, a postura já é distinta e a dicotomia entre manifestação pacífica versus pequenos grupos de vândalos - com peso editorial muito maior a esse último grupo - começa a se consolidar no discurso do JN. A matéria da repórter Bete Lucchese dá voz a alguns manifestantes do Rio de Janeiro, 100 mil no total segundo a reportagem. Diferente das matérias em edições anteriores, a reportagem traz imagens feitas no nível da rua, da concentração e da passeata. Três manifestantes são ouvidos. São mostrados perfis bem diferentes de pessoas presentes e alguns cartazes. Do helicóptero, Bete sorri ao falar dos cidadãos vestidos de branco que lotam a avenida Rio Branco, classificando a imagem como “impressionante”. A repórter diz que a PM estimou em 10 mil o número de pessoas no Centro, enquanto o especialista Moracyr Duarte calculou que havia 100 mil. Nessa edição, tem início também um discurso que será exaustivamente repetido nas manifestações seguintes: a aversão dos manifestantes a partidos políticos. (Ellwanger, 2017, p. 143).

A partir do dia 17 de junho de 2013, dá-se início a uma nova fase na cronologia das Jornadas. A grande mídia passa a insuflar o discurso anticorrupção, e adota como principal temática a votação da Proposta de Emenda à Constituição 37

(PEC-37)³⁶, fazendo com que parecesse que o descontentamento popular se resumisse ao descontentamento generalizado com o sistema político corrupto. Ao repetir incessantemente que os manifestantes rechaçavam a presença de partidos políticos, contribuiu também para a disseminação de princípios antipolíticos em escala nacional. Esta foi a manobra necessária para “patriotizar” as Jornadas de Junho de 2013, atraindo setores da classe média que viriam a se somar à categoria dos manifestantes avulsos (grupo 2), assim como grupos ultraliberais (grupo 3) e fascistas (grupo 4) dispostos a disputarem a hegemonia até então exercida pelos movimentos sociais da esquerda autonomista e socialista (grupo 1), tanto nas redes, quanto nas ruas.

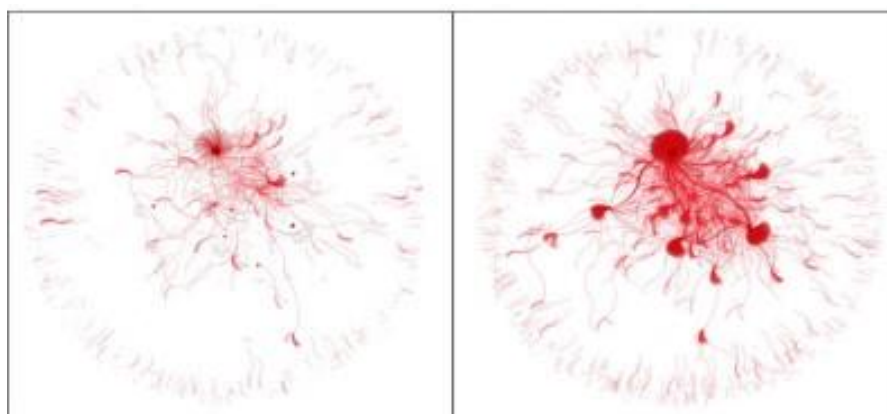
Um inquérito aplicado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), no dia 20 de junho, em oito capitais, ajuda a traçar os perfis ativistas, num cenário no qual 46% dos entrevistados disseram participar pela primeira vez de uma manifestação. Os resultados apontam que 89% não se sentem representados por partidos políticos e 83% por qualquer político brasileiro. A maioria esmagadora confirma não ser filiada a nenhum partido (96%) ou sindicato (86%). Estes resultados confirmam o sentimento popular expresso em cartazes, como: "o povo unido não precisa de partido". Sobre os grupos de afinidade, o inquérito ainda revela que 65% estavam nas ruas com amigos ou colegas; 22% estavam sozinhos; 11% ao lado do cônjuge e 8% na companhia de irmãos ou parentes. Sobre a atuação da PM, 57% disseram que foi “muito violenta”. (Cardoso; Di Fátima, 2013, p. 162).

Nas redes sociais, principalmente no Facebook, diversas manifestações foram sendo convocadas em todo o Brasil por perfis individuais e coletivos. Grupos de direita como Revoltados Online e MBL passaram a fazer uso dessas estratégias, para disputar influência nesse processo de mobilização. O patriotismo passou a ser a estética adotada por esses grupos e isso era visto através do uso de símbolos patrióticos, como a bandeira brasileira e o uso das cores verde-amarela nos protestos e da camisa da seleção brasileira de futebol. Ao mesmo tempo, as redes sociais se consolidaram enquanto um mecanismo de mobilização e organização, capaz de difundir núcleos de protestos, mais ou menos articulados entre si, em uma escala até então nunca vista no Brasil.

³⁶A PEC-37, proposta pelo deputado do Maranhão Lourival Mendes, então do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) – Avante, desde 2017 -, também conhecida como "PEC da Impunidade". Seu intuito visava modificar a Constituição Federal para limitar os poderes investigativos do Ministério Público. A proposta estipulava que a exclusividade para a condução de investigações criminais seria das polícias federal e civil, retirando essa prerrogativa do Ministério Público.

Manifestações foram organizadas não só nas capitais, mas também em cidades de médio e pequeno porte do interior do país, escapando do eixo “Rio-São Paulo” e atingindo todas as suas demais regiões. Em um infográfico produzido pelo Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura, em 2013, com base em um recorte de 20 mil mensagens que usaram a palavra tarifa no Twitter, entre os dias 13 e 17 de junho, demonstra a difusão exponencial das interações na plataforma em torno das manifestações. Entre um dia e outro a onda de protestos cresceu se espalhou pelo país chegando a mais de 65 mil pessoas em São Paulo. Outras 30 manifestações foram registradas em várias cidades, como Belo Horizonte, Belém, Brasília, Curitiba, Maceió etc.

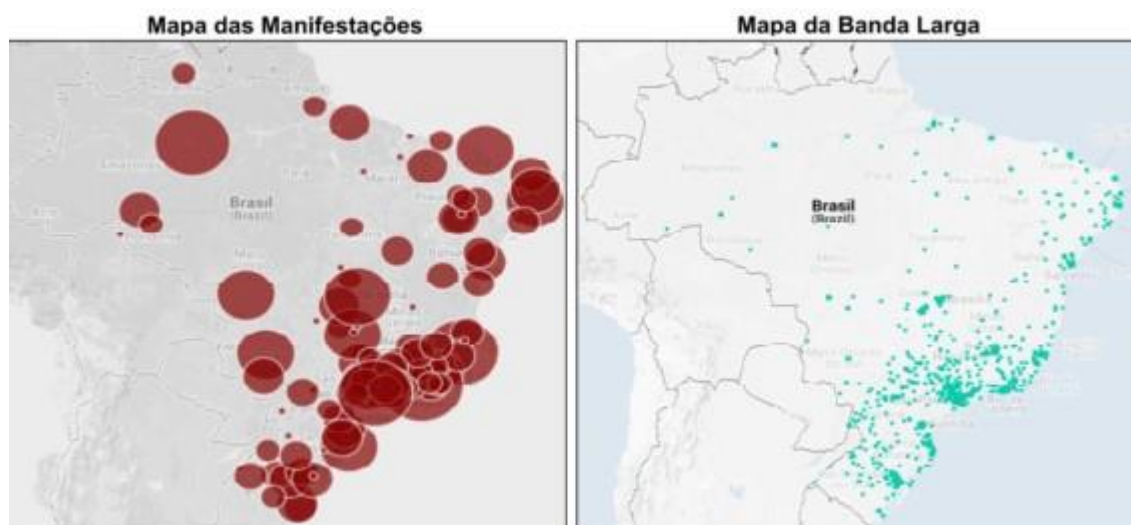
Figura 2 - Interações no Twitter no dia 13 de junho antes e depois da repressão.



Fonte: Malini (2013, on-line).

De acordo com Cardoso e Di Fátima (2013, p. 162), com base nos dados da Confederação Nacional de Municípios, os protestos foram registrados em cerca de 438 cidades, totalizando quase 2 milhões de pessoas nas ruas entre os dias 16 e 22 de junho de 2013, com destaque para “[...] a região Sudeste que foi a recordista de público: Rio de Janeiro (350 mil); São Paulo (200 mil); Minas Gerais (190 mil) e Espírito Santo (126 mil). No entanto, foi o estado do Amapá, no Norte, quem levou o maior número de cidadãos em termos percentuais, com 25 mil pessoas (3,6% da sua população).” A correlação entre a acesso à banda larga e a quantidade de protestos pode ser visualizada conforme a figura 3 adiante:

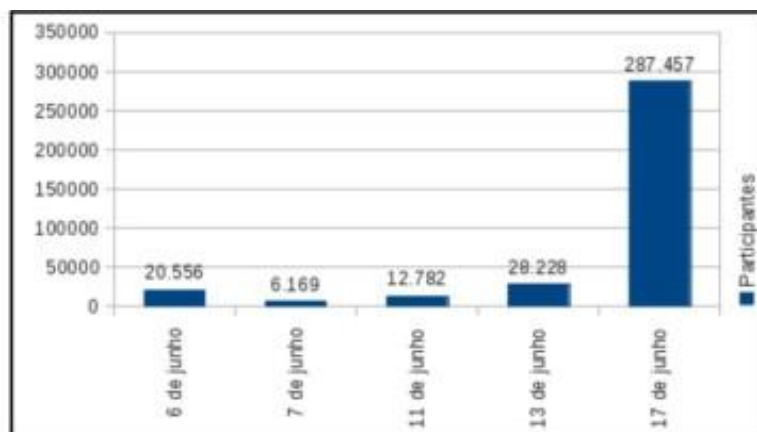
Figura 3 - Correlação entre o acesso à banda larga e a incidência de protestos no Brasil.



Fonte: Portal de Notícias G1 (2013 *apud* Cardoso e Di Fátima (2013, p. 166) e (Comitê Gestor de Internet no Brasil (2013 *apud* Cardoso e Di Fátima (2013, p. 166).

Seguindo as análises de Cardoso e Di Fátima (2013, p. 164), com base em dados do IBOPE, 62% das pessoas que “[...] foram às manifestações tomaram conhecimento prévio das convocações no Facebook.” E, que o nível de engajamento chegou a taxas elevadas, demonstrando o caráter “viral” da informação circulada pelas plataformas, uma vez que em torno de 75% das pessoas que se informaram pelas redes sociais, tornaram-se elas mesmas difusoras de conteúdo (Cardoso e Di Fátima, 2013). Em consulta a dados da Scup, ferramenta de monitoramento de dados na Internet, “[...] as postagens de brasileiros sobre as manifestações atingiram pelo menos 136 milhões de contas nas redes sociais online.” (Cardoso e Di Fátima, 2013, p. 164). Só na cidade de São Paulo, com base nos estudos dos autores foram quase 350.000 contas, conforme destaca o gráfico na figura 4 adiante:

Figura 4 - Participantes nos eventos do Facebook em São Paulo.



Fonte: Pimentel e Silveira (2013 *apud* Cardoso e Di Fátima (2013, p. 165).

Os dados expostos anteriormente demonstram o profundo entrelaçamento entre as redes e as ruas. As estratégias de apropriação do ciberespaço retroalimentaram as estratégias de apropriação do espaço público urbano e vice-versa. O que segue após o dia 17 de junho de 2013 pode ser compreendido dentro da lógica da coreografia de assembleia, enquanto o período de sustentação do processo de mobilização e organização dos movimentos sociais. Após o momento de ímpeto desses movimentos em direção às reuniões públicas durante a fase de iniciação das Jornadas de Junho de 2013, onde o protagonismo se exercia basicamente pelos movimentos autonomistas e socialistas, entra-se então na fase de sustentação, onde a capacidade desses mesmos movimentos em atrair e manter a solidariedade começa a ser questionada, diante da ação de outros atores dispostos a disputar tanto as redes quanto as ruas. Ironicamente, foram as próprias características de horizontalidade e autonomia sob o viés da liderança sutil, que criaram espaço para disputas entre os campos da direita e da esquerda.

A condição interespacial das manifestações colocou o desafio para os movimentos sociais de ter de tecer estratégias que abarcassem um olhar multi/transterritorial, sobre a apropriação concomitante do ciberespaço e do espaço público urbano. Ao mesmo tempo, essa condição foi responsável por elevar as manifestações a uma escala de atuação jamais vista, foi, também, a multi/transterritorialidade dos movimentos que tornou possível a interiorização da luta nas mais distintas regiões do Brasil.

O que seguiu após o dia 20 de junho de 2013, demonstra, justamente, a falta de um plano por parte dos movimentos sociais autonomistas e socialistas, para a condução do processo das manifestações e para o manutenção do controle sobre os territórios conquistados. A perda do controle das redes e das ruas deixou evidente o contraste entre o neoanarquismo e o populismo de esquerda. As tensões entre duas visões de mundo distintas, uma com alicerce na construção revolucionária utópica, de uma sociedade baseada no princípio da autonomia e da autogestão, e a outra de uma crença no reformismo das instituições de Estado, para o efetivo exercício da cidadania e da soberania popular, com bases mais evidentes em mecanismos de democracia participativa, fizeram com que nem uma e nem a outra possuíssem a capacidade coordenar a revolta popular que desencadearam. Nas palavras do ex-ativista do MPL-SP, Lucas Monteiro:

Tanto as estruturas de poder estabelecidas quanto os militantes envolvidos nos protestos não conseguiram apresentar uma perspectiva de transformação radical para as enormes frações da classe trabalhadora engajadas nas manifestações. O MPL não se jogou em uma greve geral pela Tarifa Zero, ou em outra campanha claramente articulada que poderia dar um sentido à esquerda para aquela explosão social. Já a esquerda institucional preferiu continuar criminalizando as manifestações, negando a potencialidade de transformação delas, e foi incapaz sequer de colocar em prática a cooptação dos manifestantes e reacomodá-los dentro do Estado, como é de costume em algumas democracias. (Monteiro, 2023, p. 33).

Com base em Monteiro (2023), destacamos que os limites dos movimentos autonomistas e socialistas nas Jornadas de Junho de 2013 foi justamente não ter criado uma proposta radical, ou não ter conseguido dar continuidade para um novo ordenamento territorial das cidades, com base na soberania popular, porque apostou na mobilização por “pautas de integração”.

Concordamos com Safatle (2023, p. 99) quando afirma que as Jornadas de Junho de 2013 se tornaram mais um episódio dentro do capítulo de um século que iniciou suas primeiras décadas com “[...] insurreições populares de luta contra o capital e de recuperação paulatina da soberania das massas espoliadas.” Para Safatle (2023), as manifestações de 2013 foram um prenúncio do fortalecimento da direita, mas não significou, de maneira alguma, a sua cooptação por uma suposta direita organizada. Dois pontos defendidos por Safatle (2023, p. 107) são fundamentais para compreender os rumos de 2013: o conservadorismo de direita como uma realidade histórica do Brasil e que a ascensão da direita se deu pelo

esvaziamento do discurso da esquerda nacional, porque “[...] simplesmente não tem, em seu horizonte de ação, uma atuação no interior dos processos insurrecionais. Ela não foi formada para isso. Sua formação histórica lhe fez, ao contrário, agente de processos de negociação institucional.”

Por fim, concordamos novamente com Safatle (2023), também, por afirmar que as lutas atreladas às “pautas de integração” perdem o horizonte criativo de realização concreta de macroestruturas, que assumam posse de seu viés revolucionário ao tentar criar um capitalismo mais humano e inclusivo. Ou seja, deixa de vislumbrar horizontes mais revolucionários no que tange a uma revolucionária apropriação das redes e das ruas.

Dentro das disputas multi/transterritoriais, os movimentos autonomistas e socialistas, apoiados no uso das TICs com alto nível de engajamento não tinham, a longo prazo, estratégias definidas nem com relação à apropriação do ciberespaço (redes) e nem com a apropriação do espaço público urbano (ruas). Justamente por isso, seu horizonte de construção de uma democracia participativa, baseada no resgate da cidadania e na justiça social, esbarrara nas limitações de suas próprias propostas de criação de uma forma de auto-organização política e socioespacial. As Jornadas de Junho de 2013 ganharam, portanto, mais um aspecto de revolta popular contra “as coisas como elas estão”, do que uma enunciação clara do desejo de transformação revolucionária anticapitalista por parte dos movimentos sociais.

6 ENTREVISTAS

Com o propósito de compreendermos a dinâmica territorial dos movimentos sociais protagonistas das Jornadas de Junho de 2013, tanto nas redes quanto nas ruas, uma série de entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre setembro de 2022 e setembro de 2023. O propósito de utilizar essa técnica é obter uma combinação de dados estruturados e não estruturados, o que permite ao pesquisador explorar tópicos com profundidade e flexibilidade, ao mesmo tempo em que mantém uma certa consistência na coleta de informações. Acreditamos que a entrevista semiestruturada é uma ferramenta valiosa para obter uma compreensão abrangente e profunda dos assuntos estudados, e necessária para capturar a complexidade das respostas dos entrevistados.

Foram entrevistados seis ativistas, diretamente envolvidos na organização dos movimentos sociais protagonistas das Jornadas de Junho de 2013 nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A intenção foi de estabelecer uma análise sobre a diversidade entre diferentes contextos geográficos e diferentes formas de organização destes movimentos ao longo da construção das jornadas, o que, a nosso ver, se torna imprescindível para a compreensão deste fenômeno em sua totalidade.

Não foi possível estabelecer um universo de entrevistados maior para nossa pesquisa, devido à limitação inerente à natureza desta dissertação, no entanto, podemos considerar que a seleção estratégica dos entrevistados nos garante dados com a qualidade necessária para inferirmos certas hipóteses, a respeito da territorialidade das principais organizações dos movimentos sociais responsáveis pela condução das manifestações de junho de 2013. Esta qualidade está diretamente relacionada ao grau de envolvimento em que cada um dos entrevistados estabeleceu em suas respectivas organizações.

No Apêndice A (f. 171) encontra-se o roteiro que serviu de base para a entrevista, com o qual informações foram coletadas junto a representantes das seguintes organizações dos movimentos sociais protagonistas das Jornadas de Junho de 2013: MPL-SP, Bloco de Lutas pelo Transporte Público (Porto Alegre/RS), Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. Vale mencionar que uma das características principais dessas organizações

é o fato de serem compostas por frentes de atuação política endossadas por diversas outras organizações de forma horizontal e descentralizada. Tomemos como exemplo o caso do Bloco de Luta da cidade de Porto Alegre. Sua organização interna se deu através da cooperação política entre diferentes atores políticos, conforme explicitado por Matheus Gomes (2023), que na época fazia parte da direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, militante do movimento negro e até aquele momento filiado ao PSTU:

O ritmo da luta política que existia em Porto Alegre naquele contexto e o fato da gente ter sido vitorioso no início do mês de abril (de 2013), deu muito mais autoridade pro Bloco. Ele virou um negócio assim: "é uma experiência que nós temos que prestar atenção, né? E aí tu tinha uma formatação muito peculiar, né? Tu organizou ali o movimento estudantil, DCE, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, coletivos de teatro, de artistas de rua, movimentos de ocupação por moradia, sindicatos, movimento quilombola, movimento vinculado à ideologia anarquista, autonomista, marxistas de diferentes tendências. Era uma coisa muito ampla, né? De partidos políticos, tinha gente ali do PT, do PCdoB, do PSTU, do PSOL. Dos anarquistas você tinha a galera da FAG, que era uma tendência do anarquismo, mas tinha outros tipos de anarquistas também. Era muita gente envolvida. Então isso criou um espaço diverso de discussão e que até existiu coisas parecidas em outras cidades. (Matheus Gomes, 2023, em entrevista).

Conforme visto nos capítulos anteriores, as organizações dos movimentos sociais, que fizeram parte da condução dos eventos das Jornadas de Junho de 2013, têm sua cultura política marcada pelos princípios do neoanarquismo e do autonomismo por um lado e pelo outro pelo populismo democrático de esquerda (Gerbaudo, 2022). Este argumento nos parece convincente, uma vez que explicita o encontro dessas duas vertentes políticas e sua capacidade de, através dos princípios do autonomismo, da horizontalidade e da descentralização, fazer funcionar de forma conjunta, frentes e blocos compostos por uma gama tão diversa de atores das mais distintas verves ideológicas.

Essa união não se deu de forma espontânea e tão pouco teve sua origem nas redes sociais. Conforme Raúl Zibechi (2013, p. 16), "[...] no geral, as análises têm pecado por uma excessiva generalização e em ocasiões têm atribuído um papel quase mágico às redes sociais para ativar milhares de pessoas." Tampouco foram resultado apenas de um conluio entre a grande mídia corporativa e o governo dos Estados Unidos, para desbancar a democracia brasileira conforme depoimentos

dados em entrevistas por Luís Inácio Lula da Silva em 2017 e 2019³⁷. As entrevistas conduzidas deixam claro que as manifestações de 2013 foram resultado de um acúmulo histórico de lutas pelo transporte público e gratuito como direito constituinte do cidadão.

E não era à toa ser o tema do transporte, porque nós vínhamos de dez anos de revoltas populares contra o aumento das passagens e pelo passe livre em todo o Brasil. Então a gente sabia, por ver os casos de Florianópolis, Vitória, Teresina, Natal, Fortaleza, e por aí vai, que uma hora ia ter que chegar a vez de Porto Alegre. Era uma visão que a gente tinha. Eu recebi aqui em Porto Alegre, em 2012, a gurizada de Teresina. Ficaram na minha casa. Eles tinham vivido a revolta lá em Teresina, certo? Eu tinha contato com o pessoal de Natal que tinha feito a revolta lá também. Os outros lá, os anarquistas, foram pra Florianópolis. Nós circulávamos pelo Brasil em torno dessa pauta. Era uma questão de honra “pra” nossa geração envolver uma luta forte em cima desse tema, mas é isso que dava base pra união era uma situação política de efervescência de movimentos sociais, de mobilização de uma base ampliada em cima dessa pauta. (Matheus Gomes, 2023, em entrevista).

De acordo com Rafael Jones (2023), então membro do MPL-SP:

E as coisas começam a dar resultado porque o transporte público dentro da questão urbana é muito importante. As pessoas realmente pagam caro. Pagar 32% da sua renda no transporte é um absurdo. Muito se achou que o grande polo de disputa política na questão urbana seria a habitação. Durante muito tempo se acreditou nisso, mas ao passar dos anos a gente foi tendo a noção de que o transporte vem na frente, por incrível que pareça. Porque a pessoa pode morar numa ocupação, pode morar na rua tal, mas se ela quiser pegar o ônibus, ela vai ter que pagar. Se quiser ir em um posto saúde tem que pegar ônibus. (Rafael Jones, 2023, em entrevista).

Após estabelecida a luta pelo transporte público enquanto vínculo comum entre os atores políticos engajados nas manifestações, o que possibilitou sua práxis política descentralizada, horizontal e autônoma foram as assembleias e as comissões. Estas exerceram papel central na organização interna dos movimentos e foi através delas que espaços políticos foram sendo construídos, com a finalidade de garantir a tomada de decisão coletiva de iguais proporções sobre os rumos do que viria a acontecer no decorrer das manifestações.

³⁷Em entrevista para a Telesur em 2019, Lula afirmou: "As manifestações de 2013 foram feitas já fazendo parte do golpe contra o PT. Elas já foram articuladas para garantir o golpe. Elas não tinham reivindicações específicas. As manifestações começaram como parte do golpe, incentivadas pela mídia brasileira e incentivadas, acho que inclusive, de fora para dentro. Eu acho, já que teve o braço dos Estados Unidos nas manifestações do Brasil." (Rocha, 2019, on-line). Já, em 2017, o mesmo declarou: "Nós nos precipitamos ao achar que 2013 foi uma coisa democrática. Que o povo foi para a rua porque estava muito preocupado com aquela coisa do transporte coletivo." (Borges, 2017, on-line).

O funcionamento das assembleias, no entanto, não era sinônimo de ampla e irrestrita participação de qualquer manifestante, justamente porque, dentro do assembleísmo e na prática do estabelecimento de consensos, estão presentes limites e desafios inerentes ao seu processo de construção, como o comprometimento de sua eficiência pela lentidão do processo decisório, e a participação desigual, com alguns membros mais ativos que outros e a dificuldade de se tomar decisões mais complexas e urgentes.

A organização do B.L inicialmente era feita apenas pelas assembleias, que durante todo período de mobilizações, foi a principal ferramenta organizativa, mas com o passar do tempo, percebíamos que era importante descentralizar tarefas e ações dentro deste grande grupo. Formamos grupos de trabalho como a de comunicação e propaganda, agitação, jurídica, autodefesa e uma coordenação que basicamente filtrava melhor as informações que não poderiam ser amplamente divulgadas, assim como ajudava a organizar os roteiros de ações de rua. Esta coordenação era composta por coletivos/organizações políticas, assim como por delegados de cada G.T. (Lorena, 2023, em entrevista).

O relato anterior descreve a organização do Bloco de Lutas, porém pode se estender para os outros movimentos de forma semelhante. O que nos chama a atenção é a quantidade pequena de pessoas que compunham as comissões que então eram divididas em torno de funções organizativas, como comissões de organização, segurança, comunicação etc. Segundo relato de Oro (2023), membro da comissão de comunicação do Bloco de Lutas, o horizontalismo funcionaria como princípio mais interno e mais restrito aos participantes das comissões e assembleias.

Tirando a comissão de organização que eram duas pessoas por comitiva ou duas pessoas por comissão, todas as outras eram formadas por quantas quisessem participar, mas te adianto que nenhuma delas passava de dez. Era aberta, mas não muito. Tinha de haver uma confiança mínima nas pessoas, justamente para não correr o risco de termos infiltrados e desmobilizadores. Então, em tese ela era aberta, mas variava muito em termos da confiança que se tinha entre as pessoas. A pessoa frequentava as assembleias e a partir daí ia se construindo essa confiança até que ela pudesse fazer parte da comissão. E ela era completamente horizontal também. Isso cabe dizer. Não tinha um coordenador da comissão tal. Todos tinham mesmo peso e podiam dar suas opiniões sobre qualquer assunto. (Oro, 2023, em entrevista).

O relato de Rafael Jones (2023), então membro da comissão de comunicação do MPL-SP, aponta para a mesma direção do sentido da citação anterior:

Mas essa coisa que aconteceu em 2013, e que o pessoal não consegue entender é que o movimento em 2013 tinha oito pessoas, talvez seis ou doze, não sei. Pouca gente. A grande maioria que foi “pra” rua com a gente

na organização do movimento era grupo de apoio. Militantes eram pouquíssimos. O que foi muito importante, porque esses militantes, além de levar o negócio no peito, conseguiu ajuda desse pessoal independente aí que foi importantíssimo, né? É até engraçado uma vez, numa reunião, um cara do PSOL ficou indignado e perguntou, para mim: "Pô, mas como você conhece essas pessoas que vão "pra" rua?". Eu respondi: "pois é, a gente não conhece também. Eu não vou te dar uma aula de como militar no mundo, né, cara?" (Rafael Jones, 2023, em entrevista).

A única exceção dentre os relatos colhidos nas entrevistas foi apontada pela entrevistada Elisa Quadros (2023), que se autodeclarara anarquista e militante independente não alinhada a coletivos ou movimentos específicos. Em seu relato, Elisa afirma que no Rio de Janeiro, durante as Jornadas de Junho de 2013, assembleias populares foram organizadas em diversos bairros da cidade. Abertas ao público geral, e que primavam pela participação irrestrita de quem quisesse participar. As assembleias populares eram puxadas pelo Fórum de Lutas e tinham caráter não só organizativo, mas também deliberativo.

A assembleia popular tem uma linha mais horizontal que é a que eu amo e que é incrível. Elas são em praças públicas abertas. A gente chama as pessoas "pra" participar. Ela não se inicia com uma pauta, ela se inicia com o as questões que tão tendo no momento, né? Tudo era por consenso, não tem votação. O consenso, diferentemente do consenso criado pelos partidos que tentaram aparelhar o conceito, é você chegar num denominador comum "pra" que todos se sintam contemplados e não que a tua voz tem que ser superior a outra, ou a tua verdade tem que ser superior, mas sim você chegar num lugar onde que a pessoa fique satisfeita. Cem por cento nunca ninguém vai ficar satisfeito, mas que a gente consiga chegar numa conversa amigável em que as duas opiniões sejam ouvidas. Entendeu? Então o consenso é assim. E a assembleia popular nisso, ela é incrível. Aí começaram a se fazer um monte de assembleia popular. Aí também foi a onda das assembleias populares. Em todo o bairro tinha uma assembleia popular. Tinha uma assembleia popular no Largo do Machado, em Copacabana, Ipanema, Cinelândia, de tudo quanto é buraco [...]. Totalmente abertas, nas ruas. (Elisa Quadros, 2023, em entrevista).

É possível identificar nos relatos anteriores o que Gerbaudo (2022) chama de "liderança suave". Conforme já vimos, liderança suave é visto como uma forma de liderança que difere das abordagens tradicionais autoritárias e hierárquicas (Gerbaudo, 2022). A liderança suave enfatiza a construção de consensos, a criação de conexões emocionais e a habilidade de guiar e influenciar as pessoas de maneira mais sutil e inclusiva. Gerbaudo (2022) argumenta que essa forma de liderança é particularmente relevante no contexto das redes sociais e dos movimentos sociais contemporâneos, onde a comunicação horizontal e a mobilização descentralizada são predominantes. Essa abordagem contrasta com a liderança rígida e impositiva,

destacando a importância de um estilo de liderança que seja mais adaptável, flexível e atento às dinâmicas sociais e emocionais dos grupos liderados.

De acordo com Castells (2013), (2017), Pinheiro-Machado (2019), Andrés (2023), Gerbaudo (2021; 2022), Gohn e outros, essas vertentes políticas colocam as Jornadas de Junho de 2013 dentro do ciclo de protestos característicos da virada do século XX para o XXI, como a Primavera Árabe, o 15M na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, dentre outros. Isso é reconhecido também pela maioria dos entrevistados que citaram esses episódios, mais especificamente a Primavera Árabe, como influência direta ou indireta para a construção estética e política das Jornadas.

Eu acho que isso veio muito da inspiração nos próprios movimentos que estavam acontecendo ao redor do mundo: A "Primavera Árabe", os "Indignados" na Espanha" e principalmente o *Occupy Wall Street*, porque a gente sabe que não é intrínseco das organizações como PSTU que haja uma horizontalidade, mesmo que essa horizontalidade seja mais possível no campo autonomista, no campo anarquista; a gente sabe que os partidos não funcionam dessa forma e dentro do Bloco eles se colocavam para funcionar dessa forma mais horizontal. Então realmente nesse ponto de vista, da horizontalidade, sempre respeitaram. É claro que internamente, dentro dos partidos, não era assim, mas isso acabava não influenciando no funcionamento do Bloco enquanto estrutura. Nesse sentido, acho que tanto as redes foram influenciadas quanto também as pessoas foram influenciadas a partir das experiências do *Occupy Wall Street* que eu acho que de certa forma criou uma base para aquilo que estava se fazendo no Bloco naquele momento [...] vinha muito do conhecimento próprio das pessoas a respeito. No meu trabalho eu falei especificamente sobre esses movimentos, o *Occupy Wall Street*, os Indignados e Primavera Árabe, então eu acho que estava naquela ebulição. Estava todo mundo comentando sobre isso, mesmo que não diretamente nas assembleias, mas depois das reuniões a gente comentava que certas coisas estavam ficando parecidas com esses outros movimentos que fizeram nesses outros países. Eu acho que foi mais uma inspiração do que uma influência direta. (Oro, 2023, em entrevista).

Quando perguntados a respeito do papel do uso das TICs, em especial as redes sociais na construção da cultura política e da identidade dos movimentos, as opiniões dos entrevistados se dividem entre aqueles que entendem o uso dessas tecnologias, principalmente enquanto uma ferramenta de comunicação e conscientização, mas que não interferiram diretamente no que viria a ser a essência da cultura política dos movimentos e aqueles que acreditam que o papel, principalmente dos streamings³⁸, ajudou a criar estratégias não só de comunicação e

³⁸Plataformas de streaming, como o YouTube e o Facebook, permitiram que manifestantes transmitissem ao vivo os eventos, mostrando a realidade das manifestações e das reações das

conscientização, mas também de defesa trazendo uma nova roupagem para o ativismo social. Na perspectiva destes últimos, essas práticas criaram uma nova cultura de ação direta, mesmo que de maneira não intencional. Neste ponto as duas perspectivas convergem, ambas alegam que o uso das redes sociais foi utilizado como uma novidade em termos de ferramenta comunicacional, mas sem que as consequências de seu uso, ou a própria natureza corporativa destas tecnologias, tivessem sido previamente problematizadas.

Vale destacar também, que nenhum dos entrevistados atribuiu às TICs o papel de meio utilizado com fins organizacionais ou deliberativos, dentro dos próprios movimentos. O conteúdo político, as decisões, as consolidações das estratégias eram feitas presencialmente nas assembleias e nas reuniões das comissões. Ou seja, os movimentos se apoiaram no uso da Internet não para o exercício prefigurativo da democracia direta e participativa. Este era o papel das assembleias. As TICs serviram, de acordo com seus relatos, como interface entre o que era decidido nessas instâncias e as ações que tomaram as ruas através de estratégias cibernéticas de mobilização, convocação e informação. Temos aí o combinado entre repertórios de ação coletivas on-line (mobilização e conscientização via Internet) e off-line (assembleias, protestos e ocupações do espaço público urbano).

Neste sentido, voltamos a lembrar a diferenciação proposta por Van Laer e Van Aelst (2008), entre movimentos baseados na Internet e movimentos apoiados na Internet, sendo o primeiro caracterizado por aqueles movimentos cujos repertórios de ação coletiva se dão exclusivamente no ciberespaço, e o segundo caracterizados pelos movimentos que combinam repertórios de ações do ciberativismo com os repertórios mais clássicos do ativismo no espaço público urbano.

O Bloco com certeza utilizava muito o Facebook antes e depois das Jornadas. Antes no sentido de chamar para as assembleias e para os atos e depois para divulgar os resultados da assembleia ou a própria imagem dos atos e o que tinha acontecido neles. Agora, quando se encontrava pessoalmente nessas assembleias ou nos protestos, durante esses momentos, talvez fosse um diferente. Daí talvez fosse mesmo o olho-no-

forças de segurança em tempo real. Isso ajudou a aumentar a visibilidade dos protestos e a atrair mais pessoas para as ruas. Essas táticas foram utilizadas para divulgar as manifestações, comunicando informações sobre horários, locais de encontro e estratégias de protesto, de forma rápida e de ampla disseminação, facilitando a mobilização de muitas pessoas. Além disso, os streamings ofereciam uma cobertura alternativa aos meios de comunicação tradicionais, que, segundo alguns críticos, poderiam apresentar um viés ou não cobrir completamente os eventos. Dessa forma, as transmissões ao vivo permitiam aos espectadores formarem suas próprias opiniões a partir das imagens e relatos diretos dos manifestantes e até gerar engajamento internacional trazendo visibilidade ampliando a margem de simpatizantes para a escala global.

olho. No antes e depois havia esse uso das redes sociais, em especial o Facebook, mas no durante, não. No durante não havia muito essa preocupação. Em algumas assembleias, por exemplo, a gente decidiu que não podia nem usar celular. Nas reuniões mais fechadas não se podia usar celular. (Oro, 2023, em entrevista).

Novamente, gostaríamos de destacar que esta interface possibilitou com que estratégias múltiplas de territorialização fossem criadas por estes movimentos de forma conjunta e indissociável. A transterritorialidade, dos movimentos aqui analisados, está representada segundo os relatos colhidos nesta entrevista, pela apropriação dos espaços políticos das assembleias e comissões, para fins organizativos de luta; do ciberespaço através da apropriação das redes sociais com a finalidade de mobilização, divulgação, conscientização e criação de engajamento virtual; e do espaço público urbano, através da apropriação e ocupação das ruas, praças e demais espaços públicos.

É na rua onde se mostra de verdade a força popular. E daí de fato o Bloco utilizava o Facebook para isso: divulgar: "olha, tal dia e tal hora vai ter tal coisa. Apareça!". Seja para convocar para assembleia, para protesto ou para atividade panfletária; seja o que fosse. É nesse sentido mesmo: o de tirar a pessoa de trás do computador e levá-la para a rua. (Oro, 2023, em entrevista).

Como ferramenta de mobilização, as TICs tiveram enorme importância em escalonar a luta das organizações dos movimentos sociais e, dessa forma, atingir as enormes proporções vistas no decorrer de toda a jornada. Foi através da interface criada por elas que a disputa territorial dos movimentos se ampliou para os mais diversos rincões do país, englobando não só os grandes centros urbanos, mas pequenas e médias cidades. Neste momento o autonomismo dos movimentos sociais se encontra com o que Gerbaudo (2021) chama de cidadanismo, ou seja, uma resposta à crise da democracia representativa, onde muitos cidadãos sentem que suas vozes não são ouvidas pelos políticos e instituições tradicionais e, por isso, buscam superar essa lacuna através de formas diretas de participação política e ativismo em prol de uma maior soberania popular. Gerbaudo (2021) observa que o cidadanismo tem uma relação direta com o populismo democrático de esquerda, em que ambos compartilham a crítica às elites e defendem a centralidade do povo na política, com tendência a focar mais na construção de práticas democráticas, inclusivas e horizontais.

Olha, acredito que a amplitude das chamadas de atos, sua divulgação, nossas campanhas e consignas não teriam o alcance que tiveram se não fossem as ferramentas de comunicação. Certamente repercutiu e se alastrou geograficamente de forma inédita. No caso do RS, mesmo cidades pequenas tiveram mobilizações inspiradas nas lutas que já tomavam conta de cidades maiores e a capital. O tema do passe livre, redução dos aumentos das tarifas, assim como outras pautas foram amplamente disseminados, obrigando aos grandes meios de comunicação, comprometidos com as elites a falar sobre o assunto de uma forma ou de outra. (Lorena, 2023, em entrevista).

As organizações dos movimentos sociais que encabeçaram as Jornadas de Junho de 2013, no entanto, não exerceram totalmente sua hegemonia durante a condução das manifestações. Houve momentos em que outros atores e agentes passaram a realizar disputas territoriais, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. O principal deles, a começar, foram os aparelhos coercitivos do Estado. Desde o início das Jornadas de Junho de 2013, a polícia militar se fez presente no espaço público urbano, fazendo-se valer de táticas de choque para desmobilizar os movimentos sociais, através do uso pretensamente legítimo da violência contra os ativistas. No ciberespaço, as táticas e estratégias de disputa não foram direcionadas diretamente aos perfis e contas dos movimentos nas redes sociais, mas fizeram uso de instrumentos de inteligência cibernética para mapear, grampear e identificar militantes e ativistas envolvidos na organização das manifestações.

A gente foi percebendo em 2013 já que as redes era um local que possibilitava o monitoramento mais aberto das forças policiais. Isso a gente percebeu que já começamos a ser alvo da repressão. Eu respondi processo de pertencer à organização criminosa. Tive minha casa invadida pela polícia. Vi meu computador sendo tomado. Via nos inquiridos como que eles utilizavam as postagens das redes, né? (Matheus Gomes, 2023, em entrevista).

No caso da grande mídia corporativa, a estratégia de disputa sobre as narrativas dos acontecimentos se deu em dois momentos distintos. No início, a estratégia consistiu em criminalizar diretamente os movimentos sociais, tentando deslegitimar a pauta de luta pela redução das tarifas dos transportes públicos e ofuscar qualquer tentativa de debate sobre a viabilidade de implementação de políticas de tarifa zero. Neste momento, os streamings veiculados pela mídia alternativa através de canais no Youtube e publicações no Twitter e Facebook, romperam a barreira da mídia hegemônica capitalista e com êxito ampliaram a base de apoio popular aos movimentos, graças às transmissões em tempo real da

crescente violência policial, sofrida pelos manifestantes, e às campanhas de informação que os próprios movimentos articularam em seus canais de comunicação virtual.

Essa parte da mídia independente colocar esses vídeos e usar esses espaços foi muito importante para mostrar que as pessoas que estavam na rua existiam mesmo. Estavam existindo mesmo. Era real. (Rafael Jones, 2023, em entrevista).

Em um segundo momento, diante do fracasso iminente de sua primeira estratégia, a abordagem midiática passou a ser a de condenar os manifestantes “baderneiros”, associando bandeiras socialistas e anarquistas às táticas violentas dos movimentos *Black Block*, ao mesmo tempo em que criara a imagem do manifestante “patriota” insatisfeito, não só com às abusivas tarifas cobradas nos transportes públicos, mas também com uma gama de insatisfações diversas e difusas de reivindicações genéricas de apelo popular, como melhorias nos serviços de saúde, educação e, principalmente, contra a corrupção. Neste segundo momento, o objetivo atingido com êxito foi o de esvaziar o conteúdo das pautas sobre transporte público e a luta pelo direito à cidade, enfraquecer os movimentos sociais e insuflar as massas a protestar contra os poderes executivo e legislativo. Territorialmente, a estratégia mudou da tentativa de esvaziar as ruas para a de ocupá-las através de sua “verde-amarelização”.

Das brechas da disputa territorial entre as organizações dos movimentos sociais e a grande mídia corporativa, surgem novos agentes oportunistas dispostos a disputar também as redes e as ruas. Movimentos ultraliberais conservadores e grupos neonacionalistas de extrema-direita, minoritários dentro do complexo espectro político que compôs as Jornadas de Junho de 2013, fizeram das manifestações os lócus para a cooptação das pautas genéricas, como as da anticorrupção, como meio de legitimar seu discurso neoliberal e fascista. Esses movimentos e grupos, tampouco foram formados espontaneamente durante o desdobrar dos eventos. Muitos deles já atuavam anteriormente a junho de 2013, conforme relatado por Camila Rocha em seu livro “Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil” (2021). Em seu histórico de atuação, já incorporavam repertórios de ação coletiva tanto no espaço público urbano quanto no ciberespaço, mas ao contrário do que pregam os adeptos da teoria da guerra híbrida, não foram eles os responsáveis por se apropriarem das manifestações.

Eu sempre fico me policiando para não ser corporativo, mas tem essa narrativa desde o último ato, que foi o ato pós aumento, de que tiveram alguns grupos de extrema direita entrando no ato para tentar agredir pessoas de partido. Isso realmente aconteceu e tal, mas eu acho que tem dois fatores: Primeiro que isso foi muito menor do que as pessoas falam. O ato não estava sendo tomado pela extrema direita; a segunda coisa é a direta institucional que passou a se organizar a partir desses atos como uma resposta. Começaram a financiar o MBL, bancaram a campanha do Bolsonaro e o Vem pra rua. Um caminhar de dinheiro que a gente nunca teve. (Rafael Jones, 2023, em entrevista).

Perspectiva semelhante é compartilhada por Matheus Gomes (2023):

Isso é muito importante e merece toda atenção e aprofundamento possível, porque aqui podemos afirmar que há disputa não só com a direita, mas também com certos setores da ex-esquerda brasileira. Porque existe até hoje a absurda afirmação que as jornadas de lutas de 2013 "tiraram a direita do armário". Quando sabemos que os governos de conciliação de classes colocaram a direita "pra" governar junto, abriram espaço pra direita se sentar à mesa, reprimiram o que vinha de baixo, amordaçaram as demandas populares, ao invés de acolher e proporcionar avanço das pautas sociais. O efeito da conciliação de classes fez grandes estragos sim, o descrédito do povo com os governos do PT, que respingou no descrédito das ferramentas de organização da esquerda como um todo. A conciliação que não agradava de um todo nem as elites que sempre choraram de barriga cheia, muito menos aos de baixo. (Matheus Gomes, 2023, em entrevista).

Importante destacar, que estes grupos, ultraliberais conservadores e de extrema-direita neonacionalistas, não só já usavam estratégias de apropriação do espaço público urbano, como também se apropriavam das redes sociais como forma de territorialização de suas ações políticas. No entanto, sua proeminência e sua efetividade só se tornaram maiores após os eventos de junho daquele ano. Como se os episódios das jornadas tivessem demonstrado para estes movimentos de direita o potencial do uso delas, como ferramenta para impulsionar seus projetos políticos. Soma-se a isso o fato de que melhores organizados (vide a ascensão do MBL nos anos seguintes), esses movimentos receberam financiamentos de *think tanks* e utilizaram esses recursos para investir pesado na profissionalização da utilização das principais plataformas das redes sociais, coisa que a esquerda em geral não fez, seja por falta de engajamento no tema, seja por falta de recursos.

A direita tentou cooptar em todo lugar. Só que tem que ver onde que ela conseguiu. No Rio de Janeiro ela não conseguiu cooptar, entendeu? Não conseguiu cooptar as manifestações de 2013, entendeu? Em São Paulo teve uma disputa acirrada, mas também porque tinha aquela bosta daquela Carla Zambelli. [...] Aprenderam (a usar as redes sociais) não. Estava todo mundo aprendendo junto. Não aprenderam da esquerda. Aprenderam porque estava tendo uma ascensão da mídia social no mundo inteiro e eles

aprenderam. Agora, a diferença deles para a gente sabe qual é? Dinheiro. Eles têm dinheiro “pra” ficar pagando marqueteiro, pra fazer um MBL cuzão, sem luta nenhuma, sem eles terem nenhuma teoria política, virar um coletivo bizarro, bombástico, com influência na Internet. (Elisa Quadros, 2023, em entrevista).

Quanto aos limites do uso das TICs, enquanto ferramentas para tecer estratégias de territorialização dos movimentos durante as Jornadas de Junho de 2013, os entrevistados foram unânimes ao afirmar que apesar de terem contribuído enormemente para a mobilização popular, para a ampliação do alcance de novas escalas de atuação dos movimentos sociais, para a criação de uma nova estética/cultura política e para ajudar a quebrar a narrativa hegemônica da grande mídia corporativa, essas ferramentas levaram esses mesmos movimentos a enfrentar novos dilemas e novos conflitos diante da própria natureza de sua concepção. O uso das TICs até aquele momento era uma novidade para toda a sociedade e suas potencialidades ainda estavam em fase de experimentações.

Diante disso, as novas e sedutoras possibilidades do uso político dessas ferramentas muito insufladas pelo tecnotimismo crescente no campo das Ciências Sociais, desde o movimento contracultural da década de 1960 até o ciberativismo na década de 1990, ofuscaram debates mais profundos acerca da tendência crescente à construção de monopólios e o domínio corporativo destas ferramentas por parte das *Big Techs*. Mais tarde, isso viria a se tornar um problema para os próprios movimentos sociais, no que tange às questões relacionadas à privacidade e segurança de dados, controle social e vigilância, manipulação e controle da Informação, dependência tecnológica, ética e responsabilidade social (Morozov, 2018).

A ferramenta ela não é um ambiente em que todas as demandas de uma organização social podem ser supridas ali né? Então ela tem muito limite. Ela pode servir “pra” convocar e naquela época ela cumpriu muito esse papel, né? Instigar o processo de luta social, mas tem outras coisas que tu precisa de uma organização mais estável, né? / A gente não discutia o peso dos algoritmos naquela época. Não existia esse debate. Tinha uma visão de leigo, de ignorante inclusive sobre como era o funcionamento das redes. Havia uma ilusão sim, de que era um ambiente que favorecia a democratização da política, difusão de pautas de naturezas diversas. Todos esses grupos aí que vão de matizes ideológicas anticapitalistas, né? Do marxismo revolucionário, a formas mais moderadas de luta socialista e até anarquistas, ali naquela época achavam interessante fazer a difusão dessas ideias pelo Facebook porque era essa a ilusão de que alcançava mais gente e poderia ampliar uma luta da própria classe trabalhadora naquele contexto. Não tinha uma leitura muito forte sobre isso. Óbvio, tinham grupos que já vinham de uma experiência já de mobilização e que aqui em Porto Alegre

tinha muita força, né? O software livre, ou a turma do grupo de comunicação de mídia independente, que naquela época tinha um papel interessante também. O CMI (Centro de Mídia Independente), né? Mas mesmo essa turma aí na naquele contexto não podia fazer tantos alertas assim quanto deveria, “tá ligado?” O que eu ressalto talvez, com essa tônica mais negativa hoje, é que nós não tínhamos a visão sobre em que lógica nós estávamos entrando, né? Quais eram as regras desse ambiente e de quem determinava elas, né? Isso a gente não discutia com tanta profundidade. Eu acho que a gente tem que ter uma visão embasada no pressuposto teórico, científico acerca desse tema, né? Vai nos ajudar a compreender melhor, né? Então se nós estamos discutindo que o ambiente das redes ele é o ambiente dominado por grandes corporações internacionais, por burgueses em última instância, né? Que ditam as regras, organizam o espaço, o que que é distribuído, e como o conteúdo chega, é natural que as expressões políticas da burguesia se apropriem melhor desses espaços. (Matheus Gomes, 2023, em entrevista).

Hoje coloca-se em questão qual o papel que as TICs exercerão para os movimentos sociais, diante dos novos desafios inerentes ao seu uso. É certo que o tecnotimismo e as promessas de se criar “ágoras digitais” parecem ter perdido o seu encanto, no universo das análises sobre a cultura política dos movimentos, principalmente depois que setores da extrema-direita começaram, também, a fazer uso das ferramentas cibernéticas. Como bem apontado por Oro (2023, em entrevista), então atuante no Bloco de Lutas em Porto Alegre nas Jornadas de Junho de 2013: “[as TICs] Se ajudou a esquerda, também ajudou a direita. Ferramenta é ferramenta. Na hora da utilização dela é que vemos a diferença.”

Os acontecimentos que sucederam as Jornadas de Junho de 2013, como o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, fizeram com que boa parte das estratégias de apropriação tanto do espaço público urbano quanto do ciberespaço, pelos movimentos sociais, comessem a serem revistas. Certo é que tornara-se imprescindível que os campos políticos ligados aos movimentos sociais, e à esquerda como um todo, retomassem o debate sobre o uso político das TICs, não só como ferramentas de mobilização, engajamento e informação, mas como produtores de sua própria tecnologia, garantindo que esta sirva à finalidade de ampliar a participatividade democrática, garantir a qualidade da própria democracia e aprimorar instrumentos de exercício da cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar o papel das TICs na territorialização dos movimentos sociais das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, tanto no ciberespaço quanto no espaço público urbano. Especificamente, buscou-se analisar como as TICs influenciaram a organização, mobilização e disseminação de informações durante os protestos. A disponibilidade de diferentes ferramentas cibernéticas, conectadas pela Internet, possibilita a articulação necessária para que diferentes tipos de movimentos sociais planejem e coloquem em prática suas agendas de manifestações e reivindicações. Quanto maior a liberdade de acesso a essas ferramentas, maior a diversidade das formas de manifestações desses movimentos sociais.

Essas ações, no entanto, não ficam restritas apenas ao ciberespaço. Não se restringem apenas ao ciberativismo. Elas possuem, também, um desdobramento sobre o espaço geográfico como um todo. No caso das Jornadas de Junho de 2013, repertórios de ações coletivas virtuais próprias do ambiente cibernético, articuladas de forma dinâmica pelas redes técnico-informacionais, influenciam e são influenciadas por repertórios de ações coletivas no espaço público urbano, gerando uma relação dialética entre ciberativismo e o ativismo fora das redes.

Foi necessário discutirmos o conceito de ciberespaço e como este é abordado dentro do campo de estudos da Geografia. Está claro que as constantes inovações das TICs veem transformando profundamente as relações espaciais, desafiando conceitos tradicionais da Geografia, incluindo aí o próprio conceito de espaço. A questão central neste momento girou em torno da compreensão de como o ciberespaço redefine a noção de espaço geográfico. Seria ele uma categoria a ser incluída dentro da constelação de conceitos da ciência geográfica, ou seria ele uma outra forma de se experimentar a espacialidade do ser humano, uma espacialidade virtual? O primeiro passo, em busca de uma maior compreensão dessas questões, foi considerarmos o ciberespaço enquanto uma nova dimensão da espacialidade do ser humano, produto da evolução do MTCI. Longe de querermos esgotar o assunto, até mesmo pela natureza deste trabalho, buscamos dentro da teoria do espaço

social de Henry Lefebvre, a compreensão de que o ciberespaço pode ser considerado uma dimensão do espaço social.

O espaço social, visto então como construção social, moldada pelas interações, práticas e relações de poder dentro de uma sociedade, um campo de luta onde diferentes grupos sociais, com diferentes interesses, competem para moldar o espaço de acordo com suas necessidades e desejos. Com o avanço da tecnologia digital e a crescente importância da Internet, o ciberespaço torna-se uma dimensão do espaço social, em que emerge como uma nova arena, onde as relações sociais são construídas, mantidas e transformadas. As práticas sociais no ciberespaço, como o ativismo digital, são extensões ou novas formas de práticas que influenciam e são influenciadas de forma dialética em sua relação com o espaço geográfico. Neste sentido, acabamos por entender que as plataformas da Internet, principalmente as redes sociais, criam um sistema de interfaces capazes de criar um híbrido entre o espaço cibernético e, em especial, o espaço urbano por onde as práticas sociais virtuais e materiais se encontram através do fenômeno da interespaçialidade.

O conceito de interespaçialidade para Michel Lussault (2007) se refere à ideia de que o espaço deve ser compreendido como um produto das interações entre diferentes lugares, territórios e escalas espaciais. Lussault (2007) propõe que o espaço não é algo fixo ou isolado, mas um resultado dinâmico das relações e interconexões entre múltiplos espaços. Neste sentido, encontramos no conceito de interespaçialidade o arcabouço teórico ideal para compreendermos a práxis política que inaugura uma nova cultura política dos movimentos sociais no século XXI.

No contexto deste trabalho, a interespaçialidade nos auxilia a compreender a práxis políticas dos movimentos e como estes operaram através de múltiplos espaços, conectando o ciberespaço com o espaço urbano e permitindo com que novas formas de ação política viessem a aflorar desta interface. Foi necessário, então, buscar compreender a relação entre movimentos sociais e o ciberespaço para uma compreensão abrangente das práticas políticas dos movimentos sociais na era digital.

As origens do ciberativismo estão profundamente ligadas ao desenvolvimento da Internet e à crescente interconexão global, desde as primeiras comunidades de hackers até as sofisticadas campanhas digitais de hoje. O ciberativismo torna-se,

portanto, uma força motriz para a transformação social, aproveitando a tecnologia para desafiar o poder, amplificar vozes marginalizadas e organizar movimentos de resistência em escala global.

O ativismo cibernético começou a se desenvolver junto com às primeiras redes de computadores, como a ARPANET (precursora da Internet), criada nos Estados Unidos entre os anos 1960 e 1970. Inicialmente, essas redes eram utilizadas principalmente por acadêmicos, cientistas e militares, mas já havia uma cultura emergente de compartilhamento de informações e colaboração que se mostraria essencial para o ciberativismo.

Nos anos 1980, com a popularização de computadores pessoais e o surgimento de comunidades de hackers, a Internet começou a ser vista como um espaço de liberdade de expressão e resistência. Os hackers pioneiros não eram apenas programadores, muitos viam o potencial da Internet como uma ferramenta para desafiar o status quo e promover a liberdade de informação.

Nos anos 1990, com a comercialização da Internet e o surgimento da *World Wide Web*, as redes de ativismo on-line começaram a se consolidar. A criação de listas de discussão por e-mail, fóruns de discussão e páginas na web permitiram que ativistas organizassem campanhas, compartilhassem informações e mobilizassem apoio de maneira rápida e eficiente. Um dos primeiros exemplos significativos de ciberativismo foi o movimento Zapatista no México, em 1994. O Exército Zapatista de Libertação Nacional utilizou a Internet para divulgar sua causa internacionalmente, chamando a atenção para questões indígenas e críticas ao neoliberalismo. Outros exemplos incluem a criação de plataformas como o *Indymedia* (em 1999), uma rede global de mídia independente usada para cobrir protestos e movimentos sociais, o *Riseup.net*, uma plataforma de comunicação segura para ativistas, e o ciberfeminismo, movimento e teoria que emergiu na interseção entre feminismo e tecnologia digital, explorando como as mulheres podem usar a Internet e as tecnologias digitais, para promover a igualdade de gênero, questionar as estruturas patriarcais e criar novos espaços de expressão e resistência.

Um marco para a compreensão da nova cultura política dos movimentos sociais no século XXI foi A Batalha de Seattle, ocorrida em novembro de 1999. Este episódio é amplamente reconhecido como um marco significativo na história do

ciberativismo. Essa série de protestos contra a OMC em Seattle, Washington, não só chamou a atenção mundial para questões sobre a globalização perversa, mas também destacou a emergente importância da Internet e das tecnologias digitais, como ferramentas cruciais para a organização e mobilização de movimentos sociais. O evento não apenas utilizou a Internet de maneira inovadora para organizar protestos em grande escala, mas também mostrou o potencial do ciberativismo para desafiar narrativas dominantes, criar solidariedade global e transformar a forma como as causas sociais são articuladas e defendidas. A partir de Seattle, o ciberativismo passou a ser uma força vital e constante nos movimentos sociais contemporâneos.

Os princípios do autonomismo, que estiveram presentes na Batalha de Seattle em 1999, exerceram influência significativa sobre as manifestações dos movimentos sociais no século XXI, tornando-se uma corrente política e social, cujos princípios da autonomia das comunidades, a auto-organização e a rejeição das formas tradicionais de poder e hierarquia, moldassem a maneira como os movimentos sociais contemporâneos se organizam, mobilizam e articulam suas demandas. Princípios como os da auto-organização e horizontalidade, rejeição às instituições políticas tradicionais, formação de redes globais de solidariedade, resistência direta e ação coletiva, criação de espaços autônomos, ciberativismo e autonomia tecnológica, se tornaram base político-ideológica que veio a inspirar, direta ou indiretamente, os movimentos sociais que mais tarde viriam a puxar os ciclos de protestos que eclodiram por todo o mundo durante as primeiras décadas do século XXI.

Optamos por recorrer à produção de Vegh (2003), Van Aelst e Van Laer (2008) pois suas obras, influenciadas pelos acontecimentos da Batalha de Seattle, abordam diferentes aspectos do uso da Internet e das tecnologias digitais por ativistas e movimentos sociais, ajudando a delinear como essas ferramentas têm transformado as dinâmicas de mobilização, organização e ação política dos movimentos sociais. As três tipologias dos repertórios de ação coletiva on-line e off-line, propostas por Vegh (2003) - conscientização/defesa, organização/mobilização e ação/reação - nos ajuda a compreender como o ciberativismo pode ser multifacetado, combinando atividades de conscientização, organização e ação direta em um ecossistema digital. As obras destes autores destacam como diferentes

formas de ciberativismo se complementam, criando um ambiente em que os movimentos sociais podem alcançar objetivos diversos, desde a sensibilização do público até a execução de ações disruptivas.

Já o conceito de “movimentos apoiados ou baseados na Internet” proposto por Vegh (2003), encontra ecos na produção de Van Aelst e Van Laer (2008). Estes três autores demonstram sofrer influência direta de Tilly (1984), pois elaboram duas categorias de análise para os chamados repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais na Era da Informação: uma categoria referente ao ativismo, que ocorre principalmente no ambiente on-line (movimentos baseados na Internet), e outra categoria referente ao ativismo, que combina repertórios de ação coletivas próprias do ciberativismo, com repertórios clássicos do ativismo urbano.

O nível de engajamento é outra categoria de análise sugerida por Van Laer e Van Laest (2008), no estudo dos repertórios de ação coletiva. Nessa abordagem, os repertórios são organizados conforme o grau de engajamento exigido do indivíduo ou do grupo para a realização da ação coletiva. Van Laer e Van Laest (2008) propõem uma tipologia das ações coletivas, combinando as categorias de ações apoiadas pela Internet e ações baseadas na Internet com diferentes níveis de engajamento, que variam do máximo ao mínimo.

Essas categorias nos ajudam a mapear as diferentes formas de engajamento e ação dentro do ciberativismo, desde a conscientização até a organização e a ação direta. Isso permite uma análise mais detalhada de como os movimentos sociais contemporâneos adaptam suas táticas ao ambiente digital e utilizam a Internet para alcançar objetivos específicos. Ao integrar as categorias de Vegh (2003), Van Aelst e Van Laer (2008), podemos construir uma visão abrangente do ciberativismo nos movimentos sociais contemporâneos. A conscientização, organização e ação direta se interconectam com a flexibilidade e a capacidade de formar coalizões temporárias, enquanto os desafios de vigilância, superficialidade do engajamento e riscos de repressão oferecem um contraponto crítico.

Consideramos, em nosso trabalho, que os movimentos sociais contemporâneos, principalmente aqueles que fizeram parte dos ciclos de protestos do início do século XXI, se caracterizam enquanto movimentos apoiados na Internet com alto nível de engajamento que combinam repertórios de ação coletivas ciberativistas (on-line) e tradicionais (off-line), como estratégia de

conscientização/defesa e organização/mobilização, como estratégias de territorialização tanto no ciberespaço quanto no espaço público urbano.

A condição interespacial destes movimentos reproduz a lógica de disputa de poder, tanto no ciberespaço quanto no espaço público urbano, demonstrando assim a importância de se disputar e se apropriar das interfaces digitais, como forma de consolidar seus repertórios apoiados na Internet como estratégias para sua territorialização.

O conceito de multi/transterritorialidade, desenvolvido por Rogério Haesbaert (2004), tornou-se fundamental para o nosso objetivo de compreender as práticas políticas no ciberespaço dos movimentos sociais contemporâneos. A ideia central de Haesbaert (2004) é que as territorialidades modernas não são fixas ou estáticas, mas múltiplas, fluídas e interconectadas, o que reflete a complexidade das relações sociais, culturais e políticas no mundo contemporâneo. O conceito de multi/transterritorialidade nos permite entender que os movimentos sociais não estão confinados a um único espaço territorial, mas operam simultaneamente em múltiplos espaços, que podem ser tanto físicos quanto virtuais. No ciberespaço, os movimentos sociais podem transcender as limitações geográficas e expandir suas lutas para além dos territórios tradicionais.

A transterritorialidade, como proposta por Haesbaert (2004), envolve a superação de fronteiras rígidas entre territórios, o que no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, significa uma hibridização de práticas políticas. Os movimentos não atuam apenas no ciberespaço ou no espaço físico, mas utilizam ambos de forma interligada. Por exemplo, uma manifestação física pode ser organizada e amplificada através de campanhas on-line, que mobilizam pessoas em todo o mundo para apoiar ou replicar a ação em diferentes locais. Da mesma forma, a transterritorialidade também se aplica à forma como os movimentos sociais constroem redes de solidariedade, que cruzam fronteiras nacionais, permitindo com que esses movimentos compartilhem recursos, estratégias e apoio, o que fortalece a mobilização em escala global e torna suas lutas mais resilientes frente à repressão ou marginalização.

Com base nas contribuições de Vegh (2003), Van Aelst e Van Laer (2008), Lussault (2007) e Haesbaert (2004) chegamos à conclusão de que os movimentos sociais contemporâneos se caracterizam por serem movimentos

multi/transterritoriais que se apoiam, com alto nível de engajamento na Internet, fazendo desta, interface para, dentro de sua condição interespacial, tecer estratégias de territorialização tanto nas redes (através de repertórios de ação coletiva de organização/mobilização e conscientização/defesa) quanto nas ruas (através de repertórios de ação coletiva de protestos e ocupações).

Esta perspectiva teórica adotada encontra respaldo na análise política elaborada pelo sociólogo Gerbaudo (2021; 2022), sobre os movimentos sociais contemporâneos. Gerbaudo (2021; 2022) enfatiza a sinergia entre os espaços públicos urbanos e digitais, onde estes movimentos sociais frequentemente operam em uma intersecção entre esses dois tipos de espaço, utilizando o ciberespaço para organizar e amplificar suas ações no mundo físico, através das ocupações do espaço público, para a articulação de suas lutas prefigurativas. Gerbaudo (2021; 2022) introduz o conceito de "coreografia da assembleia", para descrever como as redes sociais e outras TICs atuam como ferramentas para a coordenação e organização de ações coletivas. Ele argumenta que as mídias sociais, como Twitter e Facebook, não apenas informam e conectam os ativistas, mas também "coreografam" suas ações, guiando o comportamento coletivo em protestos e manifestações.

Para Gerbaudo (2021; 2022), a nova cultura política dos movimentos contemporâneos se alicerça em outras culturas políticas, que dialogaram entre si, durante os ciclos de protestos no início do século XXI: o anarquismo/autonomismo e o populismo democrático de esquerda se encontram dando forma ao "anarcopopulismo". O anarcopopulismo, conforme Gerbaudo (2021; 2022), é uma corrente que combina elementos de anarquismo com táticas populistas. Ele se caracteriza pela rejeição das formas tradicionais de organização política, como partidos e sindicatos, em favor de uma política mais direta e horizontal. O anarcopopulismo adota uma retórica popular e antielitista, focando na mobilização de "pessoas comuns" contra as elites políticas e econômicas.

Os movimentos antiglobalização do final da década de 1990 são criticados por Gerbaudo (2021; 2022), por não conseguirem desenvolver narrativas populistas eficazes que pudessem mobilizar amplamente as pessoas comuns contra as elites globais, justamente pela falta de uma narrativa unificadora que apelasse ao senso comum, o que na prática fazia com que os movimentos antiglobalização

permanecessem limitados a círculos ativistas específicos, sem conseguir ampliar sua base de apoio. Já os movimentos anarcopopulistas, trariam em seu cerne a defesa de uma perspectiva ligada ao que o autor chama de cidadanismo. Este outro conceito discutido por Gerbaudo (2021; 2022), refere-se a uma abordagem política que enfatiza a cidadania ativa, a participação direta na política e o envolvimento comunitário. Diferente dos movimentos antiglobalização, o cidadanismo não rejeita completamente as instituições formais, mas busca reformá-las de dentro para torná-las mais democráticas e representativas, desta forma, frequentemente promovem iniciativas de democracia participativa, como referendos e assembleias cidadãos.

As TICs desempenham um papel crucial no anarcopopulismo, ao fornecerem as ferramentas necessárias para a organização e comunicação descentralizada. Plataformas como redes sociais, fóruns e aplicativos de mensagens, permitem que os ativistas anarcopopulistas coordenem ações de forma horizontal, sem a necessidade de estruturas organizacionais formais. Elas também facilitam a criação de narrativas populistas que ressoam para um público amplo, promovendo a mobilização em massa em torno de causas específicas, ao mesmo tempo que permitem uma maior participação dos cidadãos nos processos políticos. Ferramentas digitais como plataformas de petições on-line, sites de votação eletrônica e redes sociais, facilitam a organização de campanhas e a comunicação entre os ativistas e o público em geral, permitindo o maior engajamento das pessoas que, de outra forma, poderiam estar alheias ao processo político.

Ambos os conceitos, anarcopopulismo e cidadanismo, representam respostas à crise da democracia representativa e à insatisfação com as formas tradicionais de organização política. As TICs permitem que essas formas alternativas de mobilização se desenvolvam e floresçam, proporcionando plataformas onde novas formas de ação política podem ser experimentadas e disseminadas rapidamente. A ênfase na horizontalidade e na descentralização é reforçada pelo uso dessas tecnologias, isso porque as redes sociais e outras ferramentas digitais permitem que as decisões sejam tomadas dentro de comissões, e que a informação seja distribuída de maneira ampla e equitativa, evitando a concentração de poder em poucas mãos. Através de campanhas on-line, hashtags, vídeos virais e outras formas de conteúdo digital, esses movimentos podem criar uma narrativa unificada

que ressoa com os valores e as aspirações de seus seguidores, mobilizando-os em torno de uma causa comum.

Essa causa comum, no caso das Jornadas de Junho de 2013, foi a luta pela redução das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo, mas rapidamente se expandiram para incluir uma ampla gama de reivindicações sociais, políticas e econômicas. As manifestações começaram em São Paulo, organizadas principalmente pelo MPL, que durante anos já acumulava um histórico de mobilizações pelo transporte público gratuito, enquanto direito garantido pela constituição nas mais diversas capitais brasileiras.

Em perspectiva mais ampla, o MPL se define enquanto um movimento autônomo, horizontal e apartidário e suas ações dialogam em âmbito maior com as lutas pelo direito à cidade, enquadrando-se assim junto a outros movimentos e coletivos que reivindicam políticas que buscam garantir o acesso equitativo e democrático aos espaços urbanos e aos benefícios que as cidades oferecem, isso inclui, também, a ideia de que os habitantes devem ter o poder de participar das decisões que moldam o espaço urbano e que as cidades devem ser reapropriadas pelos seus moradores, subvertendo as lógicas de exclusão e segregação impostas pelo capital.

A repressão policial violenta às primeiras manifestações em São Paulo, que incluiu o uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e prisões de manifestantes, gerou uma onda de indignação que ajudou a espalhar os protestos para outras cidades do país. A violência policial acabou mobilizando ainda mais pessoas a aderirem às manifestações e as TICs exerceram papel extremamente importante para sua organização e mobilização, uma vez que serviram como principal mecanismo de divulgação da repressão policial presente nas ruas e ofuscada, muitas vezes, pela tendenciosa cobertura jornalística da grande mídia corporativa burguesa.

As Jornadas de Junho de 2013 marcaram um ponto de inflexão no uso das TICs, como ferramentas essenciais para o ativismo político no Brasil. Os movimentos sociais contemporâneos passaram a incorporar de forma mais sistemática o uso das redes sociais e outras TICs em suas estratégias de mobilização e comunicação. As TICs permitiram que vídeos, fotos e relatos de manifestantes se espalhassem rapidamente, criando uma narrativa alternativa

àquela dos grandes meios de comunicação tradicionais. Episódios de violência policial e abusos de autoridade foram registrados e compartilhados por milhares de pessoas, gerando indignação e mobilizando mais participantes para os protestos. Plataformas como Facebook, Twitter e WhatsApp, foram fundamentais para convocar e organizar os protestos. Grupos de ativistas usaram essas redes para divulgar eventos, compartilhar informações sobre horários e locais de manifestações e mobilizar uma grande quantidade de pessoas em um curto período de tempo.

Sob a ótica da multi/transterritorialidade, a territorialização dos movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de 2013 pode ser compreendida como um processo complexo e dinâmico, onde os manifestantes se apropriaram e conectaram múltiplos territórios, tanto físicos quanto digitais. A multi/transterritorialidade permitiu a articulação de protestos em diversas escalas e locais, ao mesmo tempo que possibilitou a integração dessas ações em uma rede de mobilização fluida e adaptativa. Suas práticas políticas se estabeleceram na interespacialidade, entre o ciberespaço e o espaço público urbano. A mobilização iniciada nas redes sociais foi crucial para a ocupação de espaços urbanos, demonstrando como as práticas políticas atravessaram territórios físicos e digitais, conectando-os de maneira fluida e contínua. Essa dinâmica transterritorial mostra como as ações no ciberespaço tiveram impactos concretos nas ruas, e vice-versa. Esses movimentos apoiados na Internet teceram estratégias de apropriação do ciberespaço para pôr em prática seus repertórios de organização/mobilização através da divulgação e convocação via redes sociais, estabelecendo uma dinâmica direta com os repertórios de ação coletiva no espaço público urbano, relacionados à ocupação das vias públicas para fins de protesto. Ferramentas como o streaming, permitiram uma disputa de narrativas contra a grande mídia corporativa, ao mesmo tempo que denunciava a repressão policial por parte do Estado fazendo com que o número de simpatizantes ampliasse consideravelmente e se espalhasse por todo território nacional, atingindo grandes e médias cidades.

Gerbaudo (2021; 2022) argumenta que as redes sociais permitem uma coreografia de assembleia, onde os organizadores atuam como "coreógrafos" que guiam os participantes para locais de protesto, sem, necessariamente, exercer um controle rígido.

Nas Jornadas de Junho de 2013, vimos algo similar, onde movimentos como o MPL, Bloco de Lutas e outros, usaram plataformas como Facebook e Twitter para convocar protestos e orientar as ações, sem uma liderança centralizada ou hierárquica clara. Essa abordagem permitiu uma mobilização massiva, com um caráter descentralizado que refletia a dinâmica horizontal das redes sociais. Desta maneira, a cultura política anarcopopulista das organizações dos movimentos sociais vai ao encontro das demandas populares, por maior participação política e exercício de sua cidadania, escalonado pelos sentimentos de indignação e frustração frente à falência das instituições representativas de Estado. Isso fez com que as manifestações atingissem patamares jamais vistos até então no Brasil e ampliassem sua base territorial, na mesma medida em que se ampliavam, também, as pautas de reivindicações populares para temas mais genéricos como a luta por melhores serviços públicos e a luta contra a corrupção.

As entrevistas colhidas e analisadas nesta dissertação confirmam os argumentos anteriores e nos elucidam quanto aos limites e desafios inerentes ao uso das TICs, para a práxis política dos movimentos sociais durante as Jornadas de Junho de 2013. Ao contrário do que alguns partidários do tecnotimismo possam alegar, que essas tecnologias nos levariam a inevitáveis processos de participação direta da população na construção da política dos movimentos sociais, ou seja, teriam um potencial de se tornarem verdadeiras “ágoras” digitais, o que pudemos constatar foi que as instâncias decisórias e a participação política efetiva, embora se pautassem pelo horizontalismo, ou seja, caracterizado pela rejeição de estruturas hierárquicas tradicionais, preferindo uma organização mais horizontal, onde todos os participantes têm igual voz e poder de decisão, na prática as tomadas de decisões eram feitas por consensualismo dentro de espaços políticos restritos, como comissões e assembleias, ocupados majoritariamente por representantes das organizações que compunham os movimentos sociais.

Nestes espaços se praticava a então chamada coreografia de assembleia, ou seja, a orquestração das ações coletivas que depois iriam definir a maneira como o espaço público seria apropriado. De fato, as TICs não funcionaram como espaços deliberativos, mas sim, ferramentas de organização e mobilização para os repertórios de ação coletiva no espaço urbano. Eventos criados e divulgados através do Facebook permitiram com que esses movimentos engajassem uma quantidade

expressiva de manifestantes, que utilizavam a plataforma como forma de convocação para sua participação. Ao mesmo tempo, o perfil de cada manifestante na plataforma servia como veículo de reprodução e difusão dessa convocatória, espalhando-se entre os usuários simpatizantes de forma viral, criando assim um sentido de identidade coletiva momentânea.

Embora a coreografia de assembleia busque apresentar um movimento sem líderes, Gerbaudo (2022) aponta que líderes informais ou grupos mais influentes muitas vezes emergem e direcionam as discussões e decisões. A coreografia, portanto, pode ocultar essas dinâmicas de poder, criando uma aparência de horizontalidade que nem sempre reflete a realidade, mas que acaba exercendo um papel importante na construção da imagem pública do movimento. Através da encenação de processos deliberativos e inclusivos, os movimentos buscam comunicar uma mensagem de democracia direta e de resistência ao poder estabelecido, tornando-se eficaz em atrair simpatizantes e em moldar a percepção pública de ausências de lideranças.

Um dos limites dessa estratégia é a de que a ausência de uma liderança definida tenha sido um dos fatores que levaram a uma falta de direção estratégica e de coesão, nas ações do movimento durante as Jornadas. A ausência de líderes ou figuras de referência fez com que os movimentos ou se fragmentassem ou perdessem eficácia, ao tentar responder a desafios complexos, como por exemplo, quando outros atores e agentes passaram a tecer suas próprias estratégias de apropriação do ciberespaço e do espaço público urbano.

Com o crescimento das manifestações, diversos grupos neonacionalistas e ultraliberais tentaram se apropriar das manifestações. Esses grupos, frequentemente, buscavam direcionar as manifestações para suas próprias causas, e fizeram uso das TICs para criar eventos próprios, descaterizando a pauta original, da luta pela redução das tarifas dos transportes públicos, para pautas mais genéricas, de luta contra a corrupção e de protestos contra os governos executivo e legislativo. De forma semelhante, usaram as redes sociais para convocar manifestantes engajados em suas pautas, para ocupar as ruas das grandes e médias cidades, só que dessa vez aderindo a uma estética política de tons nacionalistas claramente de direita. Não chegaram a tornar-se fortes o suficiente para cooptar as Jornadas de Junho de 2013 para si, mas foram hábeis em aprender

com aquela oportunidade, fazendo com que mais tarde se organizassem em torno de movimentos mais expressivos e, o que é mais importante, a utilizar com maior profissionalismo as TICs, para impulsionar suas práticas políticas como foi possível averiguar em episódios que se seguiram, como o processo de golpe do governo Dilma Roussef em 2016 e a campanha de desinformação que pautou as eleições de Jair Bolsonaro em 2018.

Isso nos alerta quanto à própria natureza do uso das TICs, em contraponto com a visão tecnotimista que, desde a década de 1960, prevaleceu no campo dos estudos sobre os movimentos sociais. Essas tecnologias, principalmente as redes sociais, acabaram por demonstrar que não são a panaceia para a luta por justiça social.

Os entrevistados foram categóricos em mencionar que não havia ainda, naquele momento, talvez até pela novidade de se explorar o recurso das redes sociais, uma consciência mais profunda sobre as potencialidades tanto positivas quanto negativas do uso dessas ferramentas. Pelo contrário, em mais de uma fala, foi citada certa ingenuidade por parte das organizações dos movimentos sociais, em acreditar que um instrumento desenvolvido e controlado por empresas de alta tecnologia, impulsionadas pelos interesses do grande capital, poderia servir para algo além do que se propunha naquele momento: um instrumento de informação, mobilização e convocação para a apropriação do espaço público urbano. De fato, as ruas acabaram por se apresentar como lócus do conflito social por excelência. No entanto, a condição interespacial da nova cultura política dos movimentos sociais já apontara o cenário de disputas multi/transterritoriais, entre os diferentes projetos políticos dos atores e agentes sociais envolvidos nas Jornadas de Junho de 2013.

Embora essas tecnologias não tenham efetivamente viabilizado o exercício de uma democracia direta e participativa de forma ampla e irrestrita, elas desempenharam um papel importante como termômetro da adesão e apoio popular. O compartilhamento de posts e imagens em contas pessoais, o uso de hashtags no Twitter, as confirmações de presença em eventos no Facebook, e o acompanhamento de discussões em fóruns on-line, possibilitou a estes movimentos mensurar o engajamento da população. Essas “expressões virtuais” serviram de parâmetro para as discussões feitas nos espaços políticos mais restritos, porém igualmente democráticos, como comissões e assembleias lideradas pelas principais

organizações dos movimentos sociais, que coordenavam as manifestações nas ruas.

Podemos concluir com base nos argumentos, até agora explorados, que a dificuldade em construir uma ação política sustentável e coerente em movimentos descentralizados e horizontais, pode ser atribuída tanto às características das TICs quanto à cultura política desses movimentos. A relação entre essas duas dimensões cria um ambiente de mobilização repleto de oportunidades, mas também de desafios significativos que precisam ser compreendidos para que tais movimentos possam alcançar mudanças duradouras.

As TICs desempenham um papel crucial na organização e na disseminação de ideias em movimentos sociais contemporâneos. Por meio das redes sociais, é possível mobilizar rapidamente um grande número de pessoas, organizando protestos e ações coletivas, em questão de horas. No entanto, essa mesma velocidade pode se tornar um obstáculo para o planejamento estratégico, pois a natureza instantânea das plataformas digitais tende a priorizar ações imediatas, o que, muitas vezes, resulta em mobilizações efêmeras e pouco estruturadas, dificultando a construção de uma base política sólida e contínua. Além disso, as TICs promovem uma multiplicidade de vozes e plataformas que, embora enriqueçam o debate, podem fragmentar a mensagem do movimento. Sem uma liderança centralizada para unificar essas vozes, a diversidade de opiniões e objetivos pode levar a uma diluição, ou mesmo a contradições na mensagem política, enfraquecendo o impacto do movimento e confundindo seus objetivos.

Outro aspecto importante é a vulnerabilidade das TICs a manipulações externas. As plataformas digitais são suscetíveis a campanhas de desinformação, manipulação algorítmica e interferências de atores externos, que podem desviar o foco do movimento, criar divisões internas e minar sua coesão. Essas interferências comprometem a integridade e a eficácia das mobilizações, dificultando a construção de uma ação política coerente e duradoura.

Consequentemente, a cultura política dos movimentos multi/transterritoriais, apoiados na Internet, oriunda desse híbrido que chamamos de anarcopopulismo, também apresenta desafios específicos. Muitos desses movimentos valorizam a horizontalidade, evitando hierarquias e lideranças centralizadas em prol de uma maior inclusão e participação. Embora essa estrutura promova uma sensação de

igualdade entre os participantes, ela também pode tornar a tomada de decisões mais difícil e menos eficiente. A ausência de uma liderança clara frequentemente resulta em paralisia decisória ou em decisões superficiais, comprometendo a capacidade do movimento de definir uma estratégia política clara e unificada. A desconfiança generalizada em relação às formas tradicionais de organização política, como partidos e sindicatos, leva à preferência por estruturas mais flexíveis e menos institucionalizadas, que, embora mais dinâmicas, carecem da continuidade e dos recursos necessários para sustentar o movimento a longo prazo. Movimentos que evitam estruturas formais correm o risco de se fragmentar ou perder força, à medida que enfrentam desafios mais complexos e duradouros. Isso ficou bem explícito no momento em que o MPL decide abdicar do seu protagonismo, no auge das manifestações de junho de 2013

A opção por focar em ativismo pontual, como protestos e manifestações simbólicas, em vez de construir uma base organizacional robusta, puderam gerar grande impacto a curto prazo, mas não necessariamente resultaram em mudanças políticas sustentáveis. As tarifas de ônibus foram momentaneamente congeladas ou reduzidas, mas a falta de um trabalho contínuo e de uma base sólida dificultou a transformação dessas mobilizações em mudanças concretas e duradouras.

A intersecção entre as TICs e a nova cultura política dos movimentos, durante as Jornadas de Junho de 2013, criou um ambiente em que os desafios de sustentabilidade são amplificados. As TICs, ao facilitarem a mobilização rápida e a disseminação de diversas vozes, reforçam a tendência dos movimentos descentralizados a evitarem estruturas formais. Por sua vez, a cultura política que valoriza a horizontalidade incentiva o uso das TICs de maneira que priorize ações coletivas espontâneas, em detrimento de uma estratégia política coesa.

Essa relação de retroalimentação cria um ciclo em que a dificuldade em manter a coesão e a continuidade é exacerbada, tornando os movimentos vulneráveis à fragmentação e à perda de eficácia. Sem uma abordagem consciente para superar esses desafios, os movimentos apoiados na Internet enfrentam grandes obstáculos para construir uma ação política que seja ao mesmo tempo sustentável e coerente.

Em suma, os desafios enfrentados pelos movimentos multi/transterritoriais, apoiados na Internet na construção de uma ação política sustentável e coerente, são

resultado ao mesmo tempo das características das TICs em conjunção com essa nova cultura política baseada nos repertórios de ação coletiva nas redes e nas ruas. As TICs oferecem oportunidades valiosas para a mobilização, mas também introduzem complexidades que, quando combinadas com a cultura política desses movimentos, podem dificultar a realização de mudanças duradouras. Para superar esses desafios, é essencial que os movimentos desenvolvam estratégias que integrem as vantagens das TICs com uma cultura política que valorize a coesão, a continuidade e a eficácia organizacional.

Esta pesquisa contribui para o entendimento de como as TICs podem ser ferramentas poderosas para a mobilização social. Ao analisar um caso específico, como as Jornadas de Junho de 2013, o estudo oferece insights sobre a capacidade das TICs de transformar a dinâmica dos movimentos sociais, potencializando a participação cidadã e a democratização da informação.

Futuros estudos podem expandir a análise para incluir outras formas de apropriação das TICs e suas influências, em diferentes contextos de mobilização social. Além disso, pesquisas longitudinais poderiam examinar os impactos duradouros das TICs na territorialização dos movimentos sociais, em diferentes contextos da política brasileira contemporânea. É possível, por exemplo, dar continuidade à pesquisa ampliando seu escopo para outros eventos que se seguiram após as Jornadas de Junho de 2013. Desde este evento, outras práticas políticas foram desenvolvidas levando esses movimentos sociais a criarem novas estratégias para negociar suas agendas entre o ciberespaço e o espaço urbano. Temas como engajamento superficial, monitoramento e vigilância digital, manipulação algorítmica, campanhas orquestradas de desinformação e outros, hoje são terrenos férteis para a compreensão dos novos desafios enfrentados pela multi/transterritorialidade dos movimentos sociais contemporâneos.

Ademais, outra possibilidade futura de estudo encontra-se na compreensão da interação entre o ciberespaço e o espaço geográfico, oferecendo novas perspectivas sobre territorialidade, identidade e práxis política na era digital. Entendemos que há um vasto campo a ser explorado neste tema, para que possamos fornecer insights sobre a influência das práticas virtuais em diversas frentes de estudos, em que se possa, com maior profundidade, explorar e conceituar a ontologia do ciberespaço, compreendendo como este redefine a noção

de território e espaço, sua influência sobre a organização e a dinâmica do espaço geográfico, seus impactos nas práticas políticas e na territorialização dos movimentos sociais, e como estes utilizam a interação entre o ciberespaço e o espaço geográfico para promover mudanças e influenciar políticas públicas.

Para concluir, dentro das disputas multi/transterritoriais, os movimentos autonomistas e socialistas, apesar do alto nível de engajamento proporcionado pelo uso das TICs, enfrentaram dificuldades em estabelecer estratégias de longo prazo, tanto para a apropriação do ciberespaço (redes) quanto para a apropriação do espaço público urbano (ruas). Essa falta de planejamento estratégico resultou em um horizonte limitado para a construção de uma democracia participativa, fundamentada na cidadania e na justiça social. Assim, as Jornadas de Junho de 2013 acabaram se configurando mais como uma expressão de insatisfação popular com o status quo, do que como uma proposta clara de transformação revolucionária anticapitalista, revelando as limitações das estratégias de auto-organização política e socioespacial dos movimentos sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. *In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). Junho de 2013: a rebelião fantasma.* São Paulo: Boitempo, 2023. p. 85-96.

ALVES, Giovanni. Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, v. 11, n. 19, p. 34-43, 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/191xcadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos:** crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Cidade do México, v. 14, n. 34, p. 37-50, nov. 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação.** Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BEZERRA, Silvia R. **Ciberativismo:** a política em tempos de Internet. 2015. 239 f. p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-01062015-163612/publico/SILVIARAMOSBEZERRAVC.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

BORGES, Ricardo. Lula diz que foi precipitado considerar atos de 2013 democráticos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml?mobile>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. *In: In: VAINER, Carlos et al. Cidades rebeldes: Passe Live e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).

CAPEL, Horacio. **Dibujar el mundo:** Borges, la ciudad y la geografia do século XXI. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 2001.

CARDOSO, Gustavo; Di FÁTIMA, Branco. **Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou?** Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 143-176, mai./ago. 2013. Dossiê Mídia, Intelectuais e Política. Doi 10.29146/eco-pos.v16i2.1182.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **O poder da comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COCCO, Giuseppe Mario. Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, v. 11, n. 19, p. 12-22, 2013. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/191xcadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **TIC domicílios 2023.** São Paulo, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 13 set. 2024.

CRAMPTON, Jeremy W. **The political mapping of cyberspace.** Edinburg: Edinburgh University Press, 2003.

DAY, Richard J. F. **Gramsci is dead:** anarchist currents in the newest social movements. Toronto: Between the Lines, 2005.

DODGE, Martin; KITCHIN, Rob. **Mapping cyberspace.** London: Routledge, 2001.

Elisa Quadros. Entrevistada: Elisa Quadros. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

ELLWANGER, Tiana Maciel. **Manifestações de Junho de 2013:** como experienciamos, esquecemos e lembramos na contemporaneidade. 2017. 256 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufjf.br/Record/pantheon-11422-4415>. Acesso em: 13 set. 2024.

ENZENSBERGER, Hans M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação.** São Paulo: Conrad, 2003.

ESTILLAC, Bernardo. Roberto Andrés lança 'A razão dos centavos' e bate papo com o público. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 jun. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/06/24/interna_cultura,1511641/roberto-andres-lanca-a-razao-dos-centavos-e-bate-papo-com-o-publico.shtml. Acesso em: 4 out. 2024.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Ciberespaço: conceito à procura de um nome. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 37, p. 25-31, dez. 2008. Dossiê ABCiber. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/4796/3600/0>. Acesso em: 13 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

GADEA, Carlos A. Manifestação jovem de Porto Alegre: uma crítica à instrumentalização da vida. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, v. 11, n. 191, p. 44-51, 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/191xcadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

GERBAUDO, Paolo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Funilaria, 2021.

_____. **Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global**. São Paulo: Funilaria, 2022.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIUGNI, Marco; MCADAM, Doug; TILLY, Charles. **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. Caderno +mais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2701200209.htm>. Acesso em: 13 set. 2024.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GROUPE DE RECHERCHES INTERFACES. L'interface: contribution à l'analyse de l'espace géographique. **L'Espace Géographique**, [Paris], v. 3, 2008. p. 193-207. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-espace-geographique-2008-3-page-193?lang=fr&tab=texte-integral>. Acesso em: 4 out. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Viviendo en el límite: los dilemas del hibridismo y de la multi/transterritorialidad. In: Zusman, Perla *et al.* (org.) **Geografías culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos**. Facultad de Filosofía y Letras da UBA. Buenos Aires, 2011. p. 49-76.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: *In: VAINER, Carlos et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).

_____. **Condição pós-moderna**. 23. ed, São Paulo: Loyola, 2012.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73–89, juç./dez. 2012. Dossiê Barricadas Urbanas. Doi 10.23925/ls.v0i29.18497.

_____. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 13 set. 2024.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciencia, tecnologia e feminismo-socialista no final do seculo XX. *In*: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

HAWTHORNE, Susan; KLEIN, Renate. **Cyberfeminism: Connectivity, critique and creativity**. Victoria: Spinifex Press, 1999.

HAUBRICH, Alexandre. **Nada será como antes: 2013, o ano que não acabou na cidade onde tudo começou**. Porto Alegre: Libretos, 2018.

HEIDRICH, Álvaro L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. *In*: PEREIRA, Silvia R. *et al.* (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KITCHIN, Robert M. Towards geographies of cyberspace. **Progress in Human Geography**, [London], v. 22, n. 3, p. 385-406, 1998. Doi 10.1191/030913298668331585.

KITCHIN, Rob; Dodge, Martin. 'Cybergeography'. *In*: Kemp, K. (ed.). **Encyclopedia of Geographic Information Science**. London: Sage, 2008. p. 58-59.

LANE, Jill. Digital Zapatistas. *In*: EVERETT, Anna; CALHOUN, John. (org.). **Learning race and ethnicity: Youth and Digital Media**. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 49-86.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-137, 2007. Doi 10.11606/issn.1982-8160.v1i1p121-137.

LEMOS, André. Mídia locativa e territórios informacionais. *In*: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (org.). **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**. São Paulo: Educ, 2008. p. 207-230.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Lorena. Entrevistado: Lorena. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

LUSSAULT, Michel. **L'homme spatial**: la construction sociale de l'espace humain. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

MALINI, Fabio. A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. **Labic**: Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura, Vitória, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>. Acesso em: 11 set. 2024.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Matheus Gomes. Entrevistado: Matheus Gomes. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

Mayara Vivian. Entrevistado: Mayara Vivian. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MONTEIRO, Lucas. A premência do transporte. *In*: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz (org.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 27-36.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOVIMENTO Passe Livre: não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Live e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).

“O MUNDO entrou em uma fase sem futuro”: entrevista com Manuel Castells. Entrevistado: Manuel Castells. Entrevistador: Álex Rodríguez. Instituto Humanitas Unisinos; Adital, São Leopoldo, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/629508-o-mundo-entrou-em-uma-fase-sem-futuro-entrevista-com-manuel-castells>. Acesso em: 13 set. 2024.

Oro. Entrevistado: Oro. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; SEGURADO, Rosemary. Prefácio. *In*: GERBAUDO, Paolo. **Redes e ruas**: mídias sociais e ativismo contemporâneo. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Funilária, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

PIRES, Hindenburgo Francisco. A Geografia da Internet e do ciberespaço na América Latina. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do 10º Encontro de Geógrafos da América Latina...** 2005. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos909/a-geografia-Internet/a-geografia-Internet.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

_____. Planejamento urbano do ciberespaço: a formação territorial de redes comunitárias acadêmicas no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, 2010. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos909/a-geografia-Internet/a-geografia-Internet.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

_____. Reflexões sobre o advento da cibergeografia ou o surgimento da geografia política do ciberespaço: contribuição a crítica à geografia crítica. Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2., 2009. **Anais do II ENHPG...** 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=mxVIS54AAAAJ&citation_for_view=mxVIS54AAAAJ:ZeXyd9-uunAC. Acesso em: 13 set. 2024.

Rafael Jones. Entrevistado: Rafael Jones. Entrevistador: André Caldas. Porto Alegre, 2023.

RICCI, Rudá. “A disputa política está nas ruas”. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, v. 11, n. 19, p. 23-29, 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/191xcadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

ROCHA, Camila. As direitas não precisaram de Junho de 2013. *In*: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 73-84.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todovia, 2021.

ROCHA, Lucas. Lula acusa EUA de promover manifestações de Junho de 2013 com o objetivo de derrubar Dilma. Forum, [S. l.], 26 dez. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/12/26/lula-acusa-eua-de-promover-manifestaes-de-junho-de-2013-com-objetivo-de-derrubar-dilma-66478.html>. Acesso em: 11 set. 2024.

ROLNIK, Raquel; ANDRÉS, Roberto. **Desculpe o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades**. *In*: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 17-26.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. *In*: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lerebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Doi 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284.

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho**. In: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Live e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).

SILVA, Carlos Alberto F. da; TANCAMAN, Michéle. A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 55-66, 1999. Doi 10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13351.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, jul. 2013. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/14214/1/2013_GuilhermeCarvalhoSilva.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, Taziane Mara da; TEIXEIRA, Talita de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. Ciberespaço: uma nova configuração do ser no mundo. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 176-196, 2015. Doi 10.5752/P.1678-9523.2015V21N1P176.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TARROW, Sidney. **Power in movement: Social movements and contentious politics**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TILLY, Charles. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

VALADARES, Alberto Guerra; TEODORO, Pacelli Henrique Martins. Territórios ampliados: entre o ciber e o espaço. **FAUUSP**, São Paulo, v. 26, n. 49, p.1-16, 2019. Doi 10.11606/issn.2317-2762.posfau.2019.154021.

VAN LAER, Jeroen; VAN AELST, Peter. Cyber-protest and civil society: The Internet and action repertoires in social movements. In: JEWKES, Ivone; YAR, Majid. (org.). **Handbook on Internet crime**. London: Routledge, 2008. p. 230-254.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: The case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (org.). **Cyberactivism: Online activism in theory and practice**. New York: Routledge, 2003. p. 71-95.

VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca R. Lefebvre y la producción del espacio: sus aportaciones a los debates contemporâneos. **Revista Veredas**, Ciudad de México, n. 7, p. 61-73, 2004. Disponível em: <https://veredasojs.xoc.uam.mx/index.php/veredas/article/view/84/83>. Acesso em: 13 set. 2024.

VIRILIO, Paul. **Speed and politics**: An essay on dromology. Translate Marc Polizzotti. Nova York: Semiotext(e), 1995.

ZIBECHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **OSAL**: Observatorio Social de América Latina, Cidade do México, v. 14, n. 34, p. 15-37, nov. 2013.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

- 1 – Você gostaria de ter seu nome publicado na dissertação ou prefere que mantenhamos seu anonimato?
- 2 – Como você definiria sua atuação no Movimento Passe Livre (MPL)? Qual grau de envolvimento você possui ou possuía com o movimento e por quanto tempo você esteve ou está envolvido nele?
- 3 – Você concorda que o uso das tecnologias da informação e comunicação (redes sociais, mídia alternativa, canais de YouTube etc.) exerceram forte influência nas ações políticas do MPL antes, durante e após a Jornada de Junho de 2013? Se sim, como você descreveria essa influência?
- 4 - O quanto você acha que essas tecnologias colaboraram para a construção da identidade do MPL enquanto um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente?
- 5 – Como era feita a organização interna do MPL em suas diferentes escalas de atuação (do nível mais local ao global) durante as Jornadas de Junho de 2013? Na sua opinião, o uso das tecnologias colaborou para os métodos de organização interna do MPL?
- 6 – De que forma o MPL estabeleceu diálogo com outros movimentos, organizações ou partidos durante as Jornadas de Junho de 2013? Como se deram as negociações com outros atores para estabelecer uma agenda de ações conjuntas? Você acha que as TIC's (tecnologias da informação e da comunicação) tiveram papel importante no estabelecimento de contatos e nos métodos de organização conjunta com outros atores das jornadas?
- 7 – Como foram organizadas as ocupações dos espaços públicos urbanos? Havia um planejamento estratégico prévio que ajudou a definir quais espaços deveriam ou não ser ocupados? As TIC's ajudaram a compor essa estratégia? Se sim, como?
- 8 – Você acredita que as ações do MPL nos espaços públicos, principalmente os urbanos possuem semelhanças com as ações do movimento nas redes?
- 9 – Como você enxerga o fato das ações do MPL terem tido uma repercussão

geográfica inédita na história dos movimentos sociais no Brasil? Você acredita que as tecnologias tenham colaborado para que as jornadas se estendessem por todas as regiões do Brasil, atingindo médias e grandes cidades?

10 – Você concorda com as análises que afirmam que os espaços públicos e os espaços virtuais teriam entrado em disputa com os movimentos de direita em certos momentos das jornadas? Se sim, quais estratégias você considera que tenham sido apropriadas ou criadas pelos movimentos de Direita [política]?